

SERVIÇO SOCIAL NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA



TRAJETÓRIAS, DIÁLOGOS E APROXIMAÇÕES
NA PERSPECTIVA DO SUL GLOBAL



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

BRASÍLIA (DF) - BRASIL

SERVIÇO SOCIAL NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA:

**TRAJETÓRIAS, DIÁLOGOS E APROXIMAÇÕES
NA PERSPECTIVA DO SUL GLOBAL**

**Brasília, 2026
CFESS**

ORGANIZAÇÃO

COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CFESS (2023-2026)

Tales Fornazier (coordenador)
Iara Fraga
Kelly Mellati
Mirla Cisne
Adriana Dutra
Larissa Gentil
Meiriely de Carvalho (assessora especial)

CONTRIBUIÇÃO

Esther Lemos – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

Ana Paula Silveira – Conselho Regional de Serviço Social do Ceará (CRESS/CE)

Leila Reis – Conselho Regional de Serviço Social da Bahia (CRESS/BA)

Cinthia Fonseca – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

GESTÃO QUE NOSSAS VOZES ECOEM VIDA-LIBERDADE (2023-2026)

Presidenta Kelly Rodrigues Melatti (SP) | Vice-presidenta Marciângela Gonçalves (AL) | 1ª Secretária Emily Marques (ES) | 2ª Secretária Alana Barbosa Rodrigues (TO) | 1º Tesoureiro Agnaldo Engel Knevez (RS) | 2ª Tesoureira Larissa Gentil Lima (MT) | Conselho Fiscal Jussara de Lima Ferreira (RJ), Angelita Rangel Ferreira (MG), Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA) | Suplentes Ubiratan de Souza Dias Junior (SP), Mirla Cisne Álvaro (RN), Karen Albini (PR), Tales Willyan Fornazier Moreira (MG), Adriana Soares Dutra (RJ), Iara Vanessa Fraga de Santana (CE), Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

REVISÃO E FINALIZAÇÃO

Assessoria de Comunicação do CFESS

Diogo Adjuto e Rafael Werkema

Projeto gráfico e capa

Rafael Werkema

Diagramação

KRJ Soluções Editoriais

ISBN

978-65-86322-20-0

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

PREFÁCIO	10
----------------	----

FOREWORD	13
----------------	----

NAVEGANDO ALÉM-MAR: O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DO CONJUNTO CFESS CRESS COM PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	15
---	----

Ana Paula Silveira de Moraes Vasconcelos

Iara Vanessa Fraga de Santana

Tales Willyan Fornazier Moreira

O DEBATE DA QUESTÃO RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E SUA EXPRESSÃO NA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO INTERNACIONALIZADA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNILAB	30
--	----

Cinthia Fonseca Lopes

Esther Luíza de Souza Lemos

Leila Carine dos Reis Conceição

PERCURSO DO SERVIÇO SOCIAL E PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL NA GUINÉ-BISSAU	53
--	----

Filomeno Teodorico Barbosa

Carlos Gomes Correia

SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA	65
--------------------------------	----

Felisbela A. Espírito Santo

O PERCURSO DO SERVIÇO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE: DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO, ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	88
---	----

António Álvaro Francisco

Ivete Ferrão Alane

Maria Joana de Almeida

César José Simão
Félix Temotio Matusse

**SERVIÇO SOCIAL EM CABO VERDE: DA ORIGEM À SISTEMATIZAÇÃO DA
PROFISSÃO 110**

Maria Paula Fortes
Ludmila Ailine Pires Évora

**A QUESTÃO SOCIAL COMO BASE PARA AFIRMAÇÃO, VALORIZAÇÃO DO
SERVIÇO SOCIAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 132**

Maribel da Silva Mendonça
Waldimira do Nascimento da Trindade

SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS E COLONIALISMO 148

Maria Rosa Tomé
Júlia Cardoso



APRESENTAÇÃO

Foram longas e muitas as navegações pelo Atlântico que ora distanciaram, ora aproximaram o Brasil do continente africano. A história do desenvolvimento capitalista expropriou e escravizou os povos desses territórios, tendo como força motora o racismo, marcando a história das relações sociais no mundo, cujas expressões da questão social, na contemporaneidade, ainda resultam desse passado. As dezenas de milhares de pessoas arrancadas de diversos lugares de África misturaram nesta terra, sangue e suor para sobreviver e produzir riqueza para “os brancos europeus donos de tudo”. Ao passo em que a exploração e as opressões constituíram essas relações sociais, também organizaram ininterruptos processos de resistência, a exemplo dos quilombos espalhados por todo o Brasil até os dias atuais.

“Angola, Congo, Benguela, Monjolo, Cabinda, Mina, Quiloa e Rebolo...” aqui chegaram e permaneceram formando socioeconomicamente a população brasileira, mas também de outros países da América Latina e do Caribe. Mais da metade da população brasileira se autodeclara negra e as assistentes sociais também são em sua maioria, pretas ou pardas, conforme o Perfil Profissional de Assistentes Sociais do Brasil (CFESS, 2022). Além disso, são as populações negras do campo e da cidade as principais usuárias das políticas públicas implementadas pelo Serviço Social. Isso resulta da “abolição inacabada” que não garantiu as condições justas para que a



população negra alcançasse de fato a liberdade para vender a sua força de trabalho. Portanto, passados alguns séculos, ainda é a juventude negra o principal alvo da criminalização e do genocídio; são as mulheres negras ainda a maioria vitimadas pela morte materno infantil; São essas populações que ocupam as periferias das grandes cidades e que acessa com dificuldade, quando acessa, saneamento básico.

Os prejuízos nefastos deixados pelo sistema colonial de acumulação primitiva do capital, também estão presentes em alguns países do continente Africano. Os conflitos armados, a recente independência de alguns países, o neoextrativismo mineral e o início da consolidação de alguns direitos são alguns dos desafios na contemporaneidade. Mas esses, decerto, também estão acompanhados de potências a exemplo de eleições presidenciais com a presença de mulheres e com perspectivas mais progressistas.

São esses e tantos outros os motivos que nos impulsionam a reconhecer a importância desse E-book para o Serviço Social brasileiro em articulação com os demais países de língua portuguesa que foram unidos por uma história de exploração- opressão, mas também de luta e resistência. Ela versa sobre qual internacionalização nós estamos buscamos construir e defender. É sobre alterar as rotas, os mapas e as miras do norte para o sul e visibilizar histórias, conflitos e o Serviço Social desde o sul-global. Além de fortalecer essa internacionalização sul-sul, é também uma estratégia de destacar para o Serviço Social Mundial essa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Evidenciamos que essa publicação acontece durante a gestão da Federação Internacional de Trabalho Social (FITS) que tem, pela primeira vez, um presidente de Zâmbia, África. Também fazem quinze anos da criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) com campus nos estados da Bahia e do Ceará. A presença de assistentes sociais nesta instituição contribuiu para que o 50º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, realizado em 2023, aprovasse uma deliberação no Eixo das Relações Internacionais que versa sobre a importância dessa aproximação e articulação.

Escrevemos, por fim, essa apresentação que afirma a importância da internacionalização para o Serviço Social, no cenário devastador da continuidade dos ataques de Israel em Gaza, matando milhares de



peessoas, em especial, mulheres e crianças. Por isso, bradamos: Do rio ao mar, Palestina Livre!

“Que nossas vozes ecoem vida-liberdade” CFESS (2023-2026)





PREFÁCIO

É com grande orgulho e profundo respeito que apresento este volume, *Serviço Social nos países de língua portuguesa: trajetórias, diálogos e aproximações na perspectiva do Sul Global*. Esta publicação é oportuna e profundamente significativa. Ela vai além da documentação de experiências nacionais para oferecer um testemunho coletivo da resiliência, criatividade e compromisso ético do Serviço Social, tal como evoluiu em sociedades moldadas pelo colonialismo, pelas lutas pela independência, pela desigualdade e pelas aspirações duradouras por justiça e dignidade.

Os capítulos demonstram que o serviço social nos países africanos de língua portuguesa e no Brasil se desenvolveu em condições distintas daquelas que moldaram a profissão em grande parte do norte global. Em vez de seguir modelos lineares ou impostos externamente, essas trajetórias revelam uma profissão firmemente enraizada nas realidades vividas da pobreza, da construção do Estado pós-colonial, do conflito, da reconstrução e das persistentes desigualdades estruturais. O serviço social emerge como uma prática dinâmica e sensível ao contexto, forjada por meio de um estreito engajamento com as comunidades e os processos históricos.

As experiências da Guiné-Bissau, Angola e Cabo Verde ilustram esse processo vividamente. Na Guiné-Bissau, o crescimento da profissão é indissociável da luta pela independência e dos esforços contínuos



para combater a pobreza e a desigualdade, marcados pela criação de instituições de formação, organização profissional e filiação internacional à Federação Internacional de Assistentes Sociais. Em Angola, o Serviço Social reflete uma história moldada pela dominação colonial, libertação, conflito civil e reconstrução, com os/as assistentes sociais desempenhando um papel vital na resiliência, no cuidado e na coesão social. Em Cabo Verde, a profissão tem estado intimamente ligada ao desenvolvimento pós-independência e à proteção social, ao mesmo tempo que continua a enfrentar desafios relacionados com a autonomia profissional e a regulamentação ética.

Em conjunto, essas narrativas iluminam lutas e conquistas compartilhadas em toda a África lusófona. Embora os contextos sejam diferentes, os valores essenciais da profissão -direitos humanos, justiça social, dignidade e solidariedade- permanecem universais. O volume destaca a importância de indigenizar o Serviço Social, fundamentando a educação, a prática e a ética nas histórias locais, na sabedoria cultural e na experiência vivida. Como nos lembra o provérbio cabo-verdiano, *“Pedra sobi, pedra desce, ka ta perde luta”* -a luta nunca está perdida-, capturando a perseverança que define a profissão.

Além da África, este volume analisa criticamente a história colonial de Portugal e sua influência duradoura no serviço social, lembrando-nos de que a profissão nunca foi neutra: por vezes, refletiu sistemas de dominação, noutras, desafiou-os ativamente. Momentos de ruptura e resistência possibilitaram a renovação ética e o compromisso político, reforçando o potencial transformador do serviço social.

O livro também destaca a importância do diálogo e da solidariedade Sul-Sul. A colaboração entre instituições brasileiras de serviço social e suas contrapartes em países africanos de língua portuguesa demonstra como histórias compartilhadas de opressão podem ser transformadas em lutas conjuntas por emancipação. Essas trocas são éticas, políticas e epistemológicas, fundamentadas na aprendizagem mútua e no respeito.

Particularmente convincente é a ênfase na raça, no antirracismo e na descolonização do conhecimento, notadamente através da experiência da UNILAB. A integração de epistemologias afrocentradas e de uma formação antirracista e internacionalizada afirma o papel do Serviço Social na reparação histórica e na produção de conhecimento contra-hegemônico, alinhando-se estreitamente com o compromisso



global da Federação Internacional de Assistentes Sociais com os direitos humanos e a justiça social.

Em todas as contribuições, a mensagem é clara: o serviço social no sul global não é periférico ao futuro da profissão, é central para ele. Essas experiências desafiam narrativas dominantes, afirmam saberes plurais e reafirmam o serviço social como um projeto coletivo enraizado na solidariedade, na dignidade e na ação transformadora. Essa visão ressoa fortemente com a Carta dos Povos por um Mundo Eco-Social, que clama por um planeta justo, sustentável e interconectado.

Em nome da Federação Internacional de Assistentes Sociais, parabenizo aos autores, autoras, editores e editoras por esta contribuição rigorosa e inspiradora. Seu trabalho fortalece nossa memória coletiva, enriquece o diálogo global e promove um serviço social verdadeiramente global, comprometido com a construção de sociedades mais justas, inclusivas e humanas.

Joachim C. Mumba

Presidente

Federação Internacional de Assistentes Sociais

Tradução para o português feita por Lucía Gandolfi



FOREWORD

It is with great pride and deep respect that I present this volume, *Social Work in the Social Work in Portuguese-speaking countries: trajectories, dialogues, and convergences from a Global South perspective*. This publication is both timely and deeply significant. It moves beyond the documentation of national experiences to offer a collective testimony to the resilience, creativity, and ethical commitment of Social Work as it has evolved within societies shaped by colonialism, struggles for independence, inequality, and enduring aspirations for justice and dignity.

The chapters demonstrate that Social Work in Portuguese-speaking African countries and Brazil has developed under conditions distinct from those that shaped the profession in much of the Global North. Rather than following linear or externally imposed models, these trajectories reveal a profession firmly rooted in lived realities of poverty, post-colonial state-building, conflict, reconstruction, and persistent structural inequalities. Social Work emerges as a dynamic and context-responsive practice, forged through close engagement with communities and historical processes.

The experiences of Guinea-Bissau, Angola, and Cape Verde illustrate this vividly. In Guinea-Bissau, the profession's growth is inseparable from the independence struggle and ongoing efforts to combat poverty and inequality, marked by the establishment of training institutions, professional organisation, and international affiliation with IFSW. In Angola, Social Work reflects a history shaped by colonial domination, liberation, civil conflict, and reconstruction, with social workers playing a vital role in resilience, care, and social cohesion. In Cape Verde, the profession has been closely linked to post-independence development and social protection, while continuing to confront challenges related to professional autonomy and ethical regulation.

Taken together, these narratives illuminate shared struggles and achievements across Lusophone Africa. While contexts differ, the profession's core values of human rights, social justice, dignity, and solidarity remain universal. The volume underscores the importance of indigenising Social Work by grounding education, practice, and ethics in local histories, cultural wisdom, and lived experience. As the Cape Verdean proverb reminds us, “*Pedra sobi, pedra desce, ka ta perde luta*”



literally means, “stones may rise and fall, but the struggle is never lost”, capturing the perseverance that defines the profession.

Beyond Africa, the volume critically engages with Portugal’s colonial history and its enduring influence on Social Work, reminding us that the profession has never been neutral. At times it has reflected systems of domination; at others, it has actively challenged them. Moments of rupture and resistance have enabled ethical renewal and political commitment, reinforcing Social Work’s transformative potential.

The book also highlights the importance of South to South dialogue and solidarity. Collaboration between Brazilian Social Work institutions and their counterparts in Portuguese-speaking African countries demonstrates how shared histories of oppression can be transformed into shared struggles for emancipation. These exchanges are ethical, political, and epistemological, grounded in mutual learning and respect.

Particularly compelling is the emphasis on race, anti-racism, and the decolonisation of knowledge, notably through the experience of UNILAB. The integration of Afro-centric epistemologies and anti-racist, internationalised training affirms Social Work’s role in historical reparation and the production of counter-hegemonic knowledge, aligning closely with IFSW’s global commitment to human rights and social justice.

Across all contributions, the message is clear: Social Work in the Global South is not peripheral to the profession’s future; it is central to it. These experiences challenge dominant narratives, affirm plural knowledges, and reaffirm Social Work as a collective project rooted in solidarity, dignity, and transformative action. This vision resonates strongly with the People’s Charter for an Eco-Social World, calling for a just, sustainable, and interconnected planet.

On behalf of the International Federation of Social Workers, I commend the authors and editors for this rigorous and inspiring contribution. Their work strengthens our collective memory, informs global dialogue, and advances a truly global Social Work committed to building more just, inclusive, and humane societies.

Joachim C. Mumba

President

International Federation of Social Workers (IFSW)





NAVEGANDO ALÉM-MAR: O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DO CONJUNTO CFESS CRESS COM PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA.

Ana Paula Silveira de Morais Vasconcelos¹
Iara Vanessa Fraga de Santana²
Tales Willyan Fornazier Moreira³

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

Negros que escravizam
E vendem negros na África
Não são meus irmãos
Negros senhores na América
A serviço do capital
Não são meus irmãos
Negros opressores
Em qualquer parte do mundo

Não são meus irmãos
Só os negros oprimidos
Escravidados
Em luta por liberdade
São meus irmãos
Para estes tenho um poema
Grande como o Nilo.

(Negros, por Solano Trindade)

1 Assistente social, trabalhadora da política de saúde, Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social do Ceará (CRESS/CE), gestão 2023-2026. apsmsilveira@gmail.com.

2 Assistente social, docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), gestão 2023-2026. iara.santana@uece.br.

3 Assistente social, docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Conselheiro do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), gestão 2023-2026. taleswf@live.com.



NOTAS INTRODUTÓRIAS

A história que marca a realidade africana e brasileira, salvaguardadas suas particularidades histórico-sociais que remontam às características próprias de cada formação social, possui em comum, séculos de violência colonial, genocídio, exploração, escravização e o saque das riquezas e dos bens naturais dos povos originários, donos da terra, e das populações marcadas pela tragédia do tráfico negreiro.

Este cenário histórico e a realidade que ainda atravessa a vida de milhares de populações no Brasil e no continente africano carrega os vestígios deletérios do colonialismo, do escravismo e da ganância capitalista que, historicamente, lançou mão da pseudosuperioridade branca, da arrogância europeia e do etnocentrismo para relegar às populações socialmente racializadas como negras, a subserviência e a dependência ao imperialismo.

Como destaca Rodney (2022, p. 267), “o colonialismo aumentou a dependência da África em relação à Europa no que diz respeito ao número de pessoas levadas para a economia monetária e aos aspectos da vida socioeconômica no continente colonizado que dependiam da conexão com a metrópole”. Do mesmo modo, no Brasil, o colonialismo foi – e suas consequências permanecem sendo – uma grande ferida nas veias abertas da América Latina⁴.

Sendo assim, remontar os aspectos que aproximam a história dos povos africanos e brasileiros, na perspectiva de contar a história que a história não conta⁵, torna-se uma tarefa inadiável para o Serviço Social brasileiro e para o conjunto de pesquisadores/as e militantes negros/as e antirracistas, que engrossam as trincheiras da luta revolucionária contra o racismo numa direção que é, notadamente, anticapitalista e anti-imperialista.

É nessa mirada, compreendendo a urgência em avançarmos na construção internacionalista da luta antirracista, na necessária interlocução e aproximação com os países africanos, em especial de língua portuguesa, buscando compreender e apoiar a organização da categoria profissional nestes países, fortalecendo vínculos e construindo

4 Referência ao livro “As veias abertas da América Latina” de Eduardo Galeano e a música Sulamericano de Baiana System com participação de Manu Chao

5 Referência ao Samba Enredo da Mangueira de 2019 “Histórias para ninar gente grande”



uma articulação concreta com entidades e escolas de Serviço Social no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que o conjunto CFESS/CRESS tem avançado nesta quadra histórica.

Desse modo, as reflexões aqui presentes são resultantes das experiências recentes que vem sendo forjadas no âmbito do conjunto CFESS/CRESS, com ênfase nas ações construídas no triênio 2023-2026, a partir do protagonismo do CFESS, do CRESS Ceará e do CRESS Bahia, em articulação com a ABEPSS e com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

ALÉM-MAR: O CONJUNTO CFESS/CRESS NA CONSTRUÇÃO INTERNACIONALISTA DA LUTA ANTIRRACISTA

O movimento de internacionalização do Serviço Social mirando o sul global está inserido nos marcos da reconceitualização da profissão por toda Latinoamérica. As insurgências de ruptura com o imperialismo e a afirmação da classe trabalhadora marcada pelos séculos de escravidão negra e indígena, vai influenciar a ruptura da profissão com o conservadorismo e a manutenção da ordem autocrática burguesa.

Ainda sob a ditadura militar brasileira, acontece o I Seminário Latino-Americano no Brasil, em 1965, com a participação de colegas do Uruguai e da Argentina.

Nos anos seguintes, outras articulações foram se consolidando, ao passo que o Serviço Social brasileiro também foi firmando suas bases na teoria social crítica e na afirmação de um projeto profissional, que se vincula a um projeto societário anticapitalista.

Nesses anos de consolidação da lei 8.662/93 que regulamenta a profissão, de um novo Código de Ética (1993) e das Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS (1996), o CFESS passa também a inserir na agenda política do conjunto de conselhos da profissão a pauta das Relações Internacionais. Em 1993, através do “Conselhão” (Conselho de Entidades Profissionais Regulamentadas), o CFESS inicia suas primeiras incidências no contexto de formação do Mercosul (Behring, 1998 apud Cfess, 2006).



Em 1995, junto com a Associação de Assistentes Sociais do Uruguai e com a Federação Argentina, se comprometem a criar o Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social, que posteriormente assistentes sociais do Chile e do Paraguai também passam a compor. Três anos depois, no 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), a mesa redonda sobre Relações Internacionais permanecia apostando na formação de um bloco latino-americano em contraposição ao Nafta (EUA, Canadá etc.) (CFESS, 2006). Foi a partir deste ano, 1998, que o CFESS passou a acompanhar as Conferências Mundiais da Federação Internacional de Trabalhadores/as Sociais (FITS).

As gestões que conduzem o CFESS no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, assumem as primeiras coordenações do Comitê Mercosul, criado em 1996, e no triênio 2005-2008 a Comissão de Relações Internacionais é desmembrada da Comissão de Formação do CFESS. Foi a gestão “Defendendo Direitos – Radicalizando a Democracia”, que ficou responsável por realizar a Conferência Mundial de 2008 no Brasil.

Nessas quase duas décadas, o CFESS vem afinando suas ações e concepções em torno das Relações Internacionais. Em 2013 contribuiu diretamente com a constituição do Comitê Latino-Americano e Caribenho de Trabalho Social / Serviço Social (COLACATS). E nos últimos anos compôs instâncias da FITS⁶ (recordamos que o CFESS ingressa na Federação Internacional em 1996), a exemplo da vice-presidência da FITS América Latina e da Comissão de Direitos Humanos.

Nesse cenário de uma nova geografia do capital, o tempo e o espaço abreviados buscam a circulação intensa e inesgotável de mercadorias, inclusive humanas, rompendo quaisquer barreiras do Norte para o Sul (Harvey, 2011). Porém, a recíproca não é verdadeira. Os países colonizados, Sul-Sul, os “de baixo”, permanecem inseridos na economia mundial como fornecedores de matérias primas e de mão de obra. A comoditização da economia contribui para a manutenção de uma economia dependente dos países da América Latina e de África, cuja classe trabalhadora e os bens comuns permanecem sendo super explorados.

Exemplo trágico dessa conformação das forças econômicas pode ser observado a partir do neoextrativismo (Svampa, 2020). Essa estratégia econômica persiste e se atualiza em ambos os continentes. Na América

6 Ou IFSW – *International Federation of Social Workers* (Federação Internacional de Assistentes Sociais).



Latina, por exemplo, a mineração de lítio se avoluma e Argentina, Bolívia e Chile integram o chamado “Triângulo do Lítio sul-americano”⁷. Em África, a mineração de cobalto na República Democrática do Congo, também vem sendo responsável pela violação dos direitos humanos e do esgotamento da natureza⁸.

Essa conexão Sul-Sul nos alinha na história de luta e resistência ao imperialismo dos países de economia central e ao racismo (neo)colonial. Nas palavras de Gonzalez (1988) “quando se analisa as estratégias utilizadas pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da ‘superioridade’ do colonizador pelos colonizados” (p. 78). Isso será regra por toda a “América Latina”. Mas, diferente do racismo praticado nas colônias que viveram o apartheid, a exemplo da África do Sul, nas sociedades do lado de cá imperou um racismo disfarçado, classificado pela mesma autora como “racismo por denegação”.

Aqui prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’. A chamada América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação. Sobre tudo nos países de colonização luso-espanhola, onde as pouquíssimas exceções (como a Nicarágua e seu Estatuto de Autonomia de las Regiones de la Costa Atlántica) confirmam a regra (Gonzalez, 1988, p. 72).

O caminho trilhado pelo Conjunto Cfess/Cress vem mostrando que as relações internacionais que defendemos, e que precisamos continuar avançando e consolidando, são necessariamente antirracistas e contra coloniais, como enfatiza Nêgo Bispo (2015)⁹. Nesse sentido, a tarefa coletiva que se coloca como inadiável para toda a categoria profissional no tempo presente é seguir perseguindo essa direção, mirando um horizonte radicalmente livre e de emancipação humana para todos os povos.

7 Disponível em: Conheça os donos das enormes reservas de lítio na Argentina | Dialogue Earth. Acesso em 24 de julho de 2025.

8 Disponível em: O que leva Apple, Google, Tesla e outras empresas a serem acusadas de lucrar com trabalho infantil na África - BBC News Brasil. Acesso em 24 de junho de 2025.

9 Referimos-nos ao debate realizado pelo autor em “Colonização, quilombos: modos e significados”.



SERVIÇO SOCIAL E DIÁLOGOS BRASIL/ÁFRICA

Imbuídos/as na urgência em avançarmos – radicalmente – no debate das relações étnico-raciais e na práxis antirracista, no campo da formação e do trabalho profissional, nós assistentes sociais, docentes, discentes e pesquisadores/as negros/as, indígenas e quilombolas da área do Serviço Social, temos ecoado nossas vozes por vida-liberdade¹⁰, irrompendo o silêncio que, por décadas, contribuiu para a invisibilidade histórica dessa discussão na profissão.

Muitos tem sido os acúmulos que o Serviço Social brasileiro tem construído nesse campo, com importante protagonismo das entidades representativas, em especial, a partir dos meados da última década¹¹. Contudo, se muito já foi feito, o caminho para enraizar, de fato, o debate e a práxis antirracista, superando uma mera adesão formal e avançando para uma efetiva adesão real ao antirracismo na categoria profissional (Moreira, 2024), ainda é longo e permeado por incontáveis desafios.

É importante registrar que o mito da democracia racial ainda não foi superado na profissão, pois, como parte e expressão da própria realidade, o Serviço Social é atravessado pelos dilemas e contradições que marcam a sociabilidade burguesa e cada tempo histórico, sendo necessário reafirmar cotidianamente o legado construído pela profissão a partir da virada crítica¹², e os valores éticos e políticos que sustentam a direção emancipatória do projeto ético-político profissional.

Ao mesmo tempo em que inúmeros desafios comparecem no âmbito da profissão em relação a avançar, de maneira radical, no debate e nas ações de enfrentamento ao racismo no contexto do trabalho e da formação profissional, a nível de graduação e de pós-graduação,

10 Referência ao poema Vozes-Mulheres de Conceição Evaristo, que inspirou o nome da atual gestão do Cfess “Que nossas vozes ecoem vida-liberdade” (2023-2026).

11 Como destaca Moreira (2024), desde os meados da última década, o debate étnico-racial e do antirracismo não saiu mais do radar e da agenda política de tais entidades, pois, ao menos desde 2017, estas entidades representativas têm construído, de forma coletiva e ininterrupta, uma profusão de debates, subsídios e ações em torno dessa discussão, contribuindo para a construção de competências e habilidades profissionais antirracistas, no campo da formação graduada, pós-graduada e do trabalho profissional. Contudo, o movimento de inserção deste debate na profissão possui um longo percurso, protagonizado de forma coletiva pelas assistentes sociais negras desde a década de 1980, cujo marco coletivo e emblemático é o VI CBAS – mas com histórico de movimentos anteriores a esse período.

12 Referimos-nos ao marco do III CBAS de 1979, conhecido entre nós como “Congresso da Virada”.



também temos vivenciado nesta quadra histórica uma significativa presença-potência de jovens negros/as, indígenas, militantes, que tem desenvolvido pesquisas na área, no campo da tradição marxista e da inspiração marxiana, e que não tem recuado em cerrar os punhos e engrossar as trincheiras da luta antirracista na profissão.

Esse movimento coletivo e diverso tem evidenciado a profundidade das nossas alianças, ademais, que nossos corações, mesmo separados, continuam a bater como se estivessem em um só corpo e que nossas vozes, mesmo fraturadas pela violência secular do colonialismo, continuam cantando em unísono¹³. Processo este que também confirma a máxima de que *nossos passos vêm de muito longe*, que sonhamos para além das cercas e que apesar das acontecimentos do banzo, seguimos (Evaristo, 2008).

Contudo, há desafios concretos que precisamos ainda enfrentar. Faltam-nos importantes acúmulos em relação ao debate de África no Serviço Social. Precisamos urgentemente nos apropriar das produções de pensadores/as africanos/as, marxistas e lutadores/as revolucionários/as que possuem importantes contribuições nesse campo, tais como: Kwame Nkrumah, Aimé Césaire, CLR James, Ângela Davis, Walter Rodney, Samora Machel, Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, Frantz Fanon, Thomas Sankara, Lélia Gonzalez, Samir Amin, Clóvis Moura, Kevin Okoth, dentre outros/as.

Rodney (2022), em “Como a Europa subdesenvolveu a África” traz contribuições valiosíssimas para compreendermos o processo de subordinação e subdesenvolvimento forçado que a Europa, historicamente, condicionou a África. Nesse diapasão, ele demonstra que o subdesenvolvimento é resultado direto da exploração histórica da Europa sobre o continente africano, enfatizando o papel central do colonialismo e do imperialismo na destruição das estruturas econômicas, sociais e culturais africanas, desmistificando a hipocrisia colonial de que “a Europa inseriu a África no século XX” (Rodney, 2022, p. 245).

Pautado numa análise marxista e histórico-crítica, o autor discorre como o colonialismo europeu subdesenvolveu o continente africano, evidenciando ainda que as raízes dessa dinâmica estão vinculadas e são inerentes ao próprio capitalismo global que, historicamente, lançou

13 Referência a um trecho extraído do livro “Saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe”, organizado por Jurema Werneck, Evelyn White e Maisa Mendonça (2006).



mão da exploração, da violência, da escravização de povos e do saque de riquezas e recursos naturais para se consolidar.

O colonialismo não ofereceu à África bases reais de crescimento [...] Em vez de acelerar o crescimento, as atividades coloniais, como a mineração e a agricultura comercial, aceleraram a decadência da vida africana “tradicional”. Em muitas partes do continente, aspectos vitais da cultura foram afetados negativamente, sem a substituição por algo melhor. As forças capitalistas por trás do colonialismo interessavam-se em pouca coisa além da exploração da mão de obra (Rodney, 2022, p. 263-264).

Nesse aspecto, torna-se imperioso o entendimento do que significou o colonialismo e seus impactos destrutivos em África – assim como nas demais regiões do mundo que vivenciaram a violência e a usurpação colonial. Portanto, urge a compreensão de que o subdesenvolvimento, ao contrário do que muitas vezes é retratado pela historiografia eurocêntrica, não é uma condição natural ou resultado de “atraso” interno da África.

Pelo contrário, o subdesenvolvimento do continente africano é um produto do “desenvolvimento” da Europa, especialmente a partir de processos colonialistas e imperialistas. A ideia de que a África era “primitiva” ou “atrasada” antes do contato com os europeus é uma construção ideológica¹⁴ utilizada para justificar a exploração e o saque das suas riquezas.

Assim, dentre todas as consequências nefastas do colonialismo, destacamos também a dependência – forçada – em que o continente africano foi submetido frente a Europa. Como destaca Rodney (2022, p. 267):

O impacto da dependência foi sentido em todos os âmbitos da vida das colônias e pode ser considerado a distorção culminante entre as consequências sociais, políticas e econômicas negativas do colonialismo na África, sendo o principal responsável pela perpetuação da relação colonial no período denominado de neocolonialismo.

Por isso, desocultar esses processos, indo às suas raízes, trata-se de uma tarefa imprescindível para o Serviço Social brasileiro, posto que a

¹⁴ Não é sem motivos que Moura (1994) destaca que o racismo é uma arma ideológica de dominação



luta antirracista – componente central e indissociável da luta de classes no Brasil e no mundo – precisa, necessariamente, ser internacionalista, pois se “o capitalismo é um universal que se realiza na particularidade de cada país/região” (Manoel, 2019, p. 31), sua dinâmica destrutiva é global e exige que as lutas pelo seu fim, com todas suas consequências deletérias, também sejam articuladas no plano internacional.

Compreender, dessa forma, o subdesenvolvimento do continente africano – assim como, em maior ou menor escala, dos demais países colonizados ao redor do mundo – como processo histórico derivado do colonialismo e do desenvolvimento do capitalismo, bem como as consequências bárbaras da exploração do trabalho africano e da escravização desses povos, em especial nas Américas, e como essas experiências nefastas impactaram desastrosamente a formação social dos países, relegando as populações negras ex-escravizadas à franja marginal (Moura, 1983) da sociedade, exige de nós a leitura e compreensão do mundo, para além da ótica limitada, racista e etnocêntrica europeia.

Mirar e remar na direção desse horizonte além-mar, na perspectiva de fortalecer as lutas e resistências desde o sul global, nos permitirá cavar os processos de ruptura com o imperialismo, o capitalismo e o racismo, formulando alternativas coletivas e unificadas “dos de baixo”, rumando a construção de um mundo radicalmente livre de exploração, opressão e dominação. Um mundo humanamente emancipado!

CONJUNTO CFESS/CRESS E AS ALIANÇAS COM OS PAÍSES DA CPLP

Os Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS são os principais espaços de deliberação da categoria profissional de assistentes sociais no Brasil. O 50º Encontro Nacional, realizado em 2023, foi um marco significativo na história do Serviço Social brasileiro. Esse espaço, considerado a instância máxima deliberativa da categoria, consolidou um conjunto robusto de propostas que reafirmam o compromisso com o projeto ético-político profissional, com os direitos humanos e com a construção de alianças internacionais – e em especial com os países



africanos de língua portuguesa que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O evento, permeado por fortes emoções, esperanças e desafios, ocorreu em um momento de reencontro pós-pandêmico. Foi um espaço de reconstrução de vínculos, reflexões críticas e reafirmação da luta coletiva. Com a participação ativa de entidades históricas como a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e a ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), o encontro trouxe à tona a força do Serviço Social como projeto de resistência, liberdade e transformação.

A busca pela aproximação com os países africanos da CPLP e a construção coletiva e internacionalista ficou demarcada entre os principais encaminhamentos e destacou-se o compromisso com a internacionalização das lutas da categoria e a aproximação com os países africanos de língua portuguesa.

Essa pauta foi formalmente deliberada no eixo de “Relações Internacionais”, com dois objetivos centrais: aproximar e apoiar a organização da categoria nos países africanos de língua portuguesa; realizar levantamento sobre o Serviço Social nesses países, buscando compreender melhor a profissão, fortalecer vínculos e construir uma articulação concreta com entidades e escolas de Serviço Social no contexto da CPLP (CFESS, 2023).

No eixo de “Ética e Direitos Humanos”, o Conjunto deliberou pela construção de ações de fortalecimento da luta antirracista, fundamental para o enfrentamento ao racismo e para o fortalecimento da identidade e diversidade étnico-racial. Destaca-se a proposta de incentivar a organização de comitês, comissões e coletivos antirracistas nos CRESS, em articulação com movimentos como a Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, a Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, além da própria ABEPSS e ENESSO (CFESS, 2023).

Essa iniciativa dialoga diretamente com as lutas dos povos africanos, afrodescendentes, bem como de populações originárias e demais segmentos de povos e comunidades tradicionais, o que reforça a necessidade de uma aproximação internacionalista antirracista que tenha como base documentos importantes como a Carta do Seminário



Latino-Americano e Caribenho sobre Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos¹⁵.

O tema das migrações também teve centralidade nas deliberações. Foi aprovada a proposta de fomentar o debate e incidir junto aos órgãos do Estado pela defesa de políticas públicas voltadas a migrantes, apátridas, comunidades tradicionais e povos originários, baseando-se nas experiências acumuladas pelo Conjunto, como o Seminário Nacional de Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais, realizado de 06 a 08 de julho de 2016 na Universidade Federal do Pará (UFPA), com o tema “As fronteiras (in)visíveis do capital: desafios para o Serviço Social¹⁶”.

Essa pauta converge diretamente com a realidade e os desafios vivenciados por muitos/as estudantes africanos/as no Brasil, especialmente nas regiões de fronteira e em universidades como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB).

Assim, as deliberações construídas no 50º Nacional do Conjunto CFESS/CRESS se somam aos esforços já em curso com instituições como a UNILAB que se coloca como espaço estratégico de articulação entre estudantes brasileiros/as e africanos/as, e onde a atuação de assistentes sociais, docentes e discentes, especialmente no campus da UNILAB no Ceará, revela os desafios e potências dessa cooperação.

Essa experiência de formação de assistentes sociais com estudantes provenientes de países como Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Cabo Verde, traz um campo fértil para troca de saberes, cultura, resistência científica e construção de uma prática profissional enraizada nos princípios da justiça social, da equidade e da autodeterminação dos povos.

Trata-se de um desafio organizativo real, mais do que isso, mobilizar e engajar a participação ativa de assistentes sociais de base, sobretudo aquelas que atuam na UNILAB, é vital para que essa aproximação com os países africanos da CPLP não seja apenas simbólica, mas prática, estruturada e potente.

15 Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/arquivos/carta-compromisso-seminarioLatino-2022.pdf>

16

Acesse o conteúdo dos debates realizados, disponíveis no canal do CFESS no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=Vdm_kQW903U



A presença de docentes assistentes sociais nesse contexto possibilita a consolidação de um campo de formação e trabalho profissional comprometido com a interculturalidade, os direitos humanos e a justiça social em uma perspectiva internacionalista e antirracista.

Assim, o 50º Encontro Nacional reafirma que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro se fortalece na pluralidade de sujeitos, no enfrentamento às desigualdades e na construção de pontes – entre continentes, povos e saberes – como estratégia de resistência e transformação.

Outra experiência que merece ser registrada foi a participação do CFESS na Conferência Mundial de Serviço Social e Desenvolvimento Social, que ocorreu entre os dias 04 e 07 de abril de 2024 no Panamá, com o tema “Respeito pela diversidade por meio de ações sociais conjuntas”. Na ocasião, o CFESS esteve representado por três conselheiras/o que participaram, além de toda a programação do evento, da assembleia mundial da FITS que antecedeu a Conferência, bem como de reuniões de articulação com países da América Latina¹⁷.

Enquanto CFESS, também realizamos diálogos e aproximações com companheiros/as de países africanos, a exemplo do atual presidente da FITS, Joachim Mumba, primeiro presidente africano da história da Federação. Outra incidência importante foi a distribuição do CFESS Manifesta, construído em ocasião da Conferência Mundial, intitulado “América Afro-Indígena em luta permanente pela democracia¹⁸”, publicado em português, inglês e espanhol.

As reflexões presentes neste documento reafirmam a análise crítica e o compromisso do Serviço Social brasileiro na defesa intransigente dos direitos humanos, no enfrentamento ao racismo e todas as formas de exploração e opressão, que marcam o cotidiano de milhares de povos negros e indígenas em todo o país e no mundo. Como destacado no documento:

Os sujeitos políticos dos países da América Latina e Caribe possuem trajetórias marcadas por exploração e opressões de vários níveis. Em nome da acumulação capitalista, os países da periferia do mundo têm suas riquezas naturais perversamente exploradas, provocam genocídios, sobretudo da população negra e indígena, e vivenciam

17 Saiba mais sobre a participação do CFESS em: <https://www.cfess.org.br/noticia/view/2105>
18 Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2024-trilingue-site.pdf>



condições de vida e de trabalho precárias, em face das demandas lucrativas de países centrais. Tais países são o “quarto de despejo” do centro da economia mundial (menção à obra “Quarto de Despejo”, de 1960, de Carolina Maria de Jesus, brasileira negra, catadora de materiais recicláveis e escritora, afirma que a “favela é o quarto de despejo da cidade”) [...] Esses povos realizaram revoluções e, cotidianamente, ainda fazem resistências anticapitalistas; demarcam e cultuam a terra; defendem a fauna e a flora diversa e; protegem, a duras penas, a Amazônia (CFESS, 2024, n.p.).

Além disso, também levamos exemplares do Código de Ética trilingue e outros materiais que foram entregues a representantes de diversos países do mundo, movimento que permitiu reafirmar a importância e o protagonismo do Serviço Social brasileiro como referência na construção do pensamento crítico e na produção teórica na área.

Nessa direção, pudemos registrar e evidenciar ao mundo parte dos importantes acúmulos teóricos e assunções ético-políticas que tem ecoado no interior da profissão no país, cujos avanços são caudatários das lutas históricas e das formulações teórico-políticas protagonizadas por assistentes sociais negras/os, indígenas e antirracistas na categoria profissional. Pudemos, portanto, demarcar que:

*Nesta Conferência Mundial de Serviço Social – Panamá/2024, queremos chamar atenção de delegações do Serviço Social do mundo para os contextos geopolíticos enfrentados na América Latina e Caribe, que se espalham (ou refletem) os movimentos globais. Vimos declarar que **é preciso prática política internacionalista, para enfrentar os desafios do nosso tempo, para colocar a classe trabalhadora, em toda sua diversidade, como sujeito político capaz de evocar suas reais necessidades e organizar as lutas contra os inimigos já conhecidos – o neoliberalismo e o conservadorismo – mas, também, de se reinventar, avançando nas lutas revolucionárias e de unidade, chamando a atenção para a potência que os países periféricos, com suas trajetórias de resistência, possuem em face do capitalismo destruidor de vidas e de sonhos!** (CFESS, 2024, n.p., grifos nossos).*

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como tentamos evidenciar ao longo destas breves reflexões, o Serviço Social brasileiro, especialmente através das suas entidades representativas, tem construído caminhos importantes na direção da luta antirracista, numa perspectiva anticapitalista com direção internacionalista e anti-imperialista.

Ao mesmo tempo, ainda comparecem significativos desafios nesse campo e, o próprio movimento da realidade, tem nos convocado a enfrentá-los, numa dimensão radical, construindo unidades estratégicas que mirem para a construção de uma sociedade radicalmente livre e emancipada humanamente.

Temos como *tarefa inadiável* no tempo presente, nos aproximar e conhecer cada vez mais a história real dos países do continente africano, assim como da própria Latinoamérica, forjando lutas coletivas que nos aproximam. Temos também a *tarefa coletiva* de avançarmos no debate acerca dos povos indígenas e dos demais povos e comunidades tradicionais, posto ainda ser uma lacuna na área o debate étnico, sobretudo, considerando as particularidades da Amazônia e suas fronteiras.

Desse modo, precisamos cada vez mais afirmar uma perspectiva de internacionalização crítica, radical e dialogada com os países do sul-global, com “os de baixo”. Que possamos girar o mapa, alterar a rota e seguir navegando nessa direção.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Relatório consolidado do 50º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/relatoriofinal-50nacional.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **CFESS Manifesta - América Afro-Indígena em luta permanente pela democracia**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2024-trilingue-site.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.



CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **O CFESS e as Organizações Internacionais de Serviço Social**. Joaquina Barata Teixeira. Conselheira do CFESS e Membro Vogal da Federação Internacional de Assistentes Sociais – FITS. Brasília, 2006.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANOEL, Jones. **A luta de classes pela memória: raça, classe e Revolução Africana**. In: MANOEL, J; LANDI G. (org.). **Revolução africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOREIRA, T. W. F. **Adesão formal ou real ao antirracismo no Serviço Social? Caminhos e descaminhos do debate étnico-racial na categoria profissional**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2024.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, Salvador, n. 14, p. 124-137, 1983.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. 1994. Disponível em: http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI, 2015.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução Lígia Azevedo. Editora Elefante. 2020.





O DEBATE DA QUESTÃO RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E SUA EXPRESSÃO NA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO INTERNACIONALIZADA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNILAB

Cinthia Fonseca Lopes¹

Esther Luíza de Souza Lemos²

Leila Carine dos Reis Conceição³

INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro é fruto de uma trajetória marcada por profundas transformações teóricas, políticas e éticas. Ao longo das últimas décadas, a profissão consolidou uma identidade crítica, sustentada no materialismo histórico-dialético e comprometida com a

1 Docente do Curso de Serviço Social da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB). cinthiafonseca@unilab.edu.br.

2 Assistente social, docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). estherlemos@gmail.com.

3 Assistente social, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia. Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social da Bahia (CRESS/BA), gestão 2023-2026). leila.reis23@gmail.com.



defesa intransigente dos direitos humanos e com a emancipação das classes trabalhadoras. Essa virada epistemológica e política possibilitou à profissão romper com suas raízes conservadoras e assumir um papel protagonista nas lutas sociais, articulando teoria e prática na análise da questão social. Nesse processo de renovação, emerge de forma incontornável o reconhecimento de que as desigualdades raciais constituem não só uma expressão, mas um fundamento para pensar a questão social brasileira.

Compreender o racismo como uma dimensão estruturante da sociedade capitalista é um desafio teórico e político fundamental para o Serviço Social.. Essa compreensão amplia a leitura crítica da realidade e reafirma que uma formação profissional comprometida com a emancipação humana deve, necessariamente, ser uma formação antirracista. O enfrentamento ao racismo, portanto, não é uma pauta acessória, mas um eixo estruturante do projeto ético-político da profissão, que se propõe a intervir sobre as múltiplas formas de opressão que compõem o tecido social brasileiro.

Nesse sentido, as entidades representativas da categoria – ABEPSS, CFESS e CRESS – desempenham papel decisivo na consolidação de uma agenda antirracista no interior da profissão. É nesse horizonte que se insere a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), criada em 2010 com a missão de promover a integração entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa, por meio da cooperação solidária Sul-Sul.

O Curso de Serviço Social da UNILAB, instituído em 2021 e iniciado em 2022, constitui uma expressão concreta dessa proposta ao conjugar a formação profissional crítica com a centralidade do debate racial e das particularidades históricas dos países africanos de língua portuguesa.

Assim, o presente artigo tem por objetivo analisar o debate da questão racial no Serviço Social brasileiro e sua expressão na experiência internacionalizada do curso de Serviço Social da UNILAB, destacando as contribuições da profissão para o enfrentamento ao racismo estrutural e para a construção de saberes decoloniais. O texto está organizado em quatro eixos analíticos: o primeiro discute os fundamentos da formação profissional em Serviço Social no Brasil e o processo de consolidação do projeto ético-político crítico; o segundo aprofunda a relação entre questão social, racismo e trabalho profissional, compreendendo a



questão racial como dimensão constitutiva da desigualdade social; o terceiro aborda os avanços da pauta racial no interior da profissão, evidenciando o papel histórico da ABEPSS e do CFESS, e, por fim, o quarto eixo apresenta a experiência do curso de Serviço Social da UNILAB, analisando como a formação internacionalizada e antirracista vem se configurando como um novo paradigma de cooperação e produção de conhecimento entre Brasil e África.

Ao propor essa reflexão, o artigo reafirma que o Serviço Social, enquanto profissão inscrita na luta pela emancipação humana, é chamado a tensionar as estruturas do racismo e do colonialismo ainda presentes nas práticas institucionais, nos currículos e nas relações sociais. A experiência da UNILAB, apoiada pela ABEPSS e pelo CFESS, demonstra que é possível articular uma formação crítica, antirracista e internacionalizada, comprometida com a transformação social e com a construção de um conhecimento crítico, compromissado e eticamente referenciado.

FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Podemos traçar os caminhos do Serviço Social do Brasil a partir de marcos históricos e suas respectivas abordagens epistemológica, fruto de um processo de mudança significativo, buscando superar suas raízes conservadoras e construir uma prática profissional crítica e engajada na luta por justiça social. Segundo Netto (2001), esse processo de mudança pode ser descrito em três vertentes no Brasil, sendo estas: a tendência modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. A vertente modernizadora, predominante até os anos 70, buscava modernizar a profissão a partir da revisão de métodos e técnicas, visando a adequação às novas exigências do contexto. Essa vertente via o Serviço Social como um elemento que impulsiona e integra o processo de desenvolvimento.

A vertente da reatualização do conservadorismo buscava desenvolver procedimentos diferenciados para a ação profissional com base no que seus teóricos consideravam como referencial fenomenológico. Essa vertente se caracteriza por uma visão psicologizante das relações



sociais e recupera os aspectos mais conservadores da herança profissional. A terceira vertente, que surgiu nos anos 80, foi a marxista, e é chamada de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. Essa perspectiva, levou a profissão a tomar consciência de sua inserção na sociedade de classes, gerando um movimento de questionamento da atuação profissional e dos rumos da sociedade da época.

Neste processo de tomada de consciência, a partir da interlocução como o marxismo na análise crítica da profissão, passamos a buscar a compreensão da profissão na dinâmica do capital monopolista, a partir de José Paulo Netto, a analisar a particularidade da profissão na divisão social do trabalho com Marilda Iamamoto, além de construir o debate sobre a instrumentalidade no Serviço Social com Yolanda Guerra e a discussão sobre a ética e seus fundamentos ontológicos com Maria Lúcia Barroco.

A partir deste amadurecimento ético, teórico e político da profissão, a categoria se direciona a um projeto de sociabilidade que não é a do capital. Como afirma Tales Fornazier (2018), a interlocução com a teoria marxista foi o grande “salto ontológico” da profissão. As novas diretrizes curriculares de 1996 consolidaram essa mudança, a formação profissional seguiu esse “salto ontológico” levando a uma mudança significativa na autoimagem da profissão, formando profissionais mais críticas e capazes de analisar a realidade social de forma totalizante (Ortiz, 2010).

São os fundamentos do serviço social, orientados pela teoria marxista, a partir de um conjunto de conhecimentos interligados que fornecem a base para a compreensão da realidade social e orientam a prática profissional dos assistentes sociais. Os referidos fundamentos se desdobram em três núcleos principais, a saber: fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional. Esses núcleos devem ser compreendidos de forma articulada e não fragmentada, pois a segmentação compromete a lógica das Diretrizes Curriculares.

Estes fundamentos estão diretamente interligados com a prática profissional, pois fornecem as ferramentas para que o assistente social analise a realidade social de forma crítica, considerando as relações de poder, as contradições e as possibilidades de transformação.



A articulação entre os núcleos de fundamentos e a concepção materialista da história permite ao profissional ter uma prática politizada, comprometida com a emancipação humana e a superação das desigualdades sociais.

A apreensão da história na perspectiva materialista, e não como uma sequência de fatos cronológicos, é crucial para que o assistente social não se limite à superficialidade dos fenômenos sociais. As relações sociais devem ser analisadas em sua profundidade histórica e em conexão com o modo de produção capitalista. A sólida compreensão dos fundamentos proporciona ao assistente social a capacidade de realizar mediações, conectando as demandas individuais às determinações sociais mais amplas, construindo respostas mais efetivas às expressões da questão social (ABEPSS, 1996).

A articulação entre os núcleos de fundamentos e a concepção materialista da história permite ao profissional ter uma prática profissional politizada, comprometida com a emancipação humana e a superação das desigualdades sociais. A apreensão da história na perspectiva materialista, e não como uma sequência de fatos cronológicos, é crucial para que o assistente social não se limite à superficialidade dos fenômenos sociais (NETTO, 2001). As relações sociais devem ser analisadas em sua profundidade histórica e em conexão com o modo de produção capitalista. A sólida compreensão dos fundamentos proporciona ao assistente social a capacidade de realizar mediações, conectando as demandas individuais às determinações sociais mais amplas, construindo respostas mais efetivas às expressões da questão social (ABEPSS, 1996).

No entanto, pesquisas indicam que a abordagem dada aos núcleos da formação profissional frequentemente ocorre de forma fragmentada, apresentada como uma “tricotomia”, em vez de articulados entre si sob uma perspectiva de totalidade. Essa fragmentação pode resultar em equívocos teóricos e práticos no exercício profissional, impactando a capacidade da assistente social construir respostas eficazes para as demandas sociais. Além de enfraquecer a apreensão da história conforme proposta por Marx e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). As diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social de 1996 (ABEPSS), corresponde a um dos três pilares do projeto ético-político profissional no Serviço Social brasileiro junto ao Código de Ética de 1993, e a Lei 8.662/93 (que regulamenta a profissão).



Neste ponto, observamos que a relação entre os fundamentos do Serviço Social e o exercício profissional é intrínseca e crucial, configurando a relação entre fundamento e trabalho, conformando o cerne da formação profissional em serviço social.

QUESTÃO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL NO BRASIL: O CERNE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Refletir sobre fundamento e trabalho é reconhecer que a “questão social” serve como alicerce para a especialização do trabalho do assistente social, um conceito complexo que abrange as diversas manifestações das desigualdades inerentes à sociedade capitalista, originando-se da contradição entre a produção social coletiva e a apropriação privada de seus resultados, ou seja – a desigual distribuição de riqueza produzida pelo capital. Em uma sociedade forjada no escravismo colonial, falar em questão social é falar de uma das suas expressões – o racismo, que estrutura as relações sociais, sendo base para a referida contradição e distribuição desigual de riqueza.

Em uma sociedade forjada no escravismo colonial, falar em questão social é falar de uma das suas expressões – o racismo, que estrutura as relações sociais, sendo base para a referida contradição e distribuição desigual de riqueza. Reivindicando a radicalidade com a qual dialoguei no início desse texto, retomo esse conceito para destacar que para emergir uma sociedade livre de opressão de qualquer natureza, é preciso apontar o racismo como um alicerce da questão social.

Posto isso, alinhada ao entendimento de que serviço social é trabalho, é preciso refletir sobre as competências do Serviço Social enquanto profissão, sendo estas: intervenção direta, formação profissional, produção de conhecimento e organização política, destaco que essas competências são interrelacionadas e que moldam a identidade e atuação profissional. A intervenção direta envolve o trabalho direto com as consequências da “questão social”, principalmente através do mercado de trabalho para assistentes sociais. A intervenção é moldada pelas transformações trazidas pela atual crise capitalista global e pelas respostas neoliberais a ela, o que resultou no aumento da exploração do trabalho, na perda de direitos trabalhistas e no enfraquecimento



da organização e luta trabalhista, especialmente em países periféricos como o Brasil (DOS SANTOS, 2022).

A formação profissional está diretamente relacionada ao projeto ético-político do Serviço Social que busca uma educação que promova a emancipação social. Entretanto, se desenvolve em meio às contradições entre as estratégias da reforma do ensino superior, que visam a flexibilização da educação e da pesquisa para o mercado e a resistência e defesa das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 (DOS SANTOS, 2022).

A produção de conhecimento apresenta-se como um grande desafio, apesar do crescimento da pesquisa em Serviço Social desde o início da pós-graduação na área em 1972, a Política de Pós-Graduação tende a concentrar recursos em ciências exatas e engenharias, em detrimento das ciências humanas e sociais. As duas subáreas reconhecidas desde 1984 (Fundamentos do Serviço Social e Serviço Social Aplicado) não abrangem totalmente a diversidade de temas pesquisados na área, sendo preciso refletir sobre sua ampliação e alcance (DOS SANTOS, 2022).

A organização política da categoria, materializada em entidades como o CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO, contribui com a defesa do projeto profissional. As referidas entidades representam os assistentes sociais e têm se posicionado e agido contra as forças conservadoras na sociedade que afetam a profissão e as lutas democráticas e emancipatórias. Essas entidades defendem uma formação profissional que proporcione aos assistentes sociais uma perspectiva crítica e abrangente da realidade, atuam na defesa de direitos, na formação profissional e na produção de conhecimento crítico (DOS SANTOS, 2022). A organização política é uma dimensão crucial do Serviço Social no Brasil, especialmente na contemporaneidade, atuando como alicerce para a defesa do projeto profissional crítico e a promoção de ações estratégicas em prol da classe trabalhadora (LEWGOY, 2016).

Em vista disso, constatamos que a articulação entre a formação profissional e o trabalho profissional é fundamental para a concretização dessa dimensão política. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 enfatizam a importância de uma formação que não se limite à transmissão de conteúdos, mas que estimule o desenvolvimento de um perfil profissional capaz de analisar criticamente a realidade e intervir de forma ética e politicamente situada. A dimensão política é intrínseca



à concepção materialista da história presente nos fundamentos do Serviço Social.

Neste sentido, destacamos que uma formação profissional crítica, é uma formação profissional antirracista, que capacita assistentes sociais a confrontar as disparidades raciais e promover a justiça social para grupos historicamente marginalizados. A formação antirracista é crucial para que o/a assistente social possa atuar de forma ética e competente no enfrentamento ao racismo e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (DE ARAUJO MADEIRA, 2022).

AVANÇOS DA PAUTA DA QUESTÃO RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL

A questão social, historicamente, se relacionou com o Serviço Social, mas a questão racial foi um tema marginalizado dentro da profissão. A visão eurocentrada, contada a partir de referências colonizadas, pode ser um dos diversos fatores, que marginalizaram esta discussão no Serviço Social. Visto que, a reflexão sobre a dinâmica entre capital-trabalho e a ideologia da democracia racial, invisibilizaram a importância da questão racial para a formação sócio-histórica brasileira. Entretanto, a partir da década de 1980, assistentes sociais engajados em lutas antirracistas e pesquisadores da temática começaram a impulsionar o debate dentro da profissão. A partir daí, diversas iniciativas foram tomadas para fortalecer a inclusão da questão racial na agenda do Serviço Social.

Dentre estas agendas, que contribuíram para essa mudança, está a crescente produção acadêmica sobre relações étnico-raciais no Serviço Social e marcos históricos como a Criação do Código de Ética (1993), que norteia o exercício profissional para combater opressão e discriminação.

A elaboração das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), que incluem conteúdos obrigatórios sobre relações étnico-raciais nos currículos, mesmo entendendo o desafio que tem sido a implementação deste conteúdo, que avança a partir da criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressões de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades da ABEPSS em 2010. Em seguida, acontece a publicação do documento “Subsídios para o



debate sobre a questão Étnico- Racial na Formação em Serviço Social” no XVI ENPESS (2018) e a realização do I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-raciais: Construindo uma plataforma Antirracista (2020). Essas são trilhas da construção da pauta antirracista do serviço social, que culmina com o lançamento da Plataforma Antirracista da ABEPSS em dezembro de 2022, durante o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). A plataforma antirracista opera como uma base de dados especializada nos debates das relações étnico-raciais e do Serviço Social.

O conjunto CFESS/CRESS assume um papel ativo no combate ao racismo dentro da profissão de Serviço Social, buscando conscientizar os profissionais sobre a importância de se combater o racismo estrutural e de se promover a igualdade racial no acesso aos serviços sociais. Um importante marco da contemporaneidade foi a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, desenvolvida pelo Conjunto CFESS-CRESS, a partir do triênio 2017-2020, que teve como objetivo incentivar a categoria a debater e enfrentar o racismo em seu cotidiano profissional. Além da publicação da “Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia” e da resolução CFESS nº 1.054, de 14 de novembro de 2023, que estabelece normas vedando condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional do/a assistente social, referenciadas nos princípios II, VI, XI inscritos na Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional do/a assistente social. Um complemento ao referido código que não mencionava a dimensão racial em seu conteúdo.

Observamos que é fundamental reconhecer que a questão racial é central na questão social brasileira, sendo a população negra a mais afetada pelas desigualdades. Para combater o racismo, o Serviço Social precisa reconhecer a existência do racismo estrutural e a disparidade racial, considerar as demandas específicas de raça e gênero de forma transversal nas ações, projetos e programas, além de coletar dados raciais para traçar o perfil do público, elaborar políticas de atendimento e combater desigualdades.

Notamos ainda, que de maneira mais direta é possível aos Conselhos Regionais de Serviço Social, inserir essas orientações e aprendizados em suas rotinas cotidianas e regimentais. Conselheiros(as) que compõem



as diretorias das referidas autarquias seguem sendo assistentes sociais, com compromisso de materializar o Projeto ético político profissional.

No que diz respeito ao projeto de formação profissional, desde 2022, o serviço social brasileiro passou a construir um curso de graduação em uma Universidade Federal, de caráter internacional, que foi forjada na luta coletiva do movimento negro brasileiro e é marca de um projeto de reparação histórica com a população africana que foi sequestrada e trazida para o solo brasileiro.

A UNILAB⁴ – Universidade da Integração Internacional da lusofonia afrobrasileira é uma autarquia pública federal, vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010 que apresenta como objetivos e missão:

Art. 2º A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (unilab, 2010)¹

A proposta da internacionalização é reforçada na Lei de Diretrizes da UNILAB quando esta afirma enquanto missão da Universidade:

Produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão de língua portuguesa - especialmente os africanos - por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e compromissados com necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente (LEI DE DIRETRIZES, UNILAB, 2010, p. 12)

4 A UNILAB possui uma dupla missão, além da internacionalização, a Universidade se coloca na missão de garantir o desenvolvimento regional, principalmente por seus Campis estarem localizados em regiões interiorizadas (Maciço de Baturité, no Ceará, e, Reconcavo Baiano, na Bahia), assim, sua vocação caminha entre a internacionalização e interiorização. Para o artigo em tela daremos foco no debate de internacionalização por se tratar de um livro que busca refletir sobre as relações Brasil/África



Essa missão coloca a UNILAB no centro do debate antirracista e decolonial de construção de conhecimento impresso não só no perfil discente que incorpora estudantes dos chamados PALOPs – Países Africanos de língua oficial Portuguesa)(Angola, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde) através de um vestibular que ocorre em cada um dos países, intitulado PSEI – Processo Seletivo de Estudantes Internacionais, como nos projetos pedagógicos dos cursos que devem contemplar debates específicos sobre as particularidades do processo colonial e das relações historicamente construídas pelos países que criaram essa identidade a partir dos processos de colonização portuguesa⁵.

Assim, os cursos são escolhidos a partir das áreas de interesse mútuo para o Brasil e os Países parceiros alinhados a produção de novos saberes e habilidades profissionais a partir de uma epistemologia afro-perspectivada e contra-hegemonica visando romper com os paradigmas de produção de conhecimento eurocentrada e hierarquizados que nos coloca enquanto países periféricos e receptores do conhecimento. Na perspectiva da Cooperação Solidária Sul-Sul⁶, a Universidade posiciona todos os países parceiros (Brasil e Países Africanos de Língua Portuguesa) em uma relação horizontal e recíproca, que diálogo e construção conjunta de saberes.

A escolha das sedes onde os cursos são ofertados também responde a essa proposta de reparação histórica e reconhecimento do processo de violência dos marcos da escravidão. A cidade de Redenção, no estado do Ceará, foi escolhida enquanto sede oficial da Universidade por ser a primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão no ano de 1883.

Além de Redenção, o município de São Francisco do Conde, no estado da Bahia, possui um Campus da UNILAB, o Campus dos Malês. A escolha da cidade também possui um fundamento político tendo em vista que, no ato da criação da Universidade, em 2010, São Francisco do Conde se destacava por ser a cidade com o maior contingente

5 Além dos países do chamado PALOP, compõem o quadro de nações aptas ao ingresso na UNILAB Timor Leste e Macaé que também são marcados pelo projeto de colonização portuguesa mas não encontram-se em solo africano. Atualmente o Curso de Serviço Social não possui nenhum aluno desses países.

6 Além do Campus Auroras em Redenção e do Campus Malês em São Francisco do Conde, a UNILAB possui uma Unidade Acadêmica no município de Acarape (município vizinho a Redenção) e um Campus Administrativo em Redenção, o Campus Liberdade onde estão localizadas as Pro-reitorias, Reitoria e demais setores administrativos e acadêmicos da Universidade.



populacional auto-declarado negro, segundo dados do IBGE cerca de 90% da população da referida cidade se autodeclarava negra (pretos e pardos).

Atualmente a Unilab oferece 28 cursos de graduação, 11 cursos de mestrados e 01 curso de doutorado, dentre eles, desde 2022, vem sendo construído o curso de serviço social na UNILAB. Com suporte fundamental da ABEPSS e do CFESS, o curso vem se constituindo enquanto uma importante expressão que incorpora o debate racial no projeto de formação profissional em serviço social ao passo que fortalece a articulação horizontal entre Brasil e países africanos de língua portuguesa.

O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNILAB: FORMAÇÃO ANTIRACISTA E INTERNACIONALIZADA A PARTIR DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

O curso de serviço social compõe um dos 28 cursos de graduação da UNILAB⁷, sendo um dos seus mais recentes. Aprovado em 2021 e iniciando sua primeira turma em 26 de abril de 2022, o curso encontra-se atualmente com um quadro docente efetivo de 09 professores doutores, 07 professores com formação em serviço social. 01 professor com formação em sociologia e 01 professor com formação em administração pública

Além dos 09 professores efetivos que compõem o Colegiado do Curso de Serviço Social, 10 professores de outros colegiados (Administração, Sociologia, Letras e Bacharelado em Humanidades) contribuem pontualmente em disciplinas dos núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos e Fundamentos da Formação Sócio-Histórica. Dentre estes, apenas um professor é natural de um país africano. Essa é uma tendência (contraditória) da nossa universidade, pois, dos quase

7 Graduação Presencial: Administração Pública, Agronomia, Antropologia, Bacharelado em Humanidades, Ciências Biológicas, Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Sociais, Enfermagem, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias, Farmácia, Física, História, Letras – Português, Letras- Inglês, Licenciatura em Educação Escolar Quilombola, Licenciatura Intercultural Indígena, Matemática, Pedagogia, Química, Relações Internacionais, Serviço Social, Sociologia. Graduação à Distância: Administração Pública, Licenciatura Computação, Licenciatura Interdisciplina em Ciências Naturais, Licenciatura em Letras- Português.



420 professores atualmente lotados na UNILAB, apenas 5% destes são naturais de países africanos de língua portuguesa.

Em relação ao corpo discente, em 2025 forma-se a primeira turma do curso. Atualmente contamos com um quadro discente de 178 alunos, sendo 27 estudantes de Guiné Bissau, 16 estudantes de Angola, 12 estudantes de Moçambique, 04 estudantes de São Tomé e Príncipe e 119 estudantes brasileiros⁸.

O curso possui duração de 04 anos distribuídos em 08 semestre com oferta semestral de 40 vagas distribuídas da seguinte forma: 55% ingresso via SISU (ENEM alunos nacionais), 15% de ingresso via SISURE (ENEM alunos nacionais – graduados, transferidos e cotas sociais, étnico-raciais e de gênero) e 30% das vagas com ingresso via PSEI (processo seletivo para estudantes internacionais, um vestibular específico que ocorre na sede de cada país parceiro).

Está institucionalmente vinculado ao ICSPA – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e alinha-se a determinados princípios da UNILAB que, no artigo 10 do capítulo II do seu estatuto assinala enquanto papel da Universidade a formação de cidadãos compromissados com a superação das desigualdades sociais (inciso I); pluralismo de ideias, de pensamento e promoção da interculturalidade” (inciso IV); ensino público e gratuito, com qualidade acadêmica e pertinência social; respeito à ética e à diversidade, defesa dos direitos humanos, bem como o compromisso com a paz e a preservação do meio ambiente (inciso VIII); internacionalização e mobilidade acadêmica e científica, priorizando a cooperação sul-sul (inciso XI); contribuição para a superação dos preconceitos e desigualdades étnico- raciais, sociais, de gênero e de orientação sexual (inciso XIII). (UNILAB, 2020)

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNILAB cumpre as determinações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e as orientações éticas e organizacionais do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão, tendo sua organização alinhadas aos fundamentos ético, técnicos e teóricos do Serviço Social Brasileiro.

Devido ao seu caráter internacional com foco nos países africanos de língua portuguesa, destaca-se pela incorporação de disciplinas,

8 As vagas do processo seletivo para estudantes internacionais são distribuídas igualmente entre os países, quando as vagas não são preenchidas em um determinado país, elas são remanejadas para outro país, por isso a disparidade no quantitativo de estudantes por país.



componentes curriculares, atividades de pesquisa e extensão que centralizam o debate racial e na integração com os países africanos no processo de formação profissional dos seus estudantes.

O Curso possui carga horária total de 3.065 horas distribuída da seguinte forma:

QUADRO 01 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	
Disciplinas Obrigatórias	1.845h
Disciplinas Optativas	120h
Disciplinas Eletivas	120h
Atividades Complementares	100h
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120h
Atividades de Extensão	310h
Estágio Obrigatório	450 h
Total	3.065 h

(Fonte: PPC do curso de Serviço Social/UNILAB, 2025)

Respeitando os eixos de fundamentos indicado nas Diretrizes curriculares da ABEPSS, mas respeitando as particularidades da proposta pedagógica do curso e da Universidade, as disciplinas do curso são distribuídas nos seguintes eixos de fundamentos: 1) Núcleo de fundamentos Teórico-Metodológicos, 2) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade lusófona (FPF), e, 3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (FTP)

A Matriz Curricular segue as orientações da ABEPSS e do MEC, tendo como destaque disciplinas OBRIGATÓRIAS que indicam a centralidade do debate racial e internacional no projeto pedagógico como:

- Sociedades, diferenças e direitos humanos nos espaços lusófonos;

- Formação sócio-histórica e colonialismo dos países lusófonos;
- Serviço Social e questões étnicoraciais;
- Políticas Sociais, Diversidade e Direitos Humanos;
- Movimentos sociais: raça, classe e gênero;
- Questão Social nos países lusófonos.

Além do que, o debate racial e das particularidades da realidade social e trabalho profissional nos países africanos de língua portuguesa apresenta-se como transversal em diversas disciplinas, tendo em vista a necessidade de preparar os estudantes internacionais para o regresso aos seus países de origem e preparar os estudantes brasileiros para a compreensão dos impactos da questão racial nos fundamentos e constituição da questão social no Brasil.

Em relação à pesquisa acadêmica, mesmo o curso possuindo apenas três anos e contando com um quadro limitado de professores, estão cadastradas no SEI-UNILAB 15 pesquisas acadêmicas, das quais, nove pesquisas possuem temáticas vinculadas ao debate racial e de internacionalização como apresentado no QUADRO 02.

QUADRO 02 – TEMAS DE PESQUISA DOS DOCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNILAB	
SEMESTRE	TÍTULO DA PESQUISA
2022.1	A “delinquência juvenil” em Cabo Verde: análise da produção acadêmica e da construção do problema público
2022.2	juventude; violência; crime; Cabo Verde.
2023.1	Mulheres e tráfico de drogas nos países africanos de língua portuguesa.
2024.1	As interfaces da interiorização e internacionalização: Ações afirmativas, afiliação estudantil e permanência qualificada de estudantes na UNILAB-CE.



2024.1	Justiça reprodutiva e racismo no âmbito da atenção básica à saúde em municípios de pequeno porte: cuidado à gestação e ao abortamento na Região do Maciço do Baturité.
2024.1	Revisando as ausências: a produção acadêmica sobre o MST nos estudos sobre raça, gênero, sexualidade e suas interseccionalidades.
2024.2	20 anos da Lei 10.639/03: o que a Unilab tem a ver com isso?
2024.2	“ONDE E COMO?”: A incorporação do debate das relações sociais de gênero, raça e sexualidade na formação do Serviço Social da UNILAB-CE.
2025.2	O Serviço Social e a formação em língua portuguesa: uma análise dos currículos de Serviço Social das Escolas de Angola, Guiné Bissau e Moçambique.

(Fonte: SEI/UNILAB, 2025)

Essa centralidade dos estudos étnico-raciais e de relações com África repercute ainda na produção acadêmica dos Pesquisadores. A partir dos dados informados no currículo lattes dos docentes do curso, identificamos aproximadamente 17 produções acadêmicas, Dois Núcleos de Pesquisa e a organização de 01 Edição de Revista que desenvolve essa temática como apresentado no quadro abaixo:

QUADRO 03 – PRODUÇÃO ACADÊMICA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNILAB A PARTIR DA TEMÁTICA RACIAL E REALIDADE DOS PAÍSES AFRICANOS (2022-2025)	
Coletânea	Horizontes da práxis antirracista no serviço social em contextos lusófonos.
	<ul style="list-style-type: none"> Os instrumentos técnico-operativos do Serviço Social e as desigualdades raciais no Brasil. Nas encruzilhadas das opressões racismo e travestifobia na trama brasileira.



	<ul style="list-style-type: none"> • Neoconservadorismo e criminalização do aborto: impasses para o exercício dos direitos reprodutivos de mulheres negras no Brasil. • Meninas negras, violência e aborto: um diálogo com Debora Diniz. • Raça e racismo no Brasil patriarcal. • A centralidade do currículo: uma perspectiva sobre as questões étnico-raciais na formação em Serviço Social; • A formação antirracista no Serviço Social: o que revelam os PPC da UFAM UFRJ E UNILAB.
Produção Acadêmica com foco no debate racial:	<ul style="list-style-type: none"> • Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro.
	<ul style="list-style-type: none"> • Morte Materna, Racismo E Pandemia: desafios para a justiça reprodutiva. • Antirracismo e formação profissional em Serviço Social: relato de experiência do curso de extensão.
Produção Acadêmica com foco na realidade dos Países Africanos:	<ul style="list-style-type: none"> • O direito ao aborto em Moçambique reflexões decoloniais e antirracistas.
	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos Violados de Crianças em Guiné Bissau: Uma análise da Política Nacional de Proteção Integral.



	<ul style="list-style-type: none"> • Formação e Organização Profissional do Serviço Social em Moçambique. • Extensão universitária como espaço de formação cidadã e transformação social e enriquecimento do serviço social na CPLP. • Trabalho do Assistente Social na política de saúde em Luanda. • Sistema educacional de São Tomé e Príncipe a partir dos dados do MICS-EAGLE. • O “Ensino da Prática” nos currículos de Serviço Social em Escolas de Moçambique: A materialização da proposta pedagógica do Estágio em Serviço Social.
--	---

(Fonte: Plataforma Lattes, 2025)

No que conexão “entre diz respeito à Extensão Universitária, o PPC do curso estimula a estudantes brasileiros e internacionais residentes em seus países de origem, em especial, àqueles oriundos dos países da CPLP, de modo que sejam estabelecidos saberes interculturais a partir desses processos de integração.”(UNILAB, 2022, p.28). Assim, além das atividades de interiorização presentes em três projetos de Extensão universitária e do Debate Racial presente em dois projetos de extensão universitária, o curso conta com um projeto de extensão que envolve Assistentes Sociais, Docentes do Curso de Serviço Social e Estudantes de Serviço Social de cinco escolas localizadas em quatro países distintos.

Além de docentes, estudantes e profissionais Brasileiros (vinculados à UNILAB), a Extensão intitulada “Formação e Trabalho Profissional de Assistentes Sociais em Angola, Guiné e Moçambique: rompendo barreiras e criando pontes” tem criado, desde 2024, uma rede de



trocas e aprendizados com docentes, profissionais e estudantes de Serviço Social de Angola, Guiné Bissau e Moçambique através de encontros mensais (virtuais), atividades de formação, grupos de estudos presenciais na UNILAB sobre o serviço social nos países de língua portuguesa, rodas de conversa (virtuais), socialização e trocas de textos acadêmicos sobre serviço social e política social dos 04 países (criando de um banco de documentos, legislações e artigos acadêmicos em língua portuguesa sobre Serviço Social e Política Social do Brasil, Angola, Guiné Bissau e Moçambique). (LOPES, 2025)

Vale mencionar que as pesquisas e extensões realizadas pelo curso de Serviço Social da UNILAB também dialogam com a realidade local a partir da missão de desenvolvimento regional e interiorização da Unilab, no entanto, optamos pelo destaque ao debate racial e de internacionalização dada à proposta do artigo em tela.

Todo esse processo de construção e implementação do curso de Serviço Social da UNILAB têm se constituído a partir do suporte fundamental da ABEPSS e do Conjunto CFESS/CRESS que tem construído há algumas gestões uma relação de troca, debate e fortalecimento das relações entre Brasil e Países Africanos de Língua Portuguesa.

NUPECI – Núcleo de Pesquisa⁹, Estudos e Extensão em Educação, Cidadania e Internacionalização do Serviço Social. NUPERGS - Núcleo de Pesquisa, Estudos e Extensão em Raça, Gênero e Saúde.

Seja nas deliberações do Conjunto CFESS/CRESS que no eixo de Relações Internacionais assinala desde 2011 a necessidade de “Ampliar as relações internacionais do Serviço Social com países de língua portuguesa” (CFESS, 2011, p.36) e consolida um apoio fundamental ao curso de Serviço Social da UNILAB ao aprovar em 2024 a deliberação que propõe: “Realizar levantamento sobre serviço social nos países africanos de língua portuguesa com objetivos de ampliar a compreensão sobre a profissão nesses países e assim fortalecer o processo em curso de aproximação do Cfess com as entidades e escolas de África que compõem a CPLP” (CFESS, 2023, P. 36).

Seja nas articulações e suporte fundamental da Coordenação de Relações Internacionais da ABEPSS que tem se constituído como um elo central de contato com as Escolas e Docentes do curso de Serviço

9 Os núcleos de pesquisas ainda estão sm fase de regulamentação na Plataforma do CNPQ.



Social de países de língua portuguesa, bem como de diálogo e troca para o fortalecimento da categoria profissional nesses países.

CONCLUSÃO

O percurso histórico e teórico do Serviço Social brasileiro revela uma profissão que, ao assumir o materialismo histórico-dialético como base epistemológica, rompeu com suas raízes conservadoras e construiu um projeto ético-político comprometido com a emancipação humana. Nesse processo, o enfrentamento do racismo emerge como dimensão essencial da “questão social” em uma sociedade estruturada pelo colonialismo e pela exploração racializada do trabalho. A profissão, ao reconhecer o racismo como um dos pilares da desigualdade social, reafirma seu compromisso ético com a defesa intransigente dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade livre de todas as formas de opressão.

As contribuições do Serviço Social para o debate racial consolidam-se tanto na produção teórica quanto nas práticas institucionais e pedagógicas. A incorporação da pauta antirracista nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), a criação do GTP Raça/Etnia, Gênero e Sexualidades, a Plataforma Antirracista da ABEPSS (2022) e as campanhas e normativas do CFESS/CRESS – como a Resolução nº 1.054/2023 – materializam a responsabilidade política da categoria na luta contra o racismo estrutural. Tais marcos expressam o amadurecimento da profissão ao reconhecer a centralidade da questão racial na formação socio-histórica brasileira e reafirmam que não há formação crítica sem formação antirracista.

Nesse horizonte, a UNILAB representa uma experiência singular. Criada com o propósito de integrar o Brasil aos países africanos de língua portuguesa por meio da cooperação solidária Sul-Sul, a Universidade inscreve-se no campo da reparação histórica e da descolonização do conhecimento. O Curso de Serviço Social da UNILAB, ao articular a formação profissional com a internacionalização crítica, institui uma proposta inovadora que associa fundamentos do Serviço Social brasileiro a uma epistemologia afro-perspectivada. Suas disciplinas, pesquisas e projetos de extensão materializam o compromisso com



uma formação antirracista, intercultural e voltada à construção de saberes compartilhados entre Brasil, África e a diáspora.

Tendo Papel Central nesse processo o suporte e a articulação entre ABEPSS e CFESS demonstrando a potência de uma práxis profissional que une ética, formação profissional e organização política em torno da luta antirracista e da internacionalização crítica do Serviço Social. Essa tríade contribui para consolidar um campo profissional e acadêmico comprometido com a superação das desigualdades raciais e com a produção de um conhecimento socialmente referenciado, crítico e emancipador — reafirmando que o Serviço Social, em sua dimensão histórica e coletiva, é também um projeto de transformação racial e civilizatória.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao.diretrizes.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

ALMEIDA, S.. **Racismo estrutural**. [Racismo Estrutural]. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social**: parecer CNE/CES 492/2001. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Lei de Criação da UNILAB**, nº 12.289, de 20 de julho de 2010.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.



CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CFESS. **Relatório Final**. 50º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/ CRESS, CFESS, 2023.

CFESS. **Relatório Final**. 40º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/ CRESS, CFESS, 2011.

CFESS. **Código de Ética profissional do/a Assistente Social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.

. **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito**. 2016. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DIEESE. Brasil: **A inserção da população negra no mercado de trabalho**. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra.html>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DOS SANTOS, Thais Felipe Silva. Fundamentos do Serviço Social: a concepção materialista de história; A Materialistic Conception Of History. **Revista Goitacá**, v. 1, n. 2, p. 1-13, 2022.

EURICO, Marcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico- racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 114, p. 290-310, abr/jun. 2013. São Paulo Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnCjknqyL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. Cortez Editora, 2022.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista et al. Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, DF. Vol. 16, n. 32 (jul./dez. 2016), p. 9-19., 2016.

LOPES, Cinthia Fonseca. Formação e Trabalho Profissional de Assistentes Sociais em Angola, Guiné e Moçambique: rompendo barreiras e criando



pontes **Relatório Parcial de Extensão**. PROEX/UNILAB, 2025.

MACHADO, Carusi Daniela. MACHADO, Ana Flávia. **UM ASPECTO DA SUBOCUPAÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE HORAS TRABALHADAS: a análise do desejo de trabalhar horas adicionais**. IPEA Mercado de Trabalho. 2007. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/02_notatecnica02.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.

MADEIRA, Maria Zelma de Araujo. **Avanços e Desafios do Debate sobre a Questão Racial No Serviço Social**. Temporalis, v. 22, n. 44, p. 75-90, 2022.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Notas Reflexivas Acerca dos Fundamentos do Serviço Social: contribuições para a organização política da profissão. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Editora E-papers, 2010.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais**. 2015.

UNILAB. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/06/PPC-Servico-Social.pdf>. Acesso em: 12 de fev. de 2025.

UNILAB. **Resolução N° 03/2020** – Institui o texto do novo Estatuto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, 2020.

UNILAB. **Diretrizes Gerais**, Unilab, 2010.

VIRAMUNDO. **Plataforma Política Chapa Viramundo 2023**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1SZDPUkSWixT2PCvUYKPgSVkwmX7Nx4QH/view>. Acesso em: 10 ago. 2024.





PERCURSO DO SERVIÇO SOCIAL E PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL NA GUINÉ-BISSAU

Filomeno Teodorico Barbosa¹

Carlos Gomes Correia²

INTRODUÇÃO

A importância do Serviço Social na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada na Guiné-Bissau. O país enfrenta inúmeras dificuldades em diferentes domínios nomeadamente a não regulamentação da profissão, falta de políticas sociais clara e concisa e pouco recursos para realização dos projetos e programas sociais para atender as necessidades da população mais desfavorecidos.

A institucionalização do curso de Serviço Social e da Associação Guineense dos Assistentes Sociais no país imprimiu progresso considerável nesta área, principalmente na assistência às populações

1 Assistente social. Vice-Presidente da Associação Guineense dos Assistentes Sociais. Diretor de Serviço da Assistência Social Hospitalar do Ministério da Saúde Pública da Guiné-Bissau.

2 Assistente Social do Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social. Responsável administrativo da Associação Guineense dos Assistentes Sociais-AGAS. calovcarlos81@gmail.com



vulneráveis, promovendo a justiça social, a defesa dos direitos humanos e a inclusão social, através dos projetos pontuais.

Este trabalho tem como objetivo apresentar o contexto e enquadramento da profissão no país, abordando seu desenvolvimento histórico, sua estrutura legal e institucional, além de sua relação com as instituições nacional e internacional.

Nas últimas décadas o Serviço Social desempenhou um papel fulcral na promoção dos direitos humanos, na redução das desigualdade, assim como no fortalecimento de políticas públicas e sociais. Com todas as dificuldades existente na consolidação da profissão no país, a categoria tem ganhado relevância, especialmente diante dos desafios de ordem social.

Os dados do Banco Mundial de 2023, revela que 69,3% da população guineense vive abaixo dos limiar da pobreza, reforçando a necessidade de imprimir mais ações sociais eficazes, em particular nas zonas rural.

O Presente trabalho aborda aspetos interessante do Serviço Social na Guiné-Bissau nomeadamente, origem e evolução, criação e expansão da AGAS, marcos importante para Serviço Social, enquadramento da profissão, processo de formação profissional no país e no exterior e desafios e perspectivas do Serviço Social no País.

HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU: ORIGENS E EVOLUÇÃO

O Serviço Social na Guiné-Bissau tem suas raízes no período colonial, a quando das iniciativas de assistência eram promovidas principalmente por missões religiosas e organizações filantrópicas, voltadas para a caridade e apoio às populações mais vulneráveis. Durante a luta pela independência (1963-1974), as estruturas sociais foram profundamente afetadas, e a necessidade de um serviço social estruturado tornou-se evidente.

Após a independência em 1973, o governo iniciou esforços para desenvolver políticas públicas voltadas à assistência social. Nos anos subsequentes, programas emergências foram criados para responder às necessidades básicas da população, especialmente no



que se refere à saúde, educação e apoio a grupos vulneráveis, como mulheres e crianças.

A capacitação dos primeiros atores sociais na Guiné-Bissau iniciou na década de 1980 por meio de parcerias entre o Ministério da Mulher e a Cooperação Portuguesa. Entre 1988 e 1990, um grupo de 49 técnicos foram formados no país, seguido de um segundo grupo de 30 técnicos entre 2002 e 2003, com equivalência profissionalizante. Antes disso, os poucos assistentes sociais guineenses licenciados eram formados no exterior, principalmente em Brasil, Senegal, Portugal e Rússia.

A formação de nível superior dos Assistentes Sociais na Guiné-Bissau evolui com a criação de instituições de ensino superior no país, nos anos 1990, nomeadamente as Instituições de Ensino Superior como a Universidade Amílcar Cabral (UAC), Universidade Lusófona da Guiné (ULG) e Instituto Politécnico Nova Esperança (IP9), que passaram a oferecer cursos na área.

Nas últimas décadas, com o apoio de organizações internacionais, designadamente a UNICEF e o Banco Mundial, foram estabelecidas estratégias de fortalecimento da assistência social, incluindo a realização de cursos de capacitação para assistentes sociais, assim como apoiar outras ações sociais que promove a inserção dos profissionais de serviço social nas instituições públicas e privadas.

CRIAÇÃO, EXPANSÃO E AÇÕES DA AGAS

A Associação Guineense dos Assistentes Sociais (AGAS) foi fundada em 12 de maio de 2019 e registada oficialmente no cartório do Ministério da Justiça e Direitos Humanos em dois (2) de setembro do ano 2020, na folha 72 A 86 livro 11 Série C N°148. Desde então, a AGAS tem desempenhado um papel essencial na organização e fortalecimento da classe, promovendo capacitações, elaborando documentos estratégicos e estabelecendo parcerias nacionais e internacionais.

Em 2022, a AGAS passou a integrar a Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS) como membro efetivo desta organização, ampliando sua representatividade e possibilitando a troca de experiências com organizações internacionais. Além disso, tem promovido encontros e conferências para debater temas como Serviço



Social na Guiné Bissau, proteção social, combate à violência baseado no gênero, acesso à saúde e inclusão social.

Considerando os progressos da AGAS nos últimos anos algumas atividades merecem destaque para melhor compreendermos a importância e os impactos da organização no cenário nacional e internacional. Em 2023, a AGAS integrou no fórum de Serviço Social de CPLP. Neste item destacaremos principais atividades realizadas pela AGAS ao longo dos anos :

ATIVIDADE I

Em 2019 foi realizado o atelier de elaboração e validação técnica de tres (3) documentos nomeadamente, os Estatutos da Associação Guineense dos Assistentes Sociais; Código de Ética Deontológico da Profissão e Evolução de Carreira dos Assistentes Sociais, ambos documentos foram discutido e aprovado pelos membros da AGAS.

ATIVIDADE II

Capacitação dos Assistentes Sociais, Psicólogos e ativistas no domínio de apoio psicossocial e gestão de casos de violência no contexto da COVID-19. Neste âmbito foram capacitados 190 profissionais e ativistas; Foram distribuídas matérias de comunicação e kits de higiene e de prevenção, em 2020.

ATIVIDADE III

No ano de 2020, foram realizadas sessões de sensibilização comunitária sobre prevenção de Covid-19, VBG e mecanismo de resposta a caso de violência. Objetivo, Reforçar as competências das organizações comunitária sobre mecanismo de prevenção de VBG a nível comunitário. Nestes domínios foram sensibilizadas 645 famílias; capacitados 14 Agentes de Saúde Comunitária e 118 Membros das Associações de Base Comunitária de cinco (5) bairro a nível do Setor Autónomo de Bissau.



ATIVIDADE IV

Em 2020, a AGAS promoveu campanha de sensibilização sobre a importância do registo de nascimento e saneamento básico em Bissau. Ao longo de dois meses foram sensibilizados oito (8) associações juvenis de (8) Bairros de capital Bissau.

ATIVIDADE V

A organização realizou capacitação de vinte e cinco (25) Assistente Social de diferentes instituições a nível do Setor Autonomia de Bissau, no domínio da MGF,

apoio psicossocial as vítimas de violência e outras práticas nefastas e elaboração do relatório. em parceria com Coligação das Organizações de Defesa dos Direitos da Criança na Guiné-Bissau CODEDIC, em 2021.

ATIVIDADE VI

Em 2023, a AGAS realizou formação de reforço das competências dos Assistentes Sociais e Pontos Focais das escolas sobre a prevenção de assédio e violência sexual no meio escolar em parceria com a Coligação das Organizações de Defesa dos Direitos da Criança na Guiné-Bissau (CODEDIC). Nesta atividade foram capacitados dez (10) Assistentes Sociais e (10) pontos focal das escolas do Setor Autónomo de Bissau.

Em 2022/2023, a Associação Guineense dos Assistentes Sociais com apoio técnico e financeiro de UNICEF desenvolveu séries de atividades que permitam análise crítica dos documentos da AGAS para o melhor enquadramento e estruturação da Classe no país. Para o efeito foi contratado uma equipa de consultoria internacional, a equipa dos consultores são da Universidade Federal de São-Paulo, Brasil, para apoiar AGAS no processo de reorganização da classe.

Em maio de 2024, a AGAS realizou a sua primeira 1ª Conferência Nacional dos Assistentes Sociais da Guiné Bissau, em Bissau, cujo o lema é “Percurso, Desafios e Perspetivas” do Serviço Social na Guiné Bissau. Nos itens anteriores destacamos principais atividades desenvolvida pela AGAS ao longo da sua existência, enquanto organização profissional que pauta para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social, com ênfase na promoção e defesa dos interesses dos Assistentes Sociais.



MARCOS IMPORTANTES

- 1974: Independência da Guiné-Bissau e início das primeiras ações governamentais voltadas à assistência social.
- 1980: Criação dos primeiros programas de proteção social voltados para crianças e idosos.
- 1990: Reformas estruturais no setor social com apoio de organizações internacionais.
- 2000: Expansão dos cursos de Serviço Social e reconhecimento formal pelo Ministério da Educação.
- 2010: Fortalecimento da cooperação internacional para ampliação dos serviços sociais.
- 2020: Implementação de políticas de proteção social mais abrangentes para responder às crises económicas e sanitária.

REFERÊNCIAS IMPORTANTES

- O nosso saudoso líder, Amílcar Cabral e a construção da identidade social Guineense: O pensamento e as orientações de Cabral influenciou profundamente a estruturação das políticas públicas e social na Guiné-Bissau, durante a luta pela independência e a pós-independência, promovendo políticas de inclusão e proteção das populações vulneráveis.
- Legislação Nacional de Proteção Social na Guiné-Bissau: Marco legal estabelecido em 2007 para garantir direitos sociais básicos a população.
- Os estudos das organizações como UNICEF e o PNUD: Contribuíram significativamente na formulação de estratégias de combate à pobreza e promoção da equidade social no país.

ENQUADRAMENTO LEGAL E INSTITUCIONAL: 3.1. LEIS E NORMAS QUE REGULAM O SERVIÇO SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU

No país, o exercício profissional na área de Serviço Social está desprovido de leis e normas que regulam o Serviço Social a nível



nacional. Atualmente existe o reconhecimento do trabalho dos Assistentes Sociais em diversos setores, mas carece de legislação que regulam exercício destes profissionais no país. Até então, a Associação Guineense dos Assistentes Sociais (AGAS) tem único suporte em termos legal, o registo oficial, ou seja, o reconhecimento do Ministério da Justiça e Direitos Humanos, em 2 de setembro do ano 2020, na folha 72 A 86 livro 11 Série C N°148. Este é o suporte que permite a organização realizar as suas ações no país.

Ao longo dos anos a AGAS vem imprimindo esforços para consolidar a profissão e o seu reconhecimento na Guiné-Bissau. Por estes motivos a Organização esta a trabalhar com o Governo e os parceiros nacionais e internacional para sua consolidação e regulamentação do Serviço Social no país. Atualmente o exercício profissional na Guiné-Bissau baseia-se em legislações que garantem direitos sociais à população e normativas que estabelecem a atuação profissional na Função Pública.

Em relação as políticas existentes no país podemos destacar a Lei de Enquadramento da Proteção Social (Lei n.º 4/2007), que estrutura o sistema em três regimes : (i) a proteção social da cidadania (de natureza não contributiva); (ii) a proteção social obrigatória (contributiva); e (iii) a proteção social complementar (contributiva), mas o quadro legal da proteção social não contributiva continua bastante reduzido, sem regulamentação adequada, deixando na prática um vazio jurídico.

ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU

- O Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social é a Instituição Pública que coordena e orienta as políticas de assistência social no país.
- Faculdades e centros de formação são as instituições de ensino superior que oferecem cursos para formação de assistentes sociais no país.
- ONGs e Organismos Internacionais são entidades que desenvolvem projetos e programas voltados ao bem-estar social.



FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A formação em Serviço Social teve o seu início no exterior nomeadamente em Brasil, Portugal, Rússia, Senegal e em outros países, por essa razão, o número dos profissionais era muito reduzido. O governo guineense instituiu o ensino superior no país nos anos 1990, resultado de investimentos que vinham sendo feitos nessa direção desde os anos 1980. Segundo Sucuma (2018, p. 18).

Assim, a partir desse período, cresceu o número de profissionais assistentes sociais formados nas universidades da Guiné-Bissau, designadamente as Universidades Amílcar Cabral (UAC), Universidade Lusófona da Guiné (ULG) e Instituto Politécnico Nova Esperança (IP9). A formação em Serviço Social na Guiné-Bissau tem sido fortalecida por estas instituições de ensino superior que oferecem curso nesta área com ênfase em assistência social e saúde.

DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ao longo de duas décadas que a formação em Serviço Social iniciou no país, as instituições de ensino superior vem deparar com inúmeras dificuldades e a necessidade de atualização curricular de acordo com a realidade guineense; As instituições de ensino não oferece cursos de Pós-graduação para permitir a qualificação dos profissionais no país e isto tem contribuído, ou seja, motivado fuga dos quadros formado no país para exterior, a procura de qualificação a nível de mestrado e doutoramento; O país necessita de um órgão regulador da profissão para garantir melhores condições de estudo, regulamentação de estágio e ampliação das oportunidades de formação contínua para os profissionais atuantes em diferentes contextos.

SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

O Serviço Social possui um campo de trabalho transversal, com foco em políticas públicas, política social, programas, defesa intransigente dos direitos humanos e a promoção da cidadania. A finalidade de intervenção do Assistente Social é de compreender a realidade



socioeconómico dos indivíduos, assim como elaborar programas, projetos e desenvolver ações e promover o bem-estar social da população.

O trabalho dos profissionais de Serviço Social está diretamente ligado ao desenvolvimento socioeconómico do país, atuando na redução das desigualdades e no fortalecimento da coesão social. Entre as principais áreas de atuação dos assistentes sociais, destacam-se: Atendimento a população, em particular as pessoas em situação de pobreza; Promoção de políticas públicas inclusiva; Apoio a programas de educação, saúde e habitação; Defesa dos direitos das mulheres, crianças e idosos; Proteção Social; Combate à violência baseado no género e outros ações que promove justiça social.

Considerando as competências e atribuições dos Assistentes Sociais, os profissionais enfrentam enormes dificuldades para atender as demandas sociais vigente no país. Segundo os dados da Guiné-Bissau, a pobreza é um fenómeno histórico, cuja consequência é “a incapacidade de a população satisfazer as suas necessidades humanas em termos de alimentação, abastecimento de água potável, saneamento e cuidados primários de saúde e educação”.

A constatação dessa realidade remete a identificar as particularidades das políticas sociais e os serviços sociais existente no país, como resultados das relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil, sob às condições históricas e políticas concretas na Guiné-Bissau. Os dados revelam situação socioeconómico da Guiné-Bissau. O país está entre os países menos desenvolvidos do mundo, com o seu Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) calculado em (0,455), bem abaixo da média dos países africanos (0,537), ocupando a 178ª posição de um total de 189 países, em 2019.

A sua dívida pública apresenta um nível bastante elevado, o que implica em inúmeras dificuldades para desenvolver a sua economia. Os dados mostram a grande dependência de recursos externos de organizações internacionais para financiar programas de investimentos públicos, principalmente as infraestruturas, segundo Santos (2018, p. 12).

Segundo informações do World Bank (2020), o país ainda enfrenta muitos obstáculos no que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde e de infraestrutura sanitária, expressões de uma pobreza extrema (33%),



do desemprego (11,6%), e de um número altamente significativo de trabalhadores informais. O relatório de Banco Mundial de 2023, revela que 69,3% da população guineense vive abaixo do limiar da pobreza. Estes dados são extremamente preocupante.

Expressando as contradições da relação estabelecida entre Estado e sociedade, a política pública na Guiné-Bissau tem, além do Estado, a sociedade, que se faz presente em estratégias de ação pensadas, planeadas e guiadas por uma racionalidade coletiva, em relações de reciprocidade e antagonismo, porque também é resultante de decisões que visam administrar conflitos de interesses.

As respostas proporcionadas pelo Estado não atendem a essas expectativas, todavia os serviços sociais na Guiné-Bissau, devem ser considerados como mecanismos viabilizados pelo Estado no desenho de uma proteção social como formas de combate às desigualdades económicas e sociais.

Um fenómeno que contribui para esse quadro de pobreza estrutural é a violência doméstica, praticada contra a população. Considerando alguns aspetos nomeadamente fraca políticas pública e social, inexistência da regulamentação de Serviço Social no país e outras situações que prejudica o desenvolvimento social e económica dos guineenses. Estes aspetos limita a ação do Assistentes Social no processo de desenvolvimento socioeconómico sustentável na Guiné-Bissau.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU

Como podemos observar o país enfrenta enormes desafios e o Serviço Social não escapa desta realidade. Neste item destacaremos principais desafios que os profissionais de Serviço Social enfrentam no país A inexistência de uma legislação que regulamenta o exercício profissional no país; Políticas públicas e sociais inconsistente; Falta de infraestrutura adequada para atendimento social; Insuficiência de profissionais qualificados; Dependência excessiva de financiamentos externos e outras situações que limita o exercício profissional no país. Em relação a oportunidades e perspectivas para futuro, o país conta com apoio dos parceiros tradicional e essas parcerias estão contribuído na expansão de programas sociais governamentais;



Parcerias internacionais para fortalecimento da profissão e Maior reconhecimento do papel dos assistentes sociais na formulação de políticas públicas.

CONCLUSÃO

O Serviço Social na Guiné-Bissau enfrenta desafios significativos, mas continua sendo uma peça essencial para a promoção da justiça social e do desenvolvimento humano. A melhoria na formação profissional, a criação de novas políticas públicas e a ampliação de parcerias estratégicas são fundamentais para fortalecer a profissão e garantir uma assistência social mais eficiente e inclusiva.

REFERÊNCIAS

FERREIRA DOS SANTOS, Maria do Carmo Rebouças da Cruz. **A recolonização da Guiné-Bissau por meio das representações negativas realizadas pelos organismos internacionais de desenvolvimento: de “Estado Frágil” a “Narco-Estado”**. Disponibilizar em: <https://www.redalyc.org>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PEREIRA, Potyara A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In BOSCHETTI (et all) *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

VIEIRA, H. M. J. P. L. **Política social de combate à pobreza e desigualdade social na Guiné-Bissau no século XXI**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. World Bank Group. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/258321560344202485/pdf/Seizing-the-Moment-Managing-Public-Finance-for-Development.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2025.

GUINÉ-BISSAU. **Documento da Política Nacional de Proteção Social**. Disponível em: <<https://p4h.world/a>>. Acesso em: 15 março. 2025

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República**. Disponível em: <<https://www.parlamento.gw/leis/constituicao/constituicao-da-republica>>.



Acesso em: 8 jan. 2025.

ASSOCIAÇÃO GUINEENSE DOS ASSISTENTES SOCIAIS (AGAS) Relatório da I Conferência Nacional dos Assistentes Sociais da Guiné-Bissau: Percurso, Desafios e Perspectivas. Realizada em Bissau, Guiné-Bissau, em maio de 2024.





SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA

Felisbela A. Espírito Santo¹

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta uma reflexão sobre a história do Serviço Social em Angola, num contexto que vai do período colonial até aos dias presentes. Traduz aspectos da minha experiência pessoal no que diz respeito à institucionalização da profissão num país que passou os últimos quarenta anos por dois tipos de guerra que determinaram alterações da sociedade e dos sistemas socioeconômicos atuantes; primeiro, a guerra para a independência ou a chamada “Guerra de Libertação, contra o Colonialismo português” ocorrida no período de 1961 até novembro de 1975; segundo, a guerra pós independência, guerra fratricida entre os três principais atores desta, os Movimentos de Libertação - a FNLA, o MPLA e a UNITA, que da independência se prolonga até 4 de abril de 2002 e finalmente o período de reconstrução nacional. Diante desse contexto nos questionamos: podemos nós afirmar que existe Serviço Social em Angola? Que tipo? Que práticas? Que teorias? Que influências?

1 Professora aposentada do Programa de Licenciatura em Serviço Social no Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola. Membro fundadora da Associação dos Assistentes Sociais de Angola. felisbesanto@gmail.com



ANGOLA NO CONTEXTO DOS ESTADOS MODERNOS

A República de Angola é um país que está situado na costa ocidental de África. O seu território é limitado a norte e a leste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui ainda o enclave de Cabinda – a norte do rio Zaire – através do qual faz fronteira com a República do Congo.

Angola, cuja capital é a cidade de Luanda, é composta por dezoito províncias considerando-se de norte a sul: Cabinda, Zaire, Uíge, Lunda Norte, Lunda Sul, Malange, Luanda, Bengo Kuanza Norte, Kuanza Sul, Huambo, Bié, Moxico, Benguela, Huila, Kuando -Kubango, Namibe e Kunene. O país possui uma superfície de 1.246.760 km² e uma extensão territorial de 6.485 km de fronteiras.

Com uma população calculada em 25 milhões de habitantes, o país é detentor de diversos recursos em que se destacam: o petróleo, diamantes, minerais, terra, clima ameno e imensos recursos hídricos. A indústria petrolífera é a segunda maior da África Subsaariana e o quarto entre os maiores produtores de diamantes (HODGES, 2002).

Angola é constituída na generalidade por uma população autóctone, sendo a maioria da população de origem Bantu nomeadamente: os Kikongos, Kimbundos ou Ambundos, Umbundos ou Ovimbundos, Kiokos, Ganguelas, Hereros, Nhaneca-Humbe, Ambós e Xindonga; por uma minoria de povos pré-Bantus (não Bantus) que vivem especialmente no sul de Angola entre o rio Curoca e o deserto de Moçamedes: os Vátuas/Curocas e os khoisan/Hotentote-Bosquímanos, que vivem em grupos igualmente na zona sul (REDINHA, 1975, p. 448)

A mesma conta ainda com uma pequena população de descendência europeia e uma mestiça, resultante da miscigenação entre estes e os Bantus e não Bantus, bem como resultante de ligações com outros povos que vivem ou viveram em Angola por motivos de guerra, melhoria de vida, trabalho, etc. A delimitação do espaço acima indicado nem sempre correspondeu às coordenadas referidas, mas é resultado da própria evolução geográfico-histórica do país. Diz a história que a este território chegou, no reinado de D. João II, à foz do rio Zaire, em 1484, o navegador Português Diogo Cão e aos poucos, com as diversas incursões pelo território angolano.



A Conferência de Berlim em 1844 faz vigorar o direito de ocupação efetiva, e Portugal passa a interessar-se mais pela ocupação militar e administrativa efetiva das então denominadas colônias. Corresponde à expansão territorial a instalação de um aparelho político administrativo, com forte impacto negativo para as populações, expressa nas diversas modalidades de trabalho forçado, tendo por base o Regulamento do Trabalho dos Indígenas das Colônias de 1899 (NETO. 2000).

Em 5 de outubro de 1910 foi proclamada a 1ª República Portuguesa que determina a laicização do ensino. Diante disso, são expulsas as Ordens religiosas que prestavam serviço tanto a nível da saúde (Hospital Maria Pia) como a nível do ensino, encerrando-se as instituições, o que prejudica mais as populações, pois a assistência médica aos indígenas que deveria ser da competência dos serviços de saúde das agora províncias, nem sempre cumpria o estipulado na Secretaria dos Negócios Indígenas.

Com a queda da 1ª República, e a eleição do Marechal Carmona, em abril de 1929, como presidente da República, ao nomear o professor António de Oliveira Salazar ministro das Finanças e posteriormente, em 1932, Presidente do Conselho de Ministros, a situação financeira de Portugal melhora consideravelmente. O que contribuiu para que se iniciasse o processo de desenvolvimento das províncias e, especialmente, de Angola, incrementando-se a produção do café, sisal, cana do açúcar, milho, seguidos pelo diamante e pelo petróleo.

O princípio geral orientador da política econômica foi o da subordinação das províncias e, especialmente, de Angola, à metrópole. Para tal, contou-se inicialmente com a mão-de-obra constituída pela população angolana, que foi gradualmente substituída por população portuguesa, de forma organizada ou espontânea, afastando desse modo os angolanos de suas próprias terras e sem condições de competir nos empregos da indústria florescente por causa dos níveis baixos de educação.

Relegada para os terrenos menos férteis, ou trabalhando para os novos donos, as populações, especialmente as do norte da província, veem-se na obrigação de emigrar para os países limítrofes, hoje República do Congo e República Democrática do Congo. Quanto à educação, Portugal entregou o ensino da população das províncias às missões, principalmente as católicas, tendo assinado com o Vaticano



a Concordata (1940) e o Acordo Missionário (1941) que regulava as relações entre os dois Estados.

Na década de cinquenta assiste-se um aumento da preocupação pelo ensino primário generalizado no país e com isso começaram a construir escolas nas cidades principais, principalmente Luanda, e postos escolares nos meios rurais. No entanto, só em 1963 se cria a 1ª Universidade em Angola, com dependência à Universidade em Portugal metropolitano e designada por Estudos Gerais Universitários através do Decreto-Lei nº 44.530 publicado no Boletim Oficial de 8 de setembro e inaugurados em 6 de outubro de 1963.

Ressalta-se que, até a essa altura, os estudantes eram obrigados a frequentar as Universidades em Portugal nomeadamente Lisboa, Porto e Coimbra, o que impedia muitos angolanos, com situações econômicas baixas, de prosseguir os seus estudos. Dentre as escolas criadas, vale destacar o Liceu Salvador Correia criado em 1919, e o Liceu Feminino D. Leonor de Lencastre, já os liceus de Nova Lisboa e Benguela foram criados em 1954 e 1956 respectivamente.

Nas universidades, foram inicialmente priorizados os cursos técnicos, indispensáveis para promoverem o desenvolvimento, em âmbito dos três polos: Luanda (Medicina, Engenharia); Huambo (Agricultura; Silvicultura; Agronomia e Pecuária) e Huíla (Ciências Pedagógicas). Não fazia, então, parte da estratégia do Governo, o ensino das ciências humanas e sociais, na tentativa de manutenção da dependência político-ideológica e administrativa de Portugal.

Apesar disso, os angolanos, de forma progressiva se organizavam internamente, criando associações como a Anangola (Associação dos Naturais de Angola e Liga Nacional Africana), ou externamente como o Movimento Anticolonialista (MAC); Casa do Estudante do Império, desenvolvendo atividades sociais e culturais, criando consciência nacional. Politicamente, a situação em Portugal, a partir da década 1950, foi se agravando e assiste-se ao crescente isolamento do contexto das nações. Por outro lado, a situação, especialmente, social e econômica para as populações era, ainda, degradante.



A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA ÉPOCA COLONIAL

Em janeiro de 1960, é nomeado Governador-Geral de Angola, Álvaro Rodrigues da Silva Tavares, substituindo o Coronel Sá Viana Rebelo, cuja nomeação reflete alguma mudança e esperança na política para Angola. No ano seguinte inicia-se a “Luta de Libertação” em Angola na sequência da intransigência do Governo Português em não atribuir a independência às províncias. É importante destacar que as populações ainda se encontravam debilitadas, com elevadas taxas de morbilidade e mortalidade.

Conforme a Portaria nº 11.124, publicada no Boletim Oficial nº 2 de 13 de janeiro de 1960, cabia ao Fundo de Assistência aos Indígenas a cabimentação e administração dos subsídios atribuídos às Missões Católicas, as quais ficavam encarregadas da assistência sanitária; da assistência materno-infantil, construindo e gerindo maternidades, creches, lactários, dispensários de puericultura; da assistência social – Casa dos Jovens de ambos os sexos; Albergues para idosos e bem-estar rural da população –, instituições estas que não possuíam nos seus quadros nenhum Assistente Social.

Uma primeira tentativa de institucionalização do Serviço Social em Angola acontece precisamente em 31 de janeiro de 1962, através do Diploma Legislativo nº 3.324, que cria pela primeira vez o Serviço Social em Angola, nos Serviços de Saúde, para implementar uma série de ações passíveis de ultrapassar as péssimas condições sanitárias da província, mas não provido, por inexistência de técnicos, que se formavam já em Lisboa a partir de 1930.

Na sequência do diploma acima referenciado é criada a Direção Geral dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar, a quem cabe a coordenação, orientação e fiscalização da ação dos serviços de saúde, higiene e assistência das províncias, cujo regulamento é aprovado pelo Decreto nº 45541 de 23 de Janeiro de 1964 que enfatizou as atividades de assistência social, oficial e particular.

Com a descentralização destes serviços, a parte de assistência social passa ao domínio do Instituto de Assistência Social de Angola (IASA), a quem competia uma ação social de caráter mais geral destinada a pobres e indigentes, através da assistência médica e medicamentosa,



alimentação, subsídios de estudo, vestuário, calçado, subsídios de renda de casa.

Do mesmo modo, provia igualmente passagens e meios técnicos a doentes graves (câncer) e deficientes, tanto a nível das capacidades internas da província, como responsabilizando-se pela transferência dos doentes para Lisboa de forma articulada com as unidades de saúde. Neste sentido são já os trabalhadores sociais – visitadoras e auxiliares sociais primeiro e assistentes sociais em seguida –, que se encarregam da organização e acompanhamentos destes processos.

O IASA passa, de acordo com Diploma Legislativo nº 3.605, e respectivo Regulamento de dezembro de 1965 a integrar todos os estabelecimentos e instituições de assistência a idosos e portadores de deficiência; juventude (Lares); e infância (creches e jardins de infância) existentes, até então, na responsabilidade de entidades particulares como a igreja, ou a ela ligadas, e a polícia que reprimia a mendicância pelas ruas.

No entanto, note-se que as primeiras Assistentes Sociais conhecidas em Angola, na década de 1960, desenvolveram a sua atividade nas duas empresas cervejeiras de grande porte: a CUCA e a NOCAL, criadas com o intuito de contrariar o possível desenvolvimento das bebidas autóctones. Diante do exposto, fica claro o fato de que realmente o Serviço Social nasce a partir das condições de cada sociedade, na medida em que existem desafios políticos, econômicos, sociais que determinam transformações societárias.

Considerando que a existência de uma profissão e a sua institucionalização estão profundamente ligadas, para a resposta às necessidades e exigências societárias, temos na Angola um percurso iniciado na década de 1960 com o início da guerra de “libertação” em 1961. Portanto, a criação e a institucionalização do Serviço Social em Angola inserem-se neste contexto político-ideológico, econômico e social.

Em Angola, ao contrário da maioria dos demais países, não podemos dizer que houve mudanças a partir de uma revolução industrial. Portugal era um país pouco desenvolvido e só depois do início da guerra, em 1961, irá de fato se importar com o desenvolvimento da província, com o intuito de não perder esta “parcela do território nacional”. Nesta mesma perspectiva se determinou então a criação do Instituto de



Educação e Serviço Social Pio XII que é a primeira instituição de ensino superior em Angola e o único estabelecimento do setor privado com a categoria de escola de ensino superior, até 1975.

Em Luanda, e devido ao início da guerra no norte do país, uma Comissão Provincial de Auxílio aos Deslocados (CPAPD) foi criada, integrando as principais organizações assistenciais existentes na época como a Caritas, Cruz Vermelha de Angola, Conferência de S. Vicente de Paulo, Instituto de Assistência Social de Angola.

A criação dessa comissão foi estabelecida pelo Diploma Legislativo Ministerial nº 25 de 15 de maio de 1961, para fazer face aos imensos problemas sociais advindos da guerra, quer dos angolanos quer dos portugueses, cujas famílias pretendiam abandonar Angola e cuja chegada a Lisboa, nomeadamente de mulheres e crianças, algumas destas sozinhas, provocou um forte impacto.

É importante ressaltar que nesse período o Ministro do Ultramar era o Professor Adriano Moreira. Atendendo a esse novo contexto e ao forte impacto causado, o governo tomou, portanto, a decisão de enviar para Angola um grupo de profissionais formado por Educadores de Infância e Assistentes Sociais, tendo sido solicitados pelas direções das Escolas de Maria Ulrich e o Instituto de Serviço Social de Lisboa. A partir de então, uma comissão formada pelas Assistentes Sociais, Maria Isabel Pimentel, Maria Gabriela Ferreira; e Educadora de Infância, Teresa Castro, todas pertencentes a Ação Católica, desembarcou em Luanda em 4 de maio de 1961 e se reuniu à Comissão Provincial já criada em Luanda. A estas, se juntou pouco depois, a Assistente Social Maria Susana de Almeida, da Congregação “Filhas do Coração de Maria” que se constitui como a principal figura de direção do Instituto Pio XII, até o seu encerramento.

O intenso trabalho e a premente necessidade de quadros sociais em Luanda, levou a Comissão Provincial – CPAPD – a formar num curso intensivo de dez meses, os primeiros 32 Agentes de Ação Social (Agentes de Trabalho Social; Agentes Familiares e Jardineiras de Infância), estabelecido pelo Diploma Legislativo nº 3.163 de 2 de novembro de 1961. Participaram do referido curso trabalhadores de diversos serviços, nomeadamente da Junta de Povoamento, do Instituto do Trabalho Previdência e Ação Social de Angola, Mocidade



Portuguesa, Companhia Mineira do Lobito, o Hospital de S. Paulo e do próprio Instituto de Assistência Social de Angola.

Após esta formação e dada a insuficiência evidente de profissionais, por sugestão da Assistente Social Maria Palmira Duarte, professora do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e colaboradora do Ministério do Ultramar, foi considerada a ideia da criação de uma escola de formação de trabalhadores sociais, que foi apoiada pelo Ministério do Ultramar e principalmente pelo Ministro Adriano Moreira.

O Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII foi assim estabelecido pelo Decreto 44.159 de 18 de janeiro de 1962 e publicado posteriormente pela Portaria 12.472 de 5 de dezembro do mesmo ano pelo Governo Provincial de Angola. Em janeiro de 1963 (ano letivo 1962/1963), iniciou efetivamente as suas funções, num edifício adaptado para o efeito, transferindo-se para edifício próprio em 1971 no Largo das escolas, edifício onde atualmente funciona o Instituto Superior João Paulo II-JPII. A Assistente Social Maria Isabel Pimentel, diretora dos primeiros cursos foi, apontada como primeira Diretora do Instituto Pio XII, cargo que exerceu somente até 1964 e foi substituída pela Assistente Social Maria Susana de Almeida.

Ressaltar que o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII gozava de autonomia técnica e administrativa, não dependendo de nenhuma estrutura, ainda que sem prejuízo da orientação e fiscalização dos serviços oficiais do ensino, saúde e assistência, em cuja base se enquadrava. Em setembro de 1969 foi considerado como uma instituição escolar de utilidade pública com personalidade jurídica. Formava além de Assistentes Sociais, com habilitação mínima do 3º ciclo liceal ou equivalente, outros quadros de diferentes níveis académicos nomeadamente: Educadores Sociais e Educadores de Infância (ensino médio - 2º ciclo liceal), Monitores de Infância (1º ciclo liceal) e posteriormente Auxiliares de Família, ensino básico, isto com a 4ª classe.

Historicamente, a institucionalização do Serviço Social a nível dos países nomeadamente da Europa, incluindo Portugal, tem fortes ligações à Igreja, o que se reproduziu na província de Angola, quer quanto aos professores que vinham de Lisboa lecionar disciplinas da área social como Serviço Social, Sociologia, Psicologia, quer quanto aos apoios financeiros por parte da Arquidiocese de Luanda nomeadamente na



pessoa do Senhor Arcebispo, D. Manuel Nunes Gabriel, pois embora o IESS Pio XII, sendo de inspiração católica, não pertencia a Igreja Católica.

O Instituto tinha por objetivo contribuir para a promoção global da população e em particular daquela economicamente mais vulnerável, através da formação de profissionais de Serviço Social, formando jovens de ambos os sexos, rompendo com aquilo que era tradição das escolas em Portugal, até ao momento. Nesse sentido, cabia ao Instituto lançar e orientar o serviço social e o desenvolvimento de comunidades, assim como preparar assistentes sociais capazes de chefiar instituições e obras de assistência e educação social, com capacidade de estabelecer um relacionamento ético, com base nos valores humanos, decorrentes da Doutrina Social da Igreja.

Com uma formação de 4 anos, o Instituto preparava assim os Assistentes Sociais para exercerem funções em todos os setores que o progresso social deveria surgir acompanhado do progresso econômico. Cabia ainda aos profissionais a elaboração, execução e intervenção nos planos de ação sanitária e educativa que contribuíssem para a saúde física, mental e espiritual da população. A formação no Instituto Pio XII foi instituída numa lógica de reprodução da sociedade colonial, mas tinha igualmente uma lógica de justiça social.

Do ponto de vista científico o curso contemplava uma formação multidisciplinar, cuja espinha dorsal era o Serviço Social. Este compreendia as vertentes teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política e a interdisciplinaridade que compreendia as matérias de Sociologia, Psicologia, Bases Jurídicas, Bases Médicas, Antropologia, etc., todas elas subordinadas ao Serviço Social. Toda a formação era realizada dentro da concepção da relação teórico-prática do Serviço Social. Os candidatos a Assistentes Sociais eram provenientes de uma classe média e média alta, correspondendo e refletindo necessariamente a estratificação socioeconômica que existia na sociedade angolana da época.

Relativamente às práticas, destacar que as mesmas eram realizadas em Instituições dependentes de serviços oficiais de assistência, de previdência e ação social; de saúde; de instrução; de justiça; em instituições particulares incluindo um conjunto de empresas associadas com serviços sociais, tanto a nível urbano como a nível rural, e numa fase mais tardia junto da população das zonas suburbanas. Ressaltar que estas práticas permitiram mudar a visão do mundo dos assistentes



sociais e dos beneficiários da assistência igualmente, o que levou a escola e alguns dos seus profissionais a serem “sub-repticiamente” seguidos pela polícia política da época, a conhecida PIDE.

De um modo geral podemos dizer que o Instituto Pio XII era uma instituição ligada ao sistema ideológico Português, estruturalmente determinado, que efetivava e ampliava o âmbito de ação do Estado garantindo a sua legitimação, mas fazia um bom trabalho na preparação e consciencialização dos profissionais na defesa dos interesses, consciencialização e desenvolvimento da população.

Nesta conformidade, dizer que a institucionalização da profissão é algo que é construído a partir dos desafios postos pela sociedade e das respostas específicas construídas pelo grupo dos profissionais que se formam numa determinada escola; realiza-se no contexto das relações sociais entre os profissionais e os beneficiários da intervenção no quadro das instituições ou serviços em que se processam essas relações.

No período de 1963 a 1975, período de vigência desta instituição, formaram-se no Instituto Pio XII pouco mais de uma centena de profissionais de Serviço Social, correspondendo a cerca de 45% de um total de 267 matriculados. As desistências deveram-se prioritariamente pelo curso não corresponder à visão que os alunos tinham da sociedade e da sua própria participação, identidade e exigência da escola. No decorrer desse período formaram-se nove cohortes de profissionais que se empregaram nos serviços, tais como: IASA, em todas as Provedorias Distritais com prestação de serviços a crianças, adultos, idosos e portadores de deficiência; Serviços de Saúde em nível do Estado e organizações sindicais (Hospitais, Pediatrias, Maternidades, Casa de Saúde), em todas as principais cidades.

Outros profissionais inseriram-se em grandes companhias quer nas sedes quer nas zonas de exploração (Cassequel; Caminho de Ferro de Benguela; Diamang; Companhia Mineira do Lobito); empresas cervejeiras (Cuca e Nocal,); Textang; Junta Provincial de Povoamento na sede e nas Brigadas distritais; Instituto do Café; Companhia de Manganês de Angola; Instituto de Cereais; Instituto do Trabalho e Segurança Social; Imprensa Nacional; Tribunais, nomeadamente dos Menores; Cadeias; Serviços de Educação; Governo Distrital e Juntas de Freguesia.



Com a revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, dá-se, em nível do ensino em geral e no Instituto Pio XII de igual forma, um movimento reivindicativo, revolucionário, que acompanha a situação sociopolítica vigente, não tendo o Instituto conseguido adaptar-se às condições sociais e político-ideológicas da sociedade angolana. Alguns trabalhadores sociais já profissionais, auxiliados por alunos e professores, assumiram uma posição fortemente crítica, denunciando o tipo de formação e pugnando por uma reestruturação do Pio XII, junto das autoridades governativas e políticas e responsáveis do sector da Educação e Instrução.

Um pedido de demissão da diretora Susana de Almeida em 29 de junho de 1974 e de grande parte da equipa permanente do Instituto Pio XII – porque acreditando ser possível uma mudança, não acreditava de forma alguma que a mesma fosse revolucionária – foi aceito pelo Governo.

Diante desse fato foi constituída uma comissão de gestão que, apesar das imensas dificuldades, fez com que o Instituto funcionasse após a independência, ocorrida em 11 de novembro de 1975, adaptando os cursos à nova realidade social e econômica, sob a direção da Assistente Social Maria Cândida Lopes, uma profissional do primeiro grupo de pessoas formadas pelo Pio XII.

A SITUAÇÃO PÓS INDEPENDÊNCIA

A ascensão de Angola – República Popular de Angola –, marcada pela guerra, é fruto, em última instância, dos Acordos do Alvor, assinados em 25 de janeiro de 1975 pelos Movimentos de Libertação Nacional – FNLA, MPLA e UNITA – e as autoridades portuguesas resultantes da Revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal que reconheceu o direito dos Angolanos à independência (VIDAL; ANDRADE, 2008, p. 59).

Entretanto o sonho da tão desejada independência acontece apenas em 11 de novembro de 1975, mas trata-se de uma independência perturbadora, advinda do fracasso dos Acordos de Alvor anteriormente referenciados. Diante desse contexto é que se afirma que em 11 de novembro de 1975 nascia um novo país, mergulhado em guerra entre os três principais movimentos de libertação, na sequência de



transição de abandonado pelos responsáveis colonizadores e por grande parte da população nativa mais preparada, numa situação de caos econômico, social.

Na continuidade do trabalho do Instituto Pio XII passam a formar-se, no mesmo Instituto – agora denominado Instituto de Serviço Social –, Dinamizadores Sociais, Monitores Sociais e Activistas Sociais, técnicos básicos com a 6ª, 7ª e 4ª classes respectivamente, para além de ser terminado o último curso de Assistentes Sociais iniciado em 1974. Agora dependendo do Ministério da Educação, este Instituto de Serviço Social é encerrado, em 1977, por opção político-ideológica do país (ESPÍRITO SANTO, 2009).

A Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais, que na formação governamental, substitui o IASA, assume a formação de quadros na tentativa de manutenção dos serviços herdados do período colonial e fazer face aos problemas da guerra fratricida que se instalou no país no período da independência, passando a ser prioritários da formação candidatos com o nível de 4ª classe – os ativistas sociais – mais condizentes com o nível geral da população.

Estes ativistas sociais, sem enquadramento técnico superior, desempenharam um papel fundamental durante todo o período de guerra, no apoio às populações deslocadas distribuindo bens alimentares, vestuário, transmitindo conhecimentos básicos de higiene e saúde, acompanhando muitas vezes as populações nas suas deslocações para zonas de maior segurança.

Para além destes ativistas sociais temos que reconhecer também o trabalho desenvolvido junto às populações e ao desenvolvimento comunitário por um número considerável de educadores sociais, estes com nível médio, formados pelo Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA) de âmbito da Igreja Católica, mais concretamente à Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST).

Os poucos Assistentes Sociais ainda existentes no país – não mais do que dez – formados no Instituto Pio XII, após o seu encerramento, não encontravam nenhuma satisfação no desempenho de uma profissão que era ignorada pelas autoridades governamentais e principalmente políticas do país. Empregavam-se ainda e principalmente na Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais e Ministério da Saúde, tendo sido



reconhecidos, somente, como técnicos pelas organizações não governamentais internacionais. Muitos destes procuraram formar-se em outras áreas como a Economia e Direito, mais legitimadas social e politicamente.

A situação social foi se alterando, as populações abandonadas quer no campo devido à guerra como dissemos e ao fato da possibilidade do governo viver de importações, com base no petróleo, sem o recurso aos bens produzidos no campo, quer às restantes populações que tinham que recorrer às lojas cujos produtos nem sempre eram suficientes e do agrado cultural das mesmas.

Sem trabalho e sem liberdade de movimentos, a sobrevivência depende cada vez mais de um mercado informal, de rua, muitas vezes empurrado para zonas cada vez mais longínquas, numa tentativa de organização do que é por sua própria origem desorganizado e mesmo ilegal.

Em 1979, com o 2º Congresso do MPLA, partido que havia assumido o governo, o país opta pelo socialismo, como nos diz Falcão: “o país que fora denominado “República Popular de Angola” pelos seus novos dirigentes inicia naquela data uma trajectória dinâmica de acontecimentos e de transformações que levariam a nação a transitar para o ‘modelo socialista’”. Apesar desta opção, a situação social foi se transformando gradativamente, a população foi praticamente abandonada, principalmente as pessoas que viviam no campo – devido à guerra como dissemos e ao fato do governo depender quase que inteiramente das importações, particularmente do petróleo, sem o recurso aos bens produzidos no campo – as restantes, que viviam nas zonas urbanas, tinham que recorrer às lojas cujos produtos nem sempre eram suficientes e do agrado cultural das mesmas.

Neste contexto, a partir dos finais das décadas de 1970 e 1980, organizações não governamentais internacionais, principalmente do Canadá, Grã-Bretanha e Portugal como a *Development Workshop* (DW), a ACORD, a *Oxfam*, a *Save the Children UK*, a CARE, a OIKOS, a Federação Luterana, trabalharam nas zonas suburbanas inicialmente em Luanda e posteriormente nas províncias, assistindo crianças e adultos na melhoria de suas condições de vida. O desenvolvido por essas instituições centralizou-se na implementação de projetos de construção de escolas, chafarizes para fornecimento de água potável,



apoio médico e em capacitação. Jogam também um papel importante como facilitadores do desenvolvimento da sociedade civil angolana, (ADRA e a AAD/1990) com quem criam numa fase posterior parcerias que permitem o desenvolvimento de alguma consciência do tipo de sociedade que existe, em termos de Direitos humanos, gênero, justiça e mediação de conflitos rumo à paz. A nível do governo, tenta-se implementar pela primeira vez programas e planos de intervenção económica e financeira para a reabilitação da economia, cujo Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF, 1986/1987) não conduz aos resultados desejados, principalmente por não incidir no aspecto global e integral da economia (Rocha, 2001).

Uma relativa abertura do governo à democracia, permitindo desta forma que em abril de 1992, a Igreja Católica estabeleça um Protocolo com o Ministério da Educação, possibilitando assim o reinício da formação na área social, pois diante da situação social resultante da guerra pós-independência há “urgência de igual dignidade para todos” como bem dizia Frei João Domingos², de feliz memória e que contribuiu para que a Igreja repensasse a necessidade de formação na área de respostas sociais, em consequência das lacunas aprofundadas pela guerra.

Foi nesse sentido que no dia 1 de fevereiro de 1993, voltou a funcionar o curso de educadores sociais – de técnicos de nível médio – no Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA), com 64 jovens de ambos os sexos com o apoio financeiro externo (MISEROR, CAFOD e ICO), cuja necessidade para o país parece não deixar dúvidas. A maior parte destes jovens e profissionais são enquadrados profissionalmente pelas organizações não governamentais, nas quais realizam os seus estágios e são profissionalmente cooptados. Porém temos de reconhecer que a cada ano que passa há também um reconhecimento desses profissionais por parte do estado, que já vinha contratando esses profissionais para as administrações municipais, sobretudo, em Luanda.

Depois dos Acordos de Paz em Bicesse em abril de 1991, Angola iniciou uma tripla transição da guerra à paz; de um estado ditatorial de tipo marxista-leninista a um estado democrático multipartidário e de uma economia socialista a uma economia liberal de mercado, porém como

2 Frei da Ordem dos Pregadores-Frades Dominicanos, mentor e impulsionador da criação do curso de Educadores do ICRA e Licenciatura em Serviço Social do ISUP. Faleceu em Lisboa em 8 de agosto de 2010.



diz Messiant, democracia e multipartidarismo “[...] não podem a priori ser considerados como equivalentes [...]” (MESSIANT, 2008, p. 131-161).

Com dificuldades de gestão de uma economia centralmente planejada, a decisão de orientação para a economia de mercado, para o capitalismo, para a democracia é feita não por decisão do regime, mas fruto de contingências externas que exigiram mudanças levando-o a integrar-se na economia global contemporânea (Falcão Pinto, entre 2000 a 2018).

A partir da década 1990 agravam-se as condições de vida da população, as taxas de inflação atingem níveis altíssimos, não permitem poupanças e as taxas de desemprego são igualmente altíssimas. Na constituição está clara a democracia e em Angola há vários partidos políticos, associações e organizações não governamentais e uma economia que se rege pelas leis do mercado, mas na realidade quase nada mudou em relação ao período do monopartidarismo anterior.

Entretanto já se iniciara o processo da passagem para um sistema político multipartidário e uma economia de mercado. Esta situação e a continuidade da guerra, que se agrava, fazem com que grande parte da população emigre para as cidades e sede das províncias, especialmente as do litoral, nomeadamente Luanda, cuja população atinge cerca de 1/3 da população total angolana.

Compõem este número, especialmente jovens, que, emigram das suas terras de origem fugindo do recrutamento militar, muitas vezes compulsivo, e deambulam pelas ruas da cidade praticando um comércio ambulante, perseguido por ser considerado ilegal, mas abastecido muitas vezes por setores sociais de maior responsabilidade. Estes jovens agrupam-se sociologicamente em famílias para poderem sobreviver econômica e afetivamente. Além dos jovens, mulheres com filhos de colo, percorrem a cidade de norte a sul, vendendo hortícolas e frutas ou produtos industriais – roupas e louça – fornecidos e adquiridos nos diversos armazéns estabelecidos nas zonas suburbanas, cujos proprietários são normalmente comerciantes angolanos associados a estrangeiros.

Angola tem de fato crescido economicamente e gerado riqueza nos últimos anos, no entanto, o orçamento anual para a área social, até ao fim da guerra, era de cerca 3,5%. Depois disto melhorou



consideravelmente, mas em 2006 e 2007, diminuiu relativamente a 2005, para em seguida aumentar especialmente em nível da saúde e educação devido à subida do preço do petróleo. Os principais efeitos atribuídos à expansão dos investimentos públicos e privados deram-se no aumento das taxas de emprego, reintegração de regressados e deslocados, aumento da capacidade de compras dos trabalhadores, renascimento do setor da agricultura.

De 2002 a 2008 houve um crescimento da economia estimado em 19,8%, ainda que, a partir desta data, tenha sofrido igualmente influência da crise e abrandamento da situação econômica mundial. Há alterações significativas em nível da saúde e na redução do analfabetismo, mas a análise de desigualdade usando a distribuição percentual do consumo por quintil revela que os 20% da população mais rica concentra quase metade do consumo total e que os 20% mais pobre correspondem a 5% do consumo. A expectativa de vida tem aumentado, tendo passado de 42% em 2000 para 49% e atualmente raia os 55%.

O acesso ao ensino primário é melhor em comparação ao acesso à saúde, considerando que cerca de 26% das crianças de 6-9 anos nunca frequentaram a escola e ainda hoje pouco ou nada melhorou, pese existirem diversas universidades públicas e privadas sem as condições técnicas e materiais exigidas ao desenvolvimento do país.

A qualidade prestada pelos serviços de saúde é ainda deficiente quer em termos de funcionamento, quer em termos de infraestrutura, mas há uma busca por soluções em prol de inverter a situação. Sessenta e seis por cento (66%) da população não trata a água para beber e apenas 53% tem acesso ao sistema de esgotos. Em nível da habitação condigna 88% dos agregados vivem em habitações inadequadas, está sendo desenvolvido um programa nacional de construção de habitação resultante da promessa eleitoral de 2008 que prossegue um pouco pelo país.

O acesso inadequado à alimentação, aos serviços de saúde; baixo capital humano; habitação inadequada; falta de bens e serviços remetem 37% da população em situação de pobreza³. Como anteriormente referido, estas mudanças, embora significativas, não são extensivas à maior parte da população e muito menos à população do meio rural, onde 45% da população vive.

3 Dados fornecidos pelo relatório do IBEP (2008-2009).



Ainda que o valor do IDH tenha vindo a melhorar, estamos perante uma progressão muito baixa, de acordo com os Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD, o que demonstra que o crescimento económico, não se expressa na melhoria das condições sociais dos angolanos. “O baixo ritmo de melhoria é a característica essencial desta progressão e a acentuação das desigualdades acaba por ser o resultado da diferença entre a velocidade com que se enriquece e a intensidade com que se empobrece.”. (ROCHA, 2011, p. 284).

Apesar de confirmadas melhorias e uma determinada abertura, o poder político continua concentrado, o sistema administrativo centralizado e não há muita diferenciação entre o que é público e o privado. As organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais, pouco podem fazer e ou adaptam os seus objetivos às mudanças, que vão lentamente processando, ou abandonam o país. Porém, tudo se conjuga para que com as alterações decorrentes das últimas eleições nacionais, este quadro se modifique e se caminhe para a implantação de autarquias locais.

Os poucos Assistentes Sociais ainda existentes, não mais do que dez, formados no Instituto Pio XII, não encontravam nenhuma satisfação no desempenho de uma profissão que era ignorada pelas autoridades governamentais e, principalmente, pelas políticas do país. Empregavam-se principalmente na Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais e Ministério da Saúde, tendo sido reconhecidos somente como técnicos pelas organizações não governamentais internacionais.

Em 2005, a Igreja Católica, através da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), toma a iniciativa de reiniciar a formação de nível superior dos profissionais de Serviço Social, cujo principal agente foi novamente Frei João Domingos. Nesse sentido, para fomentar essa iniciativa, a CEAST criou o Instituto Superior João Paulo II (ISUP-JPII), através do Decreto nº 1 de novembro de 2005, assinado pelo seu então Presidente D. Gabriel Mbilingue, sendo nele integrados dois cursos: a Licenciatura em Serviço Social e a Licenciatura em Educação Moral e Cívica.

Dessa forma, é criada pela segunda vez em Angola uma Licenciatura em Serviço Social, sob a influência da Igreja Católica, buscando os poucos profissionais de Serviço Social que lecionavam no curso médio de Educadores Sociais e desenvolviam ainda atividades no campo social. Os próprios Educadores Sociais fizeram também pressão para



a existência de um curso de nível superior, que lhes permitisse uma progressão na carreira. Assim sendo, procedeu-se a abertura oficial do curso em 20 de abril de 2005, no mesmo edifício que havia sido construído pelo Instituto Pio XII, tomado pelo Ministério da Educação em 1977 e retomado à formação de cursos de âmbito do Serviço Social, com uma turma de 50 estudantes, constituída majoritariamente pelos já profissionais Educadores Sociais.

Considerando historicamente a institucionalização do Serviço Social em Angola facilmente constata que a mesma tem três fases. Uma primeira a partir da formação e integração profissional dos assistentes sociais, formados pelo Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, no quadro da divisão social e técnica do trabalho, em Angola, até 1977 com uma subdivisão – entre os anos de 1974 a 1977 – período em que ocorreu o abandono do país pela maior parte dos Assistentes Sociais, que se estende até 1979.

Uma segunda fase, desde o encerramento do Instituto Pio XII – que passou a se chamar, após a independência, Instituto de Serviço Social de Angola – até 2005, ano da abertura do atual Instituto Superior João Paulo II (ISUP-JPII); uma terceira fase, sendo a atual.

Na segunda fase assistiu-se, como vimos anteriormente, à entrada no país de Organizações Não Governamentais internacionais e à constituição de Organizações nacionais e outras formas organização da sociedade, inclusive da Igreja, que foram desenvolvendo ações sociais de caráter humanitário, de capacitação, ou de outra índole por todo o espaço geográfico do país. Em nível das instituições do governo, destaca-se o Ministério de Assistência e Reinserção Social, que em 1993, substituído por remodelação ministerial, a Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais, como sabido, deveria enquadrar grande parte dos profissionais, quer do ensino médio quer do ensino superior, capazes de gerar mudanças e fazer propostas de políticas sociais, para reintegração de população regressada do exterior e deslocadas, e melhoria das condições gerais de vida da população, o que não ocorre.

Acreditamos que isso acontece porque o Governo não está preparado, sob o ponto de vista ideológico e do sistema, para aceitar esses tipos de técnicos, pois está voltado somente para as políticas assistencialistas, sem que as mesmas sejam consideradas um



direito. Esta fase necessita de um estudo mais profundo para melhor enquadramento e conhecimento.

Na terceira fase, que corresponde à vigente, tem-se a entrada da Licenciatura em Serviço Social do ISUP-JPII, a partir de 2005, e a criação e início de um novo estabelecimento público de nível superior, o Instituto Superior de Serviço Social de Angola (ISSS – Angola). Este Instituto, com capacidade de mais de 500 estudantes, inaugurado em 11 de dezembro de 2008, funciona em Luanda desde o ano académico de 2010, com as Licenciaturas em Serviço Social e Educação de Infância, dependendo inicialmente da Secretaria de Estado do Ensino Superior e actualmente do Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia.

A ideia inicial da criação desta instituição deve-se ao Ministério de Assistência e Reinserção Social, após o discurso do então Presidente da República quando da sua mensagem de Ano Novo, em dezembro de 2006. O curso de Serviço Social do ISUP JPII criado pela CEAST, foi legalizado no dia 27 de junho de 2011 com efeitos retroativos a partir do início do ano de 2005 pelo Decreto 03/1.02/GAB.MESCT/2011, DO Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia sendo actualmente integrado, pelo Decreto Executivo 128/11 de 26 de Agosto, como unidade orgânica da Universidade Católica de Angola.

O Plano Curricular, aprovado por aquele Decreto e que se desenvolve num período de 4 anos, é estruturado por disciplinas teóricas, teórico-práticas e práticas. Das disciplinas teóricas constam várias disciplinas relacionadas ao Serviço Social; Sociologia; Economia; Psicologia; Direito; Psicossociologia das Organizações; Antropologia Social e Cultural; História de Angola; Política Social; Segurança Social; Supervisão em Serviço Social; Psicopatologia e Língua Inglesa, Língua Portuguesa, e nacionais que são: Umbundo e Kimbundo. Sendo uma licenciatura de influência da Igreja, existem ainda disciplinas como Axiologia e Ética e Pensamento Social da Igreja.

De uma maneira geral, não houve alterações substanciais no Plano para a sua legalização, mas pequenos reajustes pontuais e decorrentes da dinâmica social e da formação, estando o componente científico ancorado no Serviço Social e nas disciplinas acima referidas.

As práticas realizam-se todos os anos proporcionalmente ao aprofundamento e evolução do curso em períodos de um a seis



meses, em instituições de saúde – Hospitais de nível e especialidades diversas (maternidades, VIH, psiquiatrias, medicina geral); instituições judiciais e menores (Estabelecimentos prisionais, Centro de Observação de menores, tribunais); escolas de crianças deficientes e a nível de comunidades nas Administrações municipais. Pretende-se que as práticas sejam realizadas em instituições ou comunidades fora da Província de Luanda, onde como verificamos as necessidades sociais, justiça social e equidade são mais prementes.

Estas instituições, porém, na sua maioria, não possuem em seus quadros Assistentes Sociais, constituindo assim uma grande dificuldade, pois um número considerável de estudantes acaba não sendo supervisionado em seus campos de estágio, por Assistentes Sociais, mas acreditamos que num futuro breve essa situação comece a ser ultrapassada paulatinamente. Tal conjuntura se torna ainda mais complicada pelo fato de quase todos os professores trabalharem em regime de colaboração, tornando difícil o seguimento dos estágios; os profissionais formados são chamados para desempenhar a função de supervisão académica, independente do seu local de trabalho. No entanto, eles também precisam de uma capacitação para que sua visão sobre o tipo de profissionais que a instituição pretende formar seja unificada. Existe atualmente cerca de 500 profissionais angolanos, formados pelas duas instituições escolares, a maioria dos quais trabalhando em Luanda, ainda que grande parte destes não se dedique à profissão, por diversas razões.

Relativamente ao ISUP JP II anualmente defendem o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – trabalhos de pesquisa realizados nos campos de estágios – que é resultado dos quatro anos de formação numa média de 30 estudantes, porém o número ainda é muito pequeno para atender as necessidades do país e da sua extensão territorial.

Terminada a guerra, a população aumentou consideravelmente a proposição, legítima, para o aumento constante dos seus níveis de escolaridade – do primeiro nível à Universidade –, o que conduz à melhoria das receitas familiares e, conseqüentemente, ascensão social, para além do desenvolvimento em geral. Porém o que verificamos é muitas vezes, os estudantes se matriculam no curso para melhoria de enquadramento de seus trabalhos atuais e, conseqüentemente, melhoria financeira. Isto determina que nem sempre o esforço de formação pela instituição



seja compensado pelo aumento do número de profissionais, no caso de Serviço Social, realmente integrados e legitimados pela sociedade. Assim o número de formados não corresponde efetiva e totalmente ao número de profissionais em exercício.

Dos formados destacam-se no exercício da profissão: profissionais, principalmente, nos hospitais de referência – Maria Pia, Infantil David Bernardino, no Hospital Américo Boavida, Maternidades de Luanda, Sonangol –; nos serviços prisionais: Cadeia de Viana e Hospital prisão; Polícia Nacional e Serviços Sociais; ONGs como a ADRA e DW; Governo de Luanda; Direções Nacional e Provincial do MINARS (Atualmente MASFAMU); Centro de Acolhimento de Menores Arnaldo Jansen; Lar de Infância Kuzola e CRS na província do Zaire. Particular referência faz-se ao Projeto de Apoio Psicossocial e cuidados continuados da Direção dos Serviços de Saúde do Estado Maior Geral das Forças Armadas de Angola⁴.

Como pode ser visto, a legitimação e o reconhecimento social da profissão pela abertura dos diferentes campos de atuação começam a ser uma realidade, no momento em que passamos de um modelo de Estado social, para um modelo de Estado neoliberal e a influência da Globalização e Mundialização, entre outros momentos. Na III Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa foi anunciado, em 2010, um Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os países de Língua Portuguesa.

Subsiste, porém, a problemática da luta para uma maior visibilidade do Serviço Social; da defesa dos interesses da profissão e dos profissionais, objetivando também para além da continuidade da sua formação, a conscientização para a sua agregação no movimento associativo que começa também a dar os primeiros passos, oriente e defenda a profissão e os profissionais, das duas instituições de formação, enquanto trabalhadores.

O Curso de Serviço Social do Instituto Superior João Paulo II (ISUP-JPII), agora integrado a Universidade Católica de Angola como referido, tem a seu serviço, entre outros profissionais competentes a lecionarem, Assistentes Sociais como professores que asseguram o ensino das

4 Este projeto estabeleceu com o ISUP um acordo de formação de quadros de Serviço Social para o exército e, simultaneamente, oferece a oportunidade de outros estudantes realizarem os estágios nas instituições da Direção de saúde das Forças Armadas.



disciplinas específicas da área bem como os estágios e vão, sempre que possível, continuando a sua formação ao nível de pós-graduação. Presentemente, professores formados pela PUC-SP em Serviço Social, encontram-se preparando e orientando toda a documentação, para que seja possível a abertura do Mestrado em Serviço Social na Universidade Católica de Angola no próximo ano lectivo.

Há ainda mais um Professor (a) Doutor(a) que se formou em Portugal. Tem sido preocupação constante da instituição o apoio à formação em pós-graduação dos seus quadros, mantendo presentemente mais dois Assistentes Sociais fazendo Mestrado e Doutoramento na PUC-SP/Brasil e um Doutoramento em França. Por outro lado, é importante considerarmos que o tipo de desenvolvimento que o país tem optado, baseado essencialmente no crescente universo globalizado e internacionalização de capitais, dificulta ou não permite uma preocupação pelos problemas sociais e culturais. Entretanto aos poucos vai-se percebendo que há uma necessidade urgente de se investir no setor social e, conseqüentemente, nos profissionais de serviço social capacitados para desenvolverem ações qualificadas e darem uma certa eficácia e eficiência nos programas, projetos e demais iniciativas em curso no país.

Consideramos que somente com a presença de quadro profissional formando com pós-graduação, principalmente mestrado e doutorado em Serviço Social, presentemente nos países parceiros e, no futuro, nas instituições do país enveredaremos por uma investigação mais complexa e completa sobre esta problemática do Serviço Social em Angola, para o que deverão concorrer também as pesquisas que fazem parte integrante do plano curricular do curso de Serviço Social.

Finalmente, considerando que o Serviço Social, em termos de conhecimento, se produz na prática, em um determinado momento histórico, com base numa teoria, é chegado o momento de além de preservarmos as práticas interventivas da profissão, voltarmos a nossa profunda reflexão para a teoria que verdadeiramente fundamenta o Serviço Social em Angola, no contexto atual de globalização e mundialização.



REFERÊNCIAS

COMERFORD, Michael G. **O Rosto Pacífico de Angola**: biografia de um Processo de Paz (1991 – 2002). Namíbia, 2005.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL, ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília-DF, 2009.

ESPÍRITO SANTO, Felisbela. **A institucionalização do serviço social em Angola**: contributo do Instituto Pio XII para a sua história. (Dissertação de Mestrado, não publicada), Lisboa, 2009.

FALCÃO, Caetano Pinto. **Angola, o País do Presente com os olhos virados para o futuro**. Muangolé Notícias (2000-2018).

HODGES, Tony. **Angola**: do Afro-Estalinismo ao Capitalismo. 1. ed. Cascais: Principia, 2002.

IBEP – **Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População**. Instituto Nacional de Estatística: Edições de Angola, Luanda, 2011.

MESSIANT, Cristine. **Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia In: O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola**, 2008. p. 131-161.

NETO, Maria da Conceição, **Angola no Século XX (Até 1974)**. In **O Império Africano (Século XIX-XX)**. Lisboa:Edições Colibri, pp.175-195. 2000.

MOURO, Helena, SIMÕES Dulce (coord.). **100 Anos de Serviço Social**. Coimbra: Quarteto Editora. 2001.

REDINHA José, **Etnias e culturas de Angola**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Banco de Angola, 1975.

ROCHA, Manuel José Alves da. **Alguns Temas Estruturantes da Economia Angolana**: as crónicas no jornal Expansão 2009-2011. República de Angola: Organizações Kilombelombe Limitada, 2011____. **Os limites do Crescimento Económico em Angola**. República de Angola: Executive Center e Luanda Antena Comercial, 2001.

VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de. **O processo de transição para o Multipartidarismo em Angola**. 3ª edição, Luanda e Lisboa: Edições Firmamento e Livrarias Nobel, 2008.





O PERCURSO DO SERVIÇO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE: DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO, ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

António Álvaro Francisco¹

Ivete Ferrão Alane²

Maria Joana de Almeida³

César José Simão⁴

Félix Temotio Matusse⁵

INTRODUÇÃO

Refletir sobre o percurso do Serviço Social em Moçambique é um grandedesafio, pelo facto de não existirem referências oficiais detalhadas

1 ssistente social. Docente na Universidade Eduardo Mondlane, membro da Associação dos Assistentes Sociais de Moçambique. alvaro.franciscochiposse@gmail.com

2 Assistente social, actual Ministra do Trabalho, Género e Acção Social de Moçambique; Membro da Associação dos Assistentes Sociais de Moçambique. ivetealane@gmail.com

3 Assistente Social. Docente na Universidade Eduardo Mondlane e Instituto Superior de Ciências de Saúde, membro da Associação dos Assistentes Sociais de Moçambique. mariajoanadealmeida@gmail.com

4 Assistente Social. Docente no Instituto Superior de Ciências de Saúde, membro da Associação dos Assistentes Sociais de Moçambique. cesars290490@gmail.com

5 Assistente Social. Consultor Independente; membro da Associação dos Assistentes Sociais de Moçambique. felixmatusse21@gmail.com



sobre a sua introdução, institucionalização e desenvolvimento. Ainda assim, com base nas poucas fontes disponíveis, buscou-se compilar uma análise sobre o percurso do Serviço Social em Moçambique.

Antes de explorar-se especificamente a realidade moçambicana, apresenta-se uma resenha histórica da profissão, para contextualizar sua manifestação e evolução em Moçambique, desde o período colonial.

O Serviço Social, uma profissão nascida na Europa, e que se disseminou pelo mundo fora (Estados Unidos da América, América Latina, Ásia, África e Oceânia), percorre várias épocas e contextos, e a sua construção e consolidação foi verificada ao longo de diferentes épocas políticas, ideológicas, económicas e sociais. Tais períodos foram determinantes para o fortalecimento da sua emergência, da sua evolução e da sua redefinição (Lameiras, 2010, s/p.)

De acordo com Richmond (1950:03), o Serviço Social surgiu como uma actividade de fazer o bem, entretanto, como uma profissão⁶ que ganhou forma própria a partir da caridade praticada por voluntários, pessoas de boa vontade, que faziam intervenções de carácter assistencialista, materializada em actividades que tinham como base a experiência, a intuição e a fé, tinham o propósito principal o combate à pobreza, desenvolvida por instituições tal como a Charity Organization Society-(COS)⁷ (Lameiras, 2010, s/p). Segundo Martinelli (2011:66), a Charity Organization Society, criada em Londres, na Inglaterra, em 1869, que se responsabilizou, perante a burguesia, o papel da racionalização e normalização da assistência social, resulta da união entre a burguesia, a Igreja e o Estado. Foi através dessa união que surgiram os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social, actividade que se profissionalizou sob a denominação de Serviço Social” (idem).

6 O **Serviço Social** é uma profissão enquadrada na divisão social do trabalho. Esta profissão surgiu em Londres, Inglaterra, no século XIX, vinculada à Igreja Católica. Em 1898 o SS foi introduzido nos EUA, a partir da cidade de Nova York. Nos EUA o SS chegou pela força da Sociedade de Organização de Caridade (COS), com um forte vínculo protestante. Mais tarde o SS foi expandido para a América Latina e África, através da Igreja Católica e dos governos coloniais (África). Antes da sua profissionalização, o SS era exercido por voluntários, basicamente do sexo feminino, pertencentes às classes abastadas (maioritariamente mulheres solteiras, as chamadas “damas de caridade”). (Martinelli, 2011); (Castro, 2011).

7 A *Charity Organization Society* (Sociedade de Organização da Caridade), surgiu da união da burguesia, Estado e Igreja, que tentava reprimir as manifestações trabalhistas e impedir as práticas classistas e abafar a expressão política e social do proletariado (Martinelli (2011:66).



A Sociedade de Organização da Caridade, fundada sem o apoio da classe trabalhadora, teve como primeira tarefa, aquando da sua constituição, a reorganização da assistência; a segunda tarefa foi a de propor políticas e pôr em prática medidas legais. Por isso, esta organização, que foi confiada, pela burguesia, a direcção do trabalho social, juntamente com a igreja e o Estado foram considerados os modernos guardiões da “Questão Social” (ibidem).

Assim, ao longo do século XIX, surgiu uma nova abordagem de ajuda social, ligada ao voluntariado que até então era praticada, em resposta às necessidades sociais que assumiam novos contornos, relacionados com o surgimento da revolução industrial, cujos reflexos se fizeram sentir no aumento do êxodo rural, no assalariamento dos operários, no crescimento das cidades e nas grandes desigualdades sociais entre a burguesia e o proletariado. Neste período, foram registadas profundas mudanças na estrutura da vida das pessoas e da organização social dos grupos, assim como das instituições, tendo resultado no que ficou conhecido como “Questão Social”⁸.

A “Questão Social” norteou as relações que foram sendo cada vez mais antagónicas entre a burguesia e o proletariado. Neste quadro antagónico, onde as diferenças de classe eram abismais, a acção do Serviço Social foi sendo desenvolvida com base em pressupostos de regulação, normalização e moralização da classe burguesa em relação ao proletariado, porque a burguesia acreditava que as questões sociais derivadas da revolução industrial e que afetavam o proletariado, colocavam em causa a ordem social e o modo de vida da burguesia, o que tornava necessário intervir e mobilizar os operários e os pobres a adoptarem comportamentos socialmente aceites, assim como as normas e os valores que predominavam na sociedade burguesa. Significa que as medidas assistenciais que eram adoptadas desde a época medieval até ao século XIX, constituíam formas de controle da pobreza e de ratificação da sujeição dos que não detinham bens ou posses (Martinelli: 2011:97).

Quer dizer, o surgimento do Serviço Social, como profissão, está associado ao capitalismo, pois, é uma profissão que nasceu vinculada a um projeto de hegemonia burguesa, mas que se apresentou,

8 “Questão Social” é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade, como por exemplo a pobreza, o racismo, etnia, desemprego, violência, discriminação de gênero, dentre outros.



historicamente, como uma prática humanitária, aprovada pelo Estado e defendida pela Igreja (idem).

Entretanto, a profissionalização do Serviço Social a nível internacional começa com uma experiência do serviço de enfermagem domiciliar, em Liverpool, na Inglaterra, no ano de 1859, cujo desenvolvimento fez com que, em 1865, fosse iniciado, na cidade de Londres, um trabalho de educação familiar e social. Os trabalhos de pioneiros de educação familiar e social foram importantes referências para o desenvolvimento da acção social com famílias de operários. (ibidem:104). Em 1893, a COS inglesa ofereceu, em Londres, o primeiro curso de formação de Visitadores Sociais Voluntários, iniciativa que foi replicada nos Estados Unidos da América, em 1894. (ibidem:104).

A partir de 1898, em Nova York, nos Estados Unidos da América, foi realizado um curso de aprendizagem de como se aplica, de forma científica, a filantropia, formação que conheceria a sua ampliação, em 1899, com a criação da primeira escola de Filantropia Aplicada. No mesmo ano de 1899, foi fundada, em Amsterdão, na Holanda, a primeira Escola Europeia de Serviço Social. Nos Estados Unidos, em 1919, a Escola de Filantropia Aplicada foi associada à Universidade de Colúmbia, em Nova York, onde teve a denominação de *Escola de Trabalho Social*, conforme refere Martinelli (2011:115). Entretanto, no nível da América Latina, sabe-se que o Serviço Social entrou com uma forte ligação da igreja Católica, que estava ligada ao poder económico burguês. E a primeira Escola do Serviço Social na América Latina nasceu em Santiago do Chile, em 1925, criada por um Médico (Castro, 2011:30).

SOBRE O PERCURSO DO SERVIÇO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

Após traçar-se um breve histórico do Serviço Social a nível mundial e o surgimento das primeiras escolas de formação de profissionais da área, passa-se a abordar a realidade dessa profissão em Moçambique. Desde já, é importante salientar que, embora os avanços da área em Moçambique tenham ocorrido ao longo do século XX, eles reflectem directamente as condições coloniais e a conjuntura sócio-política vivida pelo país e pela metrópole colonial.

De acordo com os dados históricos, Moçambique foi, supostamente, “descoberto” pelos portugueses em 1498, durante uma viagem marítima de Vasco da Gama à Índia⁹. Em 1885, a partir da partilha de África pelas potências europeias durante a Conferência de Berlim, o país transformou-se numa ocupação militar, ou seja, na submissão total dos estados ali existentes, que levou, nos inícios do século XX, a uma verdadeira administração colonial. Depois de uma luta de libertação que durou cerca de 10 anos, Moçambique tornou-se independente em 25 de Junho de 1975 (Francisco, 2010:47).

Como colónia de Portugal, Moçambique foi submetido a um conjunto de princípios normativos e regulamentares de Portugal. Assim, para compreender a trajectória do Serviço Social em Moçambique, é necessário considerar o desenvolvimento dessa profissão em Portugal, que influenciou directa ou indirecta em Moçambique.

O Serviço Social Português profissionaliza-se durante o período ditatorial, e se assenta numa grande aliança entre o Estado Novo e a Igreja Católica. E a profissão foi reconhecida como tal pelo Estado novo durante a II Guerra Mundial, considerando-a indispensável a ponto de a integrar nos serviços públicos (Martins, apud Lameiras, 2010, s/p).

Conforme Barreto, apud Carvalho & Pinto (2018:6-7), nas décadas de 1930 e 1940, período de institucionalização do Serviço Social, *“Portugal era um dos países mais pobres da Europa, com taxas de pobreza e analfabetismo que rondavam os 40 a 50%”*. Neste contexto, a institucionalização da profissão em Portugal acompanhava a tendência mundial do Serviço Social, com o objectivo de melhorar as condições de vida da população e monitorar a situação dos mais pobres. É nesse cenário, aliado a fatores como as influências do socialismo nos países pobres, aos movimentos independentistas, e à necessidade de salvaguardar os interesses dos colonos, através do controlo dos autóctones, que surge o Serviço Social em Moçambique.

Desde sua introdução, o Serviço Social em Moçambique esteve intimamente ligado à prática de acção social, realizada tanto pelas autoridades governamentais quanto pelas igrejas (Católica e Protestante/Evangélica). Fortemente influenciado pela metrópole portuguesa, o Serviço Social no país foi inicialmente implementado

9

<https://www.google.com/search?q=descoberta+da+colonia+de+Mo%C3%A7ambique&sca>


como assistência pública, evoluindo ao longo das décadas. Devera-se, então, explorar seu percurso histórico em Moçambique.

BREVE CRONOLOGIA

1ª ETAPA: 1908-1950 - ASSISTÊNCIA PÚBLICA

Os primeiros sinais do Serviço Social em Moçambique surgiram em 1908, antes mesmo da institucionalização da profissão em Portugal, através de iniciativas de assistência pública realizadas por funcionários da Administração Pública e Comissários da Polícia. Na ausência de profissionais especializados em assistência social, a ajuda oferecida por esses funcionários era predominantemente financeira e voltada a grupos marginalizados e pessoas com problemas sociais.

Paralelamente à assistência prestada pelos funcionários públicos, o Estado subsidiava as instituições religiosas que prestavam diversas actividades de assistência social às populações, como por exemplo: o ensino e a assistência sanitária às populações indígenas (muitas igrejas tinham a componente de Assistência Social, composta não só pelas ações caritativas, mas também por ações educativas, através de escolas rudimentares e de artes e ofícios, postos de saúde, e centros de formação vocacional).

Nos grandes hospitais, as irmãs de caridade desempenhavam o papel de assistentes sociais, aconselhando os doentes e, principalmente, as famílias dos doentes quanto ao tratamento e acompanhamento necessário.

2ª ETAPA: 1950-1960 - PROMOÇÃO SOCIAL

A segunda fase do Serviço Social em Moçambique vai do final da década de 1950 ao início de 1960, coincidindo com importantes eventos internacionais que impactaram as políticas globais e as do país colonizador, Portugal. Entre estes eventos destacam-se: os efeitos da IIª Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 à 1945, cujas repercussões foram sentidas em todo o mundo, incluindo em Portugal, país colonizador de Moçambique; a influência do socialismo soviético nos países periféricos (África, Ásia e América Latina); os efeitos da guerra



fria (conflito político-ideológico que foi travado entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, países que representavam duas ideologias distintas, nomeadamente, a capitalista e a socialista, vigente entre os finais da década de 1940 até 1991; e o surgimento de alguns movimentos independentistas nas colónias africanas e asiáticas (Francisco, 2010:70).

Nesse contexto, a conjuntura internacional levou a mudanças na orientação do Serviço Social em Portugal, que, por sua vez, influenciaram a prática da Acção/Serviço Social em Moçambique. Assim, a orientação do Serviço Social em Moçambique passou a ser dada numa perspectiva de “promoção social¹⁰”, cujo principal actor era o Estado, que actuava em hospitais e nas comunidades, onde estabelecia “bairros populares” e desenvolvia acções de apoio a grupos vulneráveis tais como: crianças e mulheres. No período em referência, o trabalho era realizado por figuras que eram conhecidas como “voluntários sociais” Marcelino et al (2009).

3ª ETAPA: 1962-1975: SERVIÇO SOCIAL REMEDIAL”

A terceira etapa do Serviço Social em Moçambique coincide com um marco histórico importante, marcado pela criação de Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em 1962, o início da luta pela independência nacional, em 1964 e a conquista da independência nacional, em 1975. Esse período foi, também, marcado pela abertura da primeira Escola de Serviço Social do país, em 1962, com o objectivo de formar assistentes sociais e consolidar a profissionalização da prática da assistência social.

Na época, a política social vigente era caracterizada pelo “remedial social welfare”- a chamada assistência social remedial, cujas formas de intervenção não levavam a qualquer alteração das condições de vida das populações beneficiárias (Francisco, 2010; Marcelino et al (2009); Silva (Maio de 2014).

10 Implementação de políticas públicas voltadas à superação da pobreza nas suas diversificadas dimensões.



4ª ETAPA: PÓS-INDEPENDÊNCIA

Moçambique conquistou a sua independência em 25 de Junho de 1975, após 10 anos de luta armada, liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que se transformou em partido político no período pós-independência.

Com a conquista da independência, a prática da Acção Social/Serviço Social passou, de forma paulatina, de uma perspectiva institucional – focada em infantários, asilos, hospitais, escolas - para uma abordagem mais ampla. Essa nova visão transcendia as instituições sociais herdadas do colonialismo, com o Estado direccionando as actividades de assistência social para uma linha de apoio a indivíduos, grupos e comunidades, numa dinâmica participativa, com a finalidade de desenvolver ou restabelecer as capacidades sociais dos grupos sociais afectados pela luta da libertação nacional, da guerra civil do pós-independência, das vítimas das calamidades naturais e das vulnerabilidades, em geral, causadas pela pobreza e outros tipos de factores (Francisco, 2010).

A ACÇÃO SOCIAL/SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO COLONIAL

Em Moçambique o Serviço Social desenvolveu-se em paralelo à Acção Social, sendo esta prática introduzida pelo governo colonial, com uma abordagem assistencialista. Essa prática era conduzida por instituições públicas vinculadas ao regime colonial, que careciam de profissionais especializados em Serviço Social, e por diversas igrejas, católica e protestantes, onde missionários e pessoal de apoio desempenhavam papel fundamental.

Para melhor compreender o percurso do Serviço Social em Moçambique, é preciso ter-se em conta do processo de implantação da Administração Colonial Portuguesa no país. Como destaca Alexandre et al (2009:4), *“a implantação da Administração Colonial Portuguesa em Moçambique decorreu de uma forma cruel e desumana, pois à medida que ia se consolidando, abriam-se grandes e graves fendas no tecido social moçambicano, sem qualquer direito sobre o seu próprio país”*.

É neste contexto de grandes convulsões que surge, em 1908, a primeira forma de *“Trabalho Social em Moçambique, (...) com o objectivo de atenuar a situação que se vivia e dar uma imagem de que*

havia uma estabilidade social nas colônias portuguesas, particularmente em Moçambique”. (idem).

É assim que o Governo Português introduziu uma modalidade de atendimento aos mais necessitados, designada de “Assistência Pública”, cuja finalidade aparente era de garantir o apoio monetário a pequenos grupos de marginalizados e com problemas sociais. Entretanto, o que estava por detrás dessa estratégia era criar uma imagem positiva do Estado Português e garantir a sua defesa. (ibidem).

Assim, em uma época em que não existiam profissionais especializados para a intervenção na área de assistência social, a “Assistência Pública” foi confiada a funcionários da administração colonial e de Comissários da Polícia. Além disso, o Governo colonial se beneficiou das capacidades mobilizadoras das igrejas, subsidiando as suas actividades nos domínios da saúde, educação, abrigo aos incapacitados, transformando essas organizações em mediadoras entre as comunidades locais, a igreja e o Estado.

A partir dos finais dos anos 1950 e princípios dos anos 1960, o mundo conhecia grandes mudanças políticas, com o destaque para a África, onde vários países que estavam sob domínio britânico adquiriam as suas independências, com base na “Lei da Descolonização” (ibidem).

A INFLUÊNCIA DA LUTA ARMADA NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO REGIME COLONIAL PORTUGUÊS

Em 25 de Junho de 1962, foi constituída a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), movimento que, dois anos depois, a 25 de Setembro de 1964, iniciou a luta de libertação colonial. Com a intensificação da luta, o governo colonial português procurou adoptar medidas em duas vertentes, nomeadamente, repressão violenta e a persuasão das populações locais. Um dos exemplos dessa persuasão foi a construção de aldeias populares nas proximidades dos quartéis, nas Províncias mais afetadas pela luta, como forma de controlar as movimentações das populações e evitar, deste modo, o contacto entre a população e os guerrilheiros.



A luta armada inicia no ano da fundação da Escola de Serviço Social em Moçambique. Assim, ao Serviço Social, foi dada a orientação para a concentração das suas actividades em instituições situadas no meio urbano, uma acção estratégica do sistema, tendo em conta o papel mobilizador do Serviço Social. Embora os assistentes sociais não tivessem funções político-governativas, seu trabalho ajudava a conter as tensões urbanas resultantes do conflito em expansão. É assim que, conforme refere Alexandre et al (2009:5):

O Governo Português a 17 de Junho de 1967, na tentativa de reduzir a pressão sobre si e com vista a garantir a continuidade do trabalho desumano e evitar que muitos moçambicanos ingressassem na luta armada de libertação nacional, publicou o chamado Ordenamento Orgânico e Funcional da Assistência Pública, através do Diploma Legislativo número 2756.

A finalidade do referido dispositivo legal, era a de orientar e “disciplinar a actuação da Assistência Pública e de promover uma colaboração mais directa e eficiente com os serviços de Saúde e da Assistência com o Instituto do Trabalho e Previdência Social”. (idem).

Assim, os Serviços de Assistência Social foram direccionados para atender pessoas consideradas indigentes, abrangendo a assistência social e médica. Os beneficiários recebiam um cartão, através do qual se beneficiavam da isenção do pagamento de alguns serviços e tinham o acesso ao subsídio de alimentos e educação básica. Este programa incluía a construção de escolas, postos de saúde, infantários, centros de capacitação profissional, etc. em zonas periféricas urbanas e rurais, muitas vezes operados pelas Igrejas (Católica e as Evangélicas). Essas acções enquadravam-se numa perspectiva de política social de carácter remedial, que buscava minimizar as convulsões sociais sem incluir uma perspectiva de desenvolvimento e de bem-estar.

A ACCÃO SOCIAL/ASSISTÊNCIA SOCIAL NA LUTA DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

A Luta pela Libertação de Moçambique em grande número de crianças órfãs, mulheres viúvas e pessoas com deficiência, devido às lesões de guerra. Em resposta, a FRELIMO, movimento de libertação,



implementou mecanismos de assistência e acompanhamento social para apoiar as vítimas da guerra nas zonas libertadas¹¹, e nas bases localizadas no território tanzaniano, com o objectivo de garantir a participação activa e efectiva dos combatentes na guerra, sem se preocuparem com a assistência dos companheiros mutilados, das crianças órfãs, e do apoio às esposas que ficavam durante muito tempo sozinhas, enquanto eles estavam no interior, nas várias frentes de combate. No interior, incluía-se a esse objectivo a garantia da assistência aos idosos que se encontravam nas zonas libertadas (ibidem).

Sob direcção de duas figuras proeminentes do movimento de libertação, nomeadamente, a então esposa do líder da FRELIMO, Sra. Janete Mondlane, que estava instalada no Instituto Moçambicano, localizado em Dar-és-Salam¹², e o Sr. Jonas Namachulua, que estava na base de Tunduru, na Província tanzaniana de Bagamoyo¹³, estas duas personalidades coordenavam as acções orientadas para o atendimento dos refugiados moçambicanos nos vários campos localizados na República da Tanzânia, e nas bases localizadas nas zonas libertadas no interior do país, assim como nos campos militares (ibidem).

A assistência aos combatentes era de carácter logístico, e de assistência aos que se encontrassem enfermos, ou os que contraíssem alguma mutilação por consequência da guerra; e o atendimento às crianças órfãs, ou aos refugiados, com destaque para os mais vulneráveis, como idosos e mulheres, nos centros de acolhimento, localizados no território tanzaniano, e nas zonas libertadas, era de natureza psicossocial.

11 Territórios que eram tomados e controlados pelo Movimento, à medida em que a guerra progredia, onde eram introduzidos vários serviços sociais, como: educação (escolarização primária e alfabetização; saúde (primeiros socorros e cuidados básicos), assistência social, incentivo à agricultura, dentre outras actividades.

12 O Instituto Moçambicano foi uma instituição de formação de filhos de moçambicanos que se encontravam na Tanzânia como combatentes da FRELIMO ou como refugiados, gerida pela Frente de Libertação de Moçambique, e estava sedeadada em Dar-és-Salam.

13 Bagamoyo é a Província mais setentrional da República da Tanzânia, onde a FRELIMO tinha uma das suas bases de treinamento de soldados e de habitação.



A ACÇÃO SOCIAL (SERVIÇO SOCIAL) NO PERÍODO DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO (1974-1975)

O Governo de Transição, que tomou posse a 20 de Setembro de 1974, mandou publicar no Boletim Oficial¹⁴, o Decreto-Lei nº 17, definindo as competências dos órgãos centrais do recém-criado Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais.

Este dispositivo legal tinha como objectivo, segundo Alexandre et al (2009:6), garantir o desenvolvimento de serviços de saúde e de assistência social, vistos como um sistema que fosse capaz de abranger todos os cidadãos, no concernente aos cuidados primários de saúde (tratamento, reabilitação e integração social ao nível das comunidades), cuidados secundários (prevenção às doenças, através de campanhas de promoção da saúde pública, de vacinas, dentre outras formas) e de assistência social aos mais necessitados (crianças, pessoas com deficiência, idosos). *“Foi nessa época que a Direcção Nacional dos Assuntos Sociais, dirigida pelo Escritor e Antigo Combatente Rui Nogar, tinha o mandato de moralizar e valorizar o Homem sem qualquer discriminação”.* (Marcelino et al, 2009:6).

Neste período, o programa que mais marcou a época, no sector de Acção Social, foi a campanha de formação de quadros, iniciada em Maio de 1975, que culminou com a formação de 100¹⁵ técnicos básicos, designados por agentes de trabalho social, para actuarem em diferentes áreas da Acção Social. Estes Agentes de Trabalho Social eram capacitados para intervirem nas áreas de Acção Social (Serviço Social), Puericultura e Educação de Infância e Reabilitação (idem).

Após a proclamação da Independência Nacional à 25 de Junho de 1975, a FRELIMO, que conduziu a luta de libertação, assumiu o poder, tendo criado, para a sua governação, vários ministérios. Um desses ministérios foi o da Saúde, que passou a ser dirigido por um Médico, antigo Combatente.

Para materializar um dos objectivos da luta armada, que era o de garantir o bem-estar social a todos os moçambicanos, em Julho de 1975, numa das reuniões do Governo, “foi analisado (...) o Estatuto de Assuntos

¹⁴ Actual Boletim da República.

¹⁵ Moçambique, com 10 Províncias (a cidade de Maputo na época não tinha estatuto de Província), cada Província tinha 10 vagas.



Sociais de Moçambique. Na sequência destas análises, foi deliberada a criação e a integração da Direcção Nacional da Acção Social (DNAS) no Ministério da Saúde (...) como uma Direcção executiva”. (idem:7). Para esta direcção, foram nomeados a viúva do primeiro Presidente da FRELIMO, a Sra. Janete Mondlane e o Sr. Jonas Namachulua¹⁶, para as funções de Directora Nacional e Director Nacional Adjunto da Acção Social. Sucederam a estes dois quadros na Direcção Nacional da Acção Social, que coordenava as actividades governamentais do Serviço Social, duas assistentes sociais formadas na Escola de Serviço Social, fundada em 1962 e encerrada em 1974 (ibidem).

Durante a vigência da Direcção Nacional de Acção Social, as áreas prioritárias de intervenção incluíam, principalmente, programas voltados para a infância (infantários e jardins de infância), assistência a idosos e a pessoas com deficiência. Os infantários acolhiam crianças órfãs ou abandonadas, oferecendo amparo e protecção, enquanto os jardins de infância, amplamente massificados após a independência, eram criados inclusive em locais de trabalho para que as mães trabalhadoras tivessem onde deixar seus filhos. Nos jardins de infância promovia-se a educação pré-escolar e os cuidados de puericultura para recém-nascidos de mães trabalhadoras.

A direcção também assumiu a responsabilidade dos seguintes programas: a assistência aos idosos internados em asilos (Centros de Apoio à Velhice), instituições de assistência à pessoa da terceira idade que, antes da independência, estavam na responsabilidade das igrejas, tendo passado à responsabilidade do Estado; assistência às pessoas com deficiência, com destaque para o atendimento às crianças surdas em Escolas Especiais e pessoas cegas no Instituto dos Deficientes Visuais da Beira. O apoio às pessoas com deficiência estendia-se ainda para aos mutilados da luta de libertação que se encontravam em vários centros existentes em diversas províncias, com destaque para o Centro de Nangade, na Província de Cabo Delgado¹⁷ (ibidem).

16 Estes dois senhores tinham sido os dirigentes do Sector de Acção Social durante a Guerra de Libertação, em Tanzania.

17 Cabo Delgado foi a Província onde foi disparado o primeiro tiro, dando início à guerra de libertação de Moçambique, uma das Províncias que teve vastas áreas controladas pela FRELIMO, a província onde o Governo Português desencadeou a maior operação militar, com afinidade de acabar com a FRELIMO, a chamada Operação Nó Gordio, e, por consequência, um dos locais que tinha muita gente mutilada, pelos bombardeamentos da aviação militar portuguesa, ou pelas minas que eram colocadas nas regiões de suspeição da circulação dos militares da FRELIMO.



QUADRO POLÍTICO E LEGAL DO SERVIÇO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique o Serviço Social é orientado por um extenso quadro político e legal, cujo propósito é garantir os direitos das populações vulneráveis e marginalizadas, em consonância com convenções internacionais de direitos humanos. No entanto, apesar das diretrizes amplas, existe uma lacuna na regulamentação secundária que detalha os meios e procedimentos para a implementação dos programas e princípios estabelecidos. O quadro legislativo abrange áreas como à família, às crianças, às mulheres, as pessoas idosas e às pessoas com deficiência, com destaque para a Lei da Família (lei n.º 22/2019), a Lei da Pessoa Idosa (lei n.º 3/2014), a Lei de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança (lei n.º 7/2008), a Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas (lei n.º 6/2008), a Lei da Tutela de Menores (lei n.º 8/2008), a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (lei n.º 19/2019) e a Lei de Violência Doméstica (lei n.º 29/2009).

De entre as políticas se destacam a Política para a Pessoa Portadora de Deficiência (Resolução n.º 22/99 do Conselho de Ministros), a Política para a Pessoa Idosa (Resolução n.º 84/2002 do Conselho de Ministros) e a Política de Género (Resolução n.º 36/2018 do Conselho de Ministros).

O Serviço Social que em Moçambique tem sido designado por Acção Social, faz parte de um sistema mais abrangente de proteção social, que é regido pela Lei de Proteção Social. (lei no 4/2007), que estabelece o direito de todos os cidadãos ao acesso à protecção social, abrangendo tanto a segurança social contributiva quanto a segurança social básica – a qual se refere a transferências e serviços para as camadas mais desfavorecidas. No contexto desta lei, foi aprovada em 2010, a primeira Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB I), seguida pelo Decreto nº 52/2011, que cria 4 programas de segurança social básica nomeadamente, o Programa Subsídio Social Básico (PSSB), o Programa Apoio Social Direto (PASD), o Programa Acção Social Produtiva (PASP) e Programa Serviços Sociais da Acção Social (PSSAS). Sob gestão do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), o PSSB, o PASD e o PASP enquadram as transferências sociais dirigidas às populações mais pobres e vulneráveis e geridas enquanto que o PSSAS, cobre o atendimento institucional em infantários, centros de apoio à velhice,



centros de trânsito, centros de acolhimento à criança, centros abertos e centros de atendimento às pessoas com deficiência aguda.

Reconhecendo as fragilidades e fragmentação dos serviços de assistência social prestados pelo governo a nível distrital e pelas organizações não governamentais (ONG's), a segunda Estratégia Nacional de Segurança Básica (ENSSB II), para o período 2016-2024, incluiu um eixo dedicado ao fortalecimento dos serviços de acção social, prevendo acções preventivas e de protecção voltadas à mitigação dos riscos sociais, como a violência, abuso, exploração, discriminação e exclusão social através dos serviços de acção social” (República de Moçambique, 2016, p. 17).

O eixo 3 da ENSSB II estabelece a criação de dois programas fundamentais para o fortalecimento dos serviços de acção social:

- Um programa de prestação de serviços sociais em nível comunitário, destinado à prevenção e resposta aos riscos sociais;
- Um programa voltado para o fortalecimento das unidades sociais.

De acordo com o artigo 11 do Decreto, “o Programa Serviços de Acção Social, adiante designado ProSAS, consiste num conjunto de intervenções junto às famílias e comunidades para promover o reforço da capacidade de protecção contra riscos sociais e de inclusão social das pessoas mais vulneráveis” (Conselho de Ministros, 2018, p. 1844).

Adicionalmente, a Resolução n.º 46/2017 do Conselho de Ministros formalizou a Política de Acção Social, que define as linhas gerais, a filosofia e a estratégia do Estado no âmbito da acção social. Esta política adota uma visão de “uma sociedade inclusiva, solidária, promotora do bem-estar social e da participação activa de todo o cidadão no processo de desenvolvimento, como um direito social” (Conselho de Ministros, 2017, p. 2339).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ACÇÃO SOCIAL/SERVIÇO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

No nível central, o Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) é a entidade responsável pelo Serviço Social. Segundo



seu Estatuto Orgânico (Resolução n.º 18/2015), o MGCAS tem como funções a promoção da equidade de gênero, a proteção dos direitos das crianças, e o apoio a pessoas e famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade. Suas competências incluem a formulação de políticas, leis, planos e programas, bem como a coordenação de ações entre instituições governamentais e não governamentais.

O INAS, uma entidade subordinada ao MGCAS, é responsável pela gestão dos programas de transferências sociais e das unidades sociais. A criação dos Órgãos de Governança Descentralizada estabelecida pela Lei de Revisão da Constituição (Lei n.º 1/2018) e efectivada em 2019, resultou na formação de estruturas provinciais paralelas, como a Direção Provincial do Género, Criança e Ação Social (DPGCAS) e o Serviço Provincial de Assuntos Sociais (SPAS), que funcionam em coordenação para o cumprimento dos objectivos do serviço social.

Esse quadro organizacional e legal, ainda em aprimoramento, reflecte o compromisso de Moçambique com uma sociedade inclusiva e com a promoção do bem-estar social, assegurando suporte a populações vulneráveis e promovendo uma maior coesão social no país.

RECURSOS HUMANOS AFECTOS AO SECTOR DE ACÇÃO SOCIAL/ SERVIÇO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

Em relação aos recursos humanos afectos ao Sector/Área, percebe-se uma disparidade significativa entre a demanda populacional e a quantidade de profissionais da área. Com uma população estimada em 30,4 milhões em 2019, o número de trabalhadores sociais a nível distrital é insuficiente para atender de forma abrangente às necessidades sociais. Segundo o MGCAS (2019) o país conta 518 funcionários nas Repartições Distritais da Mulher e Acção Social, dos quais aproximadamente dois terços (371) possuem uma qualificação na área. Essa proporção representa aproximadamente um assistente social qualificado por cada 75.000 habitantes, um rácio muito elevado em comparação com as médias internacionais e regionais. Para efeito de comparação, a África do Sul, país vizinho, o rácio é de um trabalhador social para cada 6.000 habitantes (OPM, 2020, pp. 60-61).



Esse cenário se agrava devido ao rápido crescimento populacional, que amplia ainda mais a necessidade por profissionais qualificados na área. Dos 371 técnicos de acção social, apenas uma pequena parcela possui formação de nível superior em Serviço Social, sem essa qualificação, os profissionais não atendem aos requisitos para serem considerados assistentes sociais qualificados. Além disso, o número de profissionais disponíveis a nível distrital está, também, longe da capacidade de 45 recomendada e prevista para a implementação efectiva dos serviços da acção social previstos na ENSSB II (Vicente, Pellerano, Hove, & Hodges, 2015).

CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO EM ACCÃO SOCIAL/SERVIÇO SOCIAL E O RESPECTIVO QUADRO NORMATIVO

Em Moçambique, o processo de profissionalização do Serviço Social começou em 1962, com a criação do Instituto de Educação em Serviço Social (IESS), na então cidade de Lourenço Marques, hoje Maputo. Este Instituto tinha a finalidade de formar os “Trabalhadores Sociais” (Assistentes Sociais) e Educadores de Infância. Na época, a formação desses profissionais fazia parte de uma estratégia do governo colonial para criar quadros qualificados para actuar em prol do regime colonial. Assim, a Escola de Serviço Social apareceu como um instrumento para sustentar os interesses regime colonial, reforçando a manutenção da dominação. (ISCISA, 2014).

Até o encerramento do instituto em 1974, poucos assistentes sociais foram formados, insuficientes para atender às necessidades do país. A situação foi agravada pela emigração de muitos desses profissionais, o que exigiu que medidas alternativas fossem tomadas para viabilizar o desenvolvimento dos programas de Assistência Social.

Até o encerramento do Instituto em 1974¹⁸, aquela instituição tinha formado uma quantidade de Assistentes Sociais que não satisfazia às

18 O encerramento do Instituto deveu-se ao facto de, naquele ano, ter acontecido o acordo de Lusaka, que pôs termo à luta armada entre a FRELIMO eo governo colonial, iniciada em 1964, e ter sido criado o Governo de Transição para a independência, o que fez com quemuitas organizações portuguesas encerrassem as suas actividades, devido ao abandono dos quadros portugueses para Portugal.



necessidades do país. A situação foi agravada pelo abandono do país de muitos desses profissionais, o que exigiu que medidas alternativas fossem tomadas para viabilizar o desenvolvimento dos programas.

Com a independência nacional, o novo governo herdou uma estrutura de Serviço Social desprovida de quadros capacitados. A organização, estratégia e dinâmica de intervenção na área eram pautadas por uma abordagem assistencialista e paternalista, limitada pela formação e pela qualidade dos trabalhadores sociais disponíveis. Diante disso, as acções iniciais no pós-independência direccionaram-se para a reestruturação e organização das instituições existentes e na criação de novas.

Em 1988, o Governo moçambicano deu um passo importante para a profissionalização do Serviço Social ao aprovar os curricula para a formação de técnicos nos níveis elementar e básico, nomeadamente: auxiliares de puericultura e de educação de infância, agentes de puericultura e de educação de infância e agentes de Acção Social. A responsabilidade pela formação desse pessoal foi atribuída à Direcção Nacional de Acção Social, que fazia parte da estrutura do Ministério da Saúde. Anos depois, foi iniciado um programa de formação de técnicos básicos e médios de Acção Social e de Educação de Infância, incluindo a concessão de bolsas de estudo para formação em educação de infância de moçambicanos em Cuba, através do Ministério de Educação (ibidem).

Na década de 1980, o governo moçambicano deu início a um programa de formação de Assistentes Sociais no exterior. Em 1988, o primeiro grupo, com dois integrantes, foi enviado para o Brasil. Nos anos seguintes, outros grupos foram encaminhados para o Zimbábue, África do Sul e Portugal. Os profissionais formados no exterior contribuíram significativamente para o fortalecimento da intervenção do Serviço Social, actuando no sector governamental, nas organizações não governamentais, na sociedade civil e nas comunidades.

Eduardo Mondlane em 2013, esta última, a maior e mais antiga instituição de ensino superior do país, aprovou o seu curriculum do curso de Serviço Social, que passou a funcionar em seu campus principal, na cidade de Maputo, e permanecendo activo até a actualidade. A Universidade Pedagógica, em Maputo introduziu o curso em 2024.



Actualmente, em um país com mais de 30 milhões de habitantes e uma vasta necessidade de intervenção para o Serviço Social, Moçambique forma, anualmente, mais de 100 estudantes que entram para o mercado de trabalho público e privado. Entretanto, apesar do crescimento no número de graduados, o deficit de Assistentes Sociais é significativo, o que leva muitas vezes à ocupação de cargos da área de Serviço Social por pessoas sem a formação necessária ou provenientes de outras áreas de formação, desempenhando a função de forma inadequada.

NO ÂMBITO ORGANIZATIVO

Em termos organizativos, Moçambique conta com uma Associação dos Assistentes Sociais de Moçambique (AASMO), fundada em 2017, em assembleia constitutiva, que reuniu diversos profissionais da área. A AASMO, presente em todo o país, desenvolveu importantes instrumentos de orientação, tais como: um Código de Ética e Deontologia dos Assistentes Sociais e um regulamento da associação em 2020, que definem os mecanismos e procedimentos de adesão dos membros à agremiação.

Entre os objectivos da AASMO, destaca-se o de contribuir, no futuro próximo, para a criação de uma Ordem dos Assistentes Sociais de Moçambique, fortalecendo assim a regulamentação e reconhecimento da profissão. A associação também busca sensibilizar os sectores profissionalizantes sobre o papel fundamental do Serviço Social e a importância da valorização dos Assistentes Sociais no contexto das intervenções sociais no país.

DESAFIOS PARA A PROFISSÃO NO PAÍS E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Em Moçambique, o Serviço Social enfrenta desafios que se assemelham aos de outros países, mas com particularidades próprias. Sendo uma profissão emergente no país e ainda pouco conhecida, a profissão carece de reconhecimento formal que garanta sua exclusividade. Embora oficialmente reconhecida, ainda não existe



um instrumento legal que impeça a contratação de profissionais sem formação específica para actuarem como Assistentes Sociais, por consequência disso, existem profissionais formados noutras áreas que exercem o papel dos assistentes sociais. Assim, um dos principais desafios é a aprovação de uma legislação que exija qualificação formal em Serviço Social para o exercício da função.

Outro desafio é a sensibilização de diferentes actores e sectores, tanto públicos quanto privados, para a importância da presença de Assistentes Sociais em seus programas de bem-estar e desenvolvimento humano no local de trabalho ou no desenvolvimento de programas de assistência social.

Para superar esses desafios, é essencial intensificar campanhas de consciencialização e trabalhar junto a instituições e em políticas públicas, visando promover a valorização e a regulamentação da profissão em Moçambique.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do Serviço Social em Moçambique tem sido marcado por desafios históricos, avanços significativos e uma modesta valorização do papel do Assistente Social no contexto nacional. Desde as primeiras iniciativas de formação durante o período colonial até a criação de políticas e instituições de formação, a trajetória do Serviço Social no país reflecte um compromisso com o fortalecimento da profissão, especialmente após a independência. Com a criação da Associação dos Assistentes Sociais de Moçambique (AASMO) e o esforço de formalização e regulamentação da prática, o país demonstra a intenção de alinhar-se às normas internacionais, garantindo uma prática profissional ética e qualificada.

O quadro legal, embora promissor, carece de instrumentos que assegurem a exclusividade da actuação de profissionais formados em Serviço Social. Essa lacuna representa um dos principais desafios enfrentados pela profissão, dado que a contratação de profissionais sem a formação adequada compromete a qualidade dos serviços prestados e a proteção dos direitos das populações vulneráveis. A luta por um reconhecimento legal mais sólido apresenta-se, portanto, como uma prioridade para a AASMO e para todos os profissionais da área.



Em conclusão, o Serviço Social em Moçambique ainda se encontra em fase de consolidação, enfrentando desafios comuns a profissões em desenvolvimento, mas com um potencial de impacto muito significativo na sociedade. As acções actuais para sua regulamentação e fortalecimento são essenciais para construir uma base sólida que garanta que os Assistentes Sociais possam desempenhar suas funções de forma qualificada e ética, promovendo a justiça social e o bem-estar da população. Para que esse potencial seja plenamente realizado, o comprometimento de instituições, governos e profissionais é fundamental na construção de um Serviço Social respeitado e valorizado, capaz de contribuir activamente para o desenvolvimento social do país.

REFERENCIAS

Alexandre, Marcelino et ali (2009). **Breves Notas sobre a História da Acção Social em Moçambique**. Maputo: Ministério da Mulher e da Acção Social.

Carvalho, Maria Irene de & Pinto, Carla (coordenadores) (2018). **Serviço Social: teorias e práticas**. Lisboa: Pactor.

Castro, Manuel Menrique (2011). **História do Serviço Social na América Latina**, (12.ª ed).São Paulo: Cortez Editora.

Comissão Interministerial da Administração Pública. (2015). **Estatuto Orgânico do Ministério do Género, Criança e Acção Social**, Resolução n.º 18/2015, de 10 de julho. Boletim da República, I Série, 55, 380-386.

Conselho de Ministros. (2017). **Política da Acção Social e Estratégia de Implementação**, Resolução n.º 46/2017, de 2 de novembro. Boletim da República, I Série, 171, 2337- 2347.

Conselho de Ministros. (2018). Decreto n.º 47/2018, de 6 de agosto, relativo à revisão dos programas de segurança social básica. Boletim da República, I Série, 153, 1843- 1846. Francisco, António Álvaro (2010). **Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: contribuição para a sua compreensão crítica** (2.ª Ed.). Namacurra: Editora BS.

Instituto Superior de Ciências de Saúde, Divisão Pedagógica (Maio de 2014). **Termos de Referência do seminário académico sobre o Serviço**



Social em Moçambique.

Lameiras, Andreia Carvalho (2010). **Percurso Histórico do Serviço Social**. In: <https://servicosocial.pt/o-percurso-do-servico-social> Martinelli, Maria Lúcia (2011). *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez Editora.

Oxford Policy Management. (2020). *ProSAS: Avaliação da capacidade, serviços de acção social em Moçambique*. Oxford: OPM República de Moçambique. (2007). Lei n.º 4/2007, de 7 de fevereiro, relativa à protecção social. Boletim da República, I Série, 6, 75-81.

República de Moçambique. (2016). **Estratégia Nacional de Segurança Social Básica** (2016- 2024). Maputo: RdM Silva, Teresinha da (14 de Maio de 2014). *Os desafios para o Serviço Social hoje*. Jornadas do ISCISA.

Vicente, R., Pellerano, L., Hove, F., & Hodges, T. (2015). **National Basic Social Security Strategy (ENSSB II)**: Analysis of costs and impacts. Oxford: Oxford Policy Management





SERVIÇO SOCIAL EM CABO VERDE: DA ORIGEM À SISTEMATIZAÇÃO DA PROFISSÃO

Maria Paula Fortes¹
Ludmila Ailine Pires Évora²

INTRODUÇÃO

O presente artigo enquadra-se no objetivo de elaborar o Ebook sobre o Serviço Social na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) visando conhecer e viabilizar a profissão do Serviço Social nesta comunidade, principalmente nos países africanos.

Assente na ótica de Martins (1995 *apud* Carvalho; Pinto, 2014) que “[...] o Serviço Social se constrói historicamente e se explica pela trama das relações sociais, políticas e culturais e pelas contradições implícitas nos projetos políticos e sociais num espaço-tempo determinado [...]”, a compreensão do Serviço Social cabo-verdiano insere-se no processo

1 Assistente Social. Presidente da Associação de Assistentes Sociais de Cabo Verde. Assistente Social/Técnica Superior da Direção Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social/ Ministério da Justiça de Cabo Verde. paulinhafortes76@gmail.com

2 Assistente Social. Técnica Superior da Direção Geral de Inclusão Social/Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social de Cabo Verde. evoraludmila7@gmail.com



da edificação do Estado Nacional, a partir da sua independência a 5 de julho de 1975, quando regressa ao país o primeiro grupo das assistentes sociais formadas em Portugal, no quadro da abertura marcelista³, para integrar na estrutura da Administração Pública cabo-verdiana e trabalhar no quadro da Reconstrução Nacional⁴, o Programa que norteou o governo da I República⁵.

A edificação do Estado compreende o processo de transição democrática que inaugura a II República, a partir dos anos 90 do século XX a atualidade, comporta as governações subsequentes, as medidas político-económicas e sociais que enformam a atuação das(os) assistentes sociais cabo-verdianas(os), no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade.

O objetivo é expor o processo de formação e intervenção das assistentes sociais do arquipélago, com a finalidade de iniciar o processo de sistematização histórica da profissão, considerando que este facto tem contribuído para a ainda parca visibilidade da profissão em um país de rendimento médio⁶, de capitalismo periférico e dependente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Este artigo assenta-se no percurso do Serviço Social em Cabo Verde inserido nos três períodos históricos: Colonial, I República e a II República, portanto, desde a sua descoberta, em 1460, à atualidade (2025), com enfoque nos contextos da I e II República. Isto se deve ao facto de Cabo Verde, no período colonial ter sido uma colónia e depois uma província ultramarina e não um Estado Independente,

3 Portugal, país colonizador da então província de Cabo Verde, encontrava-se sob o jugo político-ditatorial do Estado Novo, contudo, este período caracterizou-se por uma relativa abertura política, início do processo de industrialização do país, e uma dualidade da ação do Estado porque, de um lado mostrava uma relativa abertura política, económica e social, por outro, reforçou o controlo sobre os movimentos sociais e políticos considerados “subversivos” ao Estado Novo (Carvalho; Pinto, 2014).

4 O projeto de Reconstrução Nacional desenvolvido tinha entre outros pilares/componentes a garantia da segurança alimentar, através do Programa de Sobrevivência Nacional e a estruturação do Setor Empresarial do Estado (SEE) com a finalidade de assegurar a assistência socio-alimentar das populações mais afetadas pelos períodos de seca (Lopes, 2021).

5 A I República abarca o período da Independência (5/7/1975) à realização da primeira eleição multipartidária (13/01/1991), após o processo de transição democrática iniciado com a queda do artigo 4º da Constituição de 1980.

6 Cabo Verde, em 2008, transitou de País Menos Avançado (PMA) para País de Rendimento Médio (PRM), segundo a classificação das Nações Unidas.



e outra razão prende-se com a inexistência de assistentes sociais no arquipélago, à época.

Outro marco abordado neste trabalho é mostrar como a atuação profissional se desenvolveu considerando as três gerações de assistentes sociais, como se encontra explicitado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 1: ASSISTENTES SOCIAIS DE CABO VERDE POR PERÍODO DE FORMAÇÃO/ATUAÇÃO



Fonte: Elaboração das autoras (2025)

Devido a ausência da sistematização do processo histórico e as respetivas intervenções das/os assistentes sociais, como acontece na maioria das Instituições públicas deste setor, devido a frágil cultura de memória institucional, pautou-se por uma revisão dos registos dos testemunhos das profissionais da 1ª geração contidos nas teses de conclusão de curso dos(as) estudantes de licenciatura⁷ em Serviço Social. Encontra-se integrado nesta revisão bibliográfica os artigos publicados, em revistas portuguesa e brasileira, de assistentes sociais denominadas da 2ª geração⁸. Na análise das medidas de políticas, integradas nos respetivos governos, teve-se como fontes os documentos estratégicos de cada governo, o quadro legal (a legislação do setor social) e a bibliografia publicada sobre a matéria.

O presente artigo comporta, para além da parte introdutória, a apresentação do arquipélago, bem como, o seu processo histórico, a caracterização e leitura crítica da formação e atuação profissional, a partir da Independência Nacional, a contextualização da Associação

7 Licenciatura em Cabo Verde tem como correspondente a Graduação no Brasil.

8 Fortes, Maria Paula; Furtado, Mónica; Carvalho, Suely (2021). Serviço Social em Cabo Verde: percurso e desafios na contemporaneidade. In Marques, E; Schmitt, A. Serviço Social nos países de língua portuguesa, São Paulo; Pimenta Cultural. E o artigo: Évora, Ludmila (2025). O percurso do Serviço Social em Cabo Verde: da assistência à precarização do trabalho profissional – este artigo será publicado (foi admitido) no livro da ACEP/PPGSSDR/UFF, em março de 2025.



de Assistentes Sociais de Cabo Verde, análise dos desafios que se colocam aos assistentes sociais no quadro de um Estado liberal que tem adotado medidas de política neoliberais e precarizando, não só as condições e direitos trabalhistas, mas optando, por uma política setorial (social) focalizada e na lógica da benemerência, o que tem provocado uma dupla degradação do campo profissional no setor e enquanto trabalhador especializado e inserido nesta dinâmica de produção e reprodução da força de trabalho.

CABO VERDE: DA DESCOBERTA À INDEPENDÊNCIA

Cabo Verde é um arquipélago africano, localizado na costa ocidental deste continente, a cerca de 450 Km² do promontório africano de onde lhe veio o nome. É um país com a dimensão territorial de 4.033,37 Km² e a zona económica exclusiva ultrapassa os 700.000 Km², constituído por dez ilhas e oito ilhéus divididos em duas regiões; Barlavento⁹, com área total de 2.230 Km², e Sotavento¹⁰, com a extensão de 1.803,37 Km², dependendo dos ventos¹¹ predominantes. A maior ilha do arquipélago é a de Santiago, com 991 Km², e onde fica a capital do país, a cidade da Praia de Santa Maria, a ilha menor é a da Brava, com 35 Km², ambas localizadas na região de Sotavento (Évora, 2008).

Duas estações caracterizam, formalmente, o clima das ilhas: a estação da seca, que vai de novembro a junho, e a estação das chuvas, que vai de julho a outubro. Contudo, é difícil afirmar sobre o valor médio das precipitações, devido a sua variação e irregularidade, constituindo, assim, um desafio para o planeamento do ponto de vista agrícola e hidrológico. Com as alterações climáticas que se vem verificando, a partir do início do século XXI, a situação pluviométrica do país tem se agravado com a redução do período das chuvas e de anos sem precipitações¹² suficientes para garantir a agricultura, facto que tem por base a forte emigração, principalmente da juventude, nos últimos anos, o êxodo rural, e a agudização da insegurança alimentar, que se abordará posteriormente (ibid, 2008).

9 As ilhas que constituem a região de Barlavento são: Santo Antão; São Vicente; Santa Luzia (a única que não é habitada); São Nicolau; Sal; e Boa Vista.

10 As ilhas que constituem a região de Sotavento são: Maio; Santiago; Fogo; e Brava.

11 Basicamente, os ventos predominantes são: vento Leste que vem do deserto Sarah e o vento que tem origem no Golfo da Guiné.

12 Até o ano de 2023, o país atravessava oito anos de seca consecutivos.



Historicamente, as ilhas foram descobertas¹³ no decurso do ciclo das navegações portuguesas, no século XV, em 1460, e tendo o início do seu povoamento em 1462, na ilha de Santiago, em documento de doação régia ao infante D. Fernando¹⁴, atribuindo a descoberta a António da Noli. Todavia, esta questão é polémica porque, segundo Amaral (2001 apud Évora, 2008), versões existem de que as primeiras ilhas foram descobertas por Cadamosto e Diogo Gomes.

Devido às dificuldades causadas pelas condições climáticas, o solo agreste e a distância da metrópole, na Carta Régia de junho de 1466, o rei facultou “grandes liberdades e fraquezas” aos europeus que vinham residir no arquipélago, este privilégio consistia no livre comércio com a costa ocidental africana, especificamente nos rios da Guiné. Com a justificativa de que se cometiam muitas irregularidades, por parte dos residentes, esta liberdade foi reduzida, depois extinta pelo Marquês de Pombal com a instalação da Companhia de Grão-Pará e Maranhão (Albuquerque, 2001 apud *ibid*, 2008).

A organização social, étnica e económica contrariou as previsões iniciais da corte portuguesa, principalmente por conta do desafio de sobrevivência nas ilhas, em que se começou a ter os registos de ciclos de seca e consequentes períodos de fome que provocavam mortandades significativas, a partir do século XVI até ao século XX (1947/49) (Lopes, 2021).

O desafio persistente de sobrevivência, devido ao abandono que Portugal votou o arquipélago, e que os intelectuais¹⁵ consideravam se dever à falta de capacidade e vontade para enfrentar as situações de fome que assolavam o arquipélago a cada ciclo de seca¹⁶, como

13 Esta discussão da descoberta do arquipélago não é pacífica, porquanto se defende que estas ilhas já eram conhecidas pelo povo Jalofo (Senegal). Outros defendem inclusive que quer o povo Fenício quer o povo chinês já haviam aportado aqui, porém, aquando da chegada dos portugueses, estas foram encontradas desabitadas (Albuquerque, 2001 apud Évora, 2008).

14 Dom Fernando (1433-1470) era filho de Dom Duarte e irmão de Dom Afonso.

15 Os escritores do movimento literário “Os nativistas, século XIX, tendo como expoente o escritor e poeta Eugénio Tavares, já reclamavam do abandono em que as ilhas se encontravam, por parte da autoridade colonial. Os escritores do movimento literário “Claridade”, século XX, fizeram denúncias sobre a ausência de medidas de enfrentamento aos maus anos agrícolas e suas consequências para a sobrevivência da população local. Lopes (2021) na sua obra sobre os 70 anos do desastre da Assistência, acontecimento da época da fome de 1947, que dizimou 1/3 da população cabo-verdiana, traz, na sua pesquisa jornalística, as denúncias referentes a situação de negligência e abandono por parte de Portugal perante as agruras da estiagem e da fome em Cabo Verde.

16 Em Cabo Verde, pelo facto de o país pertencer à região subtropical árida, sob a influência dos ventos de leste, vindas do deserto Saara, as precipitações oscilam, em uma década, em 5 (cinco)



pode ser constatado na posição de Correia (1954, apud ibid, 2021, p. 81) “[...] as fomes, neste arquipélago, eram resultantes da falta de chuvas e duma certa imprevidência e desorganização económica [...]”, resultou em uma sociedade miscigenada, com uma estrutura social e económica próprias.

Apesar da negligência na estruturação de respostas em períodos de crises famélicas, o governo colonial tomou algumas medidas paliativas e outras controversas como, por exemplo, o contrato para as roças de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, em condições análogas à escravidão.

Em nível da Assistência Pública, o poder colonial no período do Império instalou, principalmente na ilha de Santiago, as Obras Pias¹⁷ que eram estruturadas através de 3 (três) organismos: a Provedoria dos defuntos; o Juizado dos órfãos e a Rendição dos cativos, e as ações caritativas da Igreja Católica. No período do Estado Novo, foi criada a Provedoria da Assistência, tendo dois serviços na sua dependência; o Serviço da Assistência Pública e o Serviço de Aquisição de Géneros Alimentares (Évora, 2008; Lopes, 2021). A Provedoria encontrava-se na tutela do Instituto do Trabalho, Previdência e Ação Social (testemunho da assistente social Ana Morais¹⁸).

Sendo o arquipélago, à época do Estado Novo uma província ultramarina, é pertinente entender a profissão nos termos de seu desenvolvimento e intervenção em Portugal (metrópole). Segundo Carvalho & Pinto (2014) durante a vigência da ditadura salazarista/marcelista o desenvolvimento do Serviço Social comportou duas etapas: i) Institucionalização (anos 30 a 50 do século XX); ii) Continuidade (de 60 a 1974). A I etapa caracterizou-se, na sua dimensão política, social e económica, por um projeto ditatorial e de assistência social com base na ação voluntária, sendo que as influências teóricas, princípios e valores advieram da Filosofia e Teologia, na perspectiva da caridade; a

anos de chuva e 5 (cinco) anos de seca. Contudo, as alterações climáticas têm afetado este ciclo de seca e chuvas.

17 Estas três instituições criadas tinham por objetivos: i) fornecer apoio financeiro à manutenção dos hospitais; ii) resgate dos prisioneiros nas guerras com os muçulmanos, no continente; iii) resguardar os interesses dos órfãos. A partir do reinado de Dom Manuel I a legislação determinava que o indivíduo que falecesse sem deixar herdeiros, os seus bens eram destinados à manutenção dos hospitais (Domingues, 2001).

18 Assistente Social Ana Morais, uma profissional da 1ª geração, proferiu este testemunho na Conferência por ocasião do dia do assistente social, na Universidade de Santiago, em março de 2017.



política social estava orientada para a institucionalização dos pobres e no trabalho com as famílias.

A II etapa relaciona-se ao período de flexibilização do regime, denominado de abertura marcelista, em que em nível do conhecimento científico da profissão correspondeu ao período da introdução da corrente positivista nas Ciências Sociais, assim como dos métodos e técnicas de Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. A política social foi orientada para problemas sociais, patologias, deficiências e fragilidades (*ibid*, 2014). Importante ressaltar que foi neste contexto que se formou a 1ª geração de assistentes sociais de Cabo Verde.

O Serviço Social foi, assim, edificado numa prática profissional, fortemente, marcada pela natureza voluntária, assistencialista e paliativa em que os trabalhadores sociais atuavam com vista a prestar assistência aos mais pobres e vulneráveis. De acordo com esta perspetiva, privilegiava-se uma intervenção com carácter reparador e individualizado, assente nos indivíduos pobres, em detrimento da compreensão do fenómeno da pobreza, isto é, os problemas sociais eram encarados como problemas individuais, e não decorrentes de um processo resultante de relações sociais desiguais existentes na sociedade, ou associados ao regime e sistema sociopolítico¹⁹. Enfatizava-se, com esta intervenção, o “sentir e o agir” em detrimento ao “pensar e conhecer” (Bartlett;1993:61).

As ações sociais estavam sob a responsabilidade das autoridades do regime colonial, sediadas no arquipélago, primeiras do Governador e, segundo, dos administradores dos concelhos, em sua maioria militares portugueses, porém houve alguns cabo-verdianos nestas funções/cargos. Como acima referido a formação de assistentes sociais em Cabo Verde só aconteceu com a abertura marcelista, na década de 60 do século passado, portanto, a resposta à questão social era assistencial e voluntária, sem a participação de profissionais do Serviço Social por não haver este profissional no arquipélago.

19 Idem



SERVICO SOCIAL EM CABO VERDE INDEPENDENTE: INSTITUCIONALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRECARIZAÇÃO LABORAL

O advento da Independência Nacional, decorrido à 5 de julho de 1975, representou o culminar do processo que teve início com a luta armada (1963) na Guiné- Bissau, liderado pelo PAIGC²⁰, e das negociações para a aceitação e reconhecimento de Cabo Verde como país independente por parte de Portugal, em 1974, após a revolução de 25 de abril do mesmo ano, inaugurando uma nova fase na história política, social, económica e cultural do arquipélago.

Furtado (2016, p. 14) sustenta que “os nacionalistas cabo-verdianos pugnavam pelo fim da situação colonial com o objetivo de dar dignidade aos cabo-verdianos, tornando-os sujeitos de sua história, e de proporcionar um desenvolvimento econômico e social que fizesse, não apenas esquecer as fomes e as mortandades, mas assegurar padrões de vida dignos às novas e futuras gerações de cabo-verdianos”.

O Governo da I República, no intuito de garantir a segurança alimentar, no seu documento estratégico Programa Nacional de Desenvolvimento (PND, 1997) adotou como um dos pilares o Programa de Sobrevivência Nacional que continha dois instrumentos; i) Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO); e ii) a estruturação do setor empresarial do Estado. Ambos se enquadravam na lógica do sistema de apoio às populações afetadas pelas secas, que tinha por finalidade, segundo o então Primeiro-Ministro (Comandante Pedro Pires) “Reconversão do trabalho do apoio através de projetos de desenvolvimento agrícola, incluindo a retenção de água das chuvas, conservação dos solos e florestação” (Lopes, 2021, p. 261).

A estruturação do Setor Empresarial do Estado (SEE)²¹ integrou uma diversidade de empresas, em praticamente todos os setores da

20 O PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – reconhecido na 27ª sessão das Nações Unidas, em abril de 1972, como o único, verdadeiro e legítimo representante dos povos da Guiné e de Cabo Verde, no âmbito da representação dos dois povos em luta (Chaliand, 1977, p.89). Este partido foi fundado em 1956, na Guiné-Bissau, por Amílcar Cabral, liderando, pela luta armada e na frente diplomática, o processo da Independência dos então territórios, no quadro de um partido binacional, de influência marxista-leninista. Após as respetivas independências manteve-se este pilar até a sua dissolução em 1980 com o golpe de Estado na Guiné-Bissau (novembro/1980). Na vigência da I República, o PAIGC/CV foi a força dirigente da nação e do Estado, nos termos do artigo 4º da Constituição de 1980 (Évora, 2022).

21 O SEE incluía empresas estatais das áreas de telecomunicações à produção alimentar



vida social, tendo em consideração os desafios que se colocavam para a construção da economia e assegurar a segurança alimentar do país, com a materialização da Empresa Pública de Abastecimento (EMPA) e a Empresa de Moagem (MOAVE).

As intervenções das primeiras profissionais de Serviço Social foi, neste quadro de Reconstrução Nacional, especificamente, na Direção Geral de Assuntos Sociais do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, outros setores foram, nomeadamente: a Justiça (Reinserção Social); Instituto de Fomento à Habitação (IFH); Educação – Instituto Caboverdiano de Ação Social Escolar (ICASE), Saúde, Infância – Instituto Caboverdiano de Menor (ICM). Entre os ganhos conseguidos em parceria com as assistentes sociais, reconhecidos por profissionais de outros setores, foram os da estruturação do serviço de Planeamento Familiar (PMI-PF), a intervenção comunitária para a organização do serviço de promoção social junto das famílias e comunidades e na proteção materno-infantil.

Contudo, as profissionais de Serviço Social estiveram fora deste processo central do Programa de Sobrevivência Nacional, tendo outorgadas o espaço das medidas de política da assistência social nas estruturas do Estado, sendo as técnicas de intervenção destas profissionais: Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade, assente no referencial teórico-metodológico funcionalista/positivista (Évora, 2025).

Esta perspetiva é sintomática com a leitura de Barros (2012)²², ao afirmar que:

Pelos discursos de algumas assistentes do período imediatamente pós- independência, às quais temos tido acesso, parece ser possível afirmar que, no seu seio dos profissionais, fortaleceu-se a perspetiva de direitos sociais (...) possivelmente tendo em conta o clima de euforia pela construção do país independente e do “Homem Novo”. Efetivamente os tempos eram outros: passa-se de uma colónia ligada a um Estado fascista para um Estado soberano, comandado por um Partido que chamava para si as funções de fazer transformações económicas e sociais e de

(frango e iogurte), medicamentos, banca, seguros, transportes, marítimo, terrestre e aéreo, estaleiro naval, portos e aeroportos, confeções, calçados, tintas, bebidas, massas alimentícias, abastecimento alimentar (Lopes, 2021, pp. 259 a 269).

²² Barros, Jandira (2012). Conferência proferida por ocasião do dia do assistente social, no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais.



garantir a sobrevivência das populações, o que, naturalmente, tinha consequências na prática profissional. (...) Embora seja necessário maior aprofundamento do tema, parece que está na génese do Serviço Social em Cabo Verde uma intervenção com base no método denominado de Desenvolvimento de Comunidade”, um método altamente difundido por organizações como as Nações Unidas e que tinha o propósito de superar as condições de subdesenvolvimento.

Percebe-se que a estratégia adotada, na altura, foi de concentrar as profissionais da área social, numa única estrutura, com o intuito de capitalizar os recursos para uma intervenção articulada e coordenada e de provocar mudanças nas condições de vida das populações, em particular, dos grupos mais vulneráveis. Igualmente, desenvolveu-se um trabalho educativo ao nível das comunidades, e aos profissionais da área social competia-lhes fazer a mediação entre as instituições governamentais e a população. As intervenções eram, essencialmente, nas áreas de nutrição, desenvolvimento comunitário, gestão de equipamentos sociais e elaboração de diagnóstico da situação de vida das populações (Fortes et al, 2021).

Tendo em conta a vertente de mobilização popular para trabalhos de Reconstrução Nacional, o voluntarismo militante foi “disputando” espaço com a intervenção das assistentes sociais, a par da exiguidade deste profissional no mercado cabo-verdiano e a necessidade de formar técnicos profissionais, então denominados de animadores sociais²³, se deturpou a perceção por parte da classe política e da sociedade sobre o trabalho e o papel dos assistentes sociais nesta mediação “[...] por meio das quais se expressa a questão social [...] é de fundamental importância para o Serviço Social” (Iamamoto, 2005, p. 28 apud Évora, 2025).

Importante ressaltar que foi neste período que se deu a institucionalização, em 1987, do curso de Serviço Social enquanto profissão com grau de licenciatura, possibilitando que os(as) profissionais ingressassem na carreira técnica da Administração Pública cabo-verdiana (Évora, 2025).

23 Segundo o testemunho da assistente social Madalena Tavares, profissional da 1ª geração, a decisão de se criar uma formação básica de animadores sociais foi no intuito de estabelecer uma ligação entre o trabalho prático e a Comissão das Ações Sociais (Moreno, Celestino, 2012).

A democratização de Cabo Verde tem, oficialmente, como marco a realização da primeira eleição pluripartidária, a 13 de janeiro de 1991, vencidas pelo Movimento Para a Democracia (MPD)²⁴, partido, ideologicamente, da direita-liberal, com maioria qualificada²⁵. Nesta perspetiva ideológica-política, se introduziu mudanças em todos os setores da vida social do país, nomeadamente na economia que passou a ser orientada pela lógica liberal, contudo, sendo uma governação no contexto da globalização e implementação do projeto neoliberal nos países de capitalismo periférico, impostas pelas Agências do Bretton Wood (BW), foram introduzidas medidas de cunho neoliberal (ibid, 2025).

A opção da política governamental, assente na democracia económica²⁶, consubstanciada no I Programa de Governo (1991-1995), determinou a secundarização do setor social, em especial a Segurança Social, como orientação política do Estado. A nível constitucional, não houve grandes alterações filosóficas e na redação entre a Constituição de 1980 (I República) e a de 1992 (II República), estas constam no quadro legal ordinário, especialmente, no âmbito da Proteção Social Obrigatória (PSO). Todavia, concernente à Assistência Social (Rede de Segurança), o quadro legal não foi desenvolvido ao mesmo nível da PSO e a opção foi pela municipalização²⁷ da Promoção Social²⁸, em um contexto de estruturação²⁹ dos municípios, sem, principalmente, recursos humanos e políticas municipais consistentes do setor social, o que acarretou graves situações laborais para as animadoras sociais e algumas assistentes sociais incluídas neste processo, situação resolvida em 2009, pelo Governo do PAICV (Évora, 2022).

24 O MPD, nos dois mandatos, na década de 90, século XX, venceu as eleições por maioria qualificada, consequentemente, preenchendo 2/3 dos lugares da Assembleia Nacional.

25 O Movimento para a Democracia (MPD) foi fundado em 14 de março de 1990, após o anúncio da abertura política e a queda do artigo 4º da Constituição de 1980/81. É membro da Internacional da Democracia Cristã (IDC).

26 Os pressupostos eram: modelo de desenvolvimento que se assenta na cultura da iniciativa privada; na valorização do mercado, na inserção dinâmica do arquipélago no sistema económico mundial, na valorização do indivíduo e na solidariedade social (Programa de Governo, 1991 *apud* Évora, 2022).

27 Decreto-Lei n.º 2/94, de 11 de abril.

28 Em Cabo Verde a Assistência Social teve, desde a Independência (1975), várias denominações: Promoção Social; Solidariedade Social e, com a Lei de Bases da Proteção Social, em 2001, passou a ser denominada de Rede de Segurança.

29 Os municípios foram criados em 1992, após a aprovação da Constituição de 1992. Na vigência da I República os municípios estavam sob o controlo do Governo Central que nomeava os Delegados do Governo.



Contudo, Fortes *et al* (2021) têm uma posição diferente, na ótica delas, nesse período, verificam-se mudanças significativas nas estruturas organizativas e no funcionamento do Setor dos Assuntos Sociais, designadamente a municipalização dos serviços da promoção social. O objetivo do Governo era de reforçar as estruturas do poder central na planificação e avaliação das políticas públicas, promovendo ações concertadas e coordenadas com diversos setores que atuam na área da proteção social. Assim, a territorialização das políticas e ações sociais surgem como uma das estratégias fundamentais da nova agenda de governação, permitindo maior proximidade das políticas às pessoas e otimização de recursos públicos, municipais e privados, contribuindo para a diminuição das assimetrias e das desigualdades sociais, sobretudo com enfoque nos grupos sociais mais vulneráveis.

A maioria das assistentes sociais começaram a atuar nas Câmaras Municipais e um número reduzido de profissionais manteve-se na estrutura central, afetos ao Ministério do Trabalho e Ação Social, implementando, principalmente, políticas na área da Rede de Segurança³⁰.

A abertura económica, na vigência deste governo, trouxe, inicialmente, maior acesso da população a bens materiais e económicos. No entanto, este crescimento verificado nesta década³¹ (anos 90 do século XX) foi desigual³², complexificando a questão social em Cabo Verde, deixando de ser centrada somente na segurança alimentar, alargando-a a questões das condições laborais e desigualdades sociais (Évora, 2025).

Resultado do compromisso assumido a partir das recomendações da Cimeira de Copenhague, em 1995, e das opções contidas no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 1997-2000), em 1997, o Governo do MPD criou o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) que tinha duas componentes: i) a satisfação das necessidades

30 Lei de Bases da Proteção Social – Lei n.º 131/V/2001, de 22 de janeiro.

31 Segundo os dados do Banco de Cabo Verde (*apud* Évora, 2022), a média de crescimento do PIB, nos anos 90 do século XX, foi de 5,1%.

32 Segundo os dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares — IDRF (2001/2002) a desigualdade atingia 0,57 no Índice de Gine, o que significava que 10% da população que vivia abaixo do limiar da pobreza detinha somente 1% do rendimento nacional.



primárias³³; ii) a luta contra a pobreza³⁴. Apesar deste projeto ter o foco nas pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e os que viviam na pobreza, o papel das assistentes sociais foi ténue, participando uma assistente social, enquanto diretora de Gabinete de Estudos do Ministério da Solidariedade Social. Contudo, é com a criação dos Concelhos Regionais que se abriam vagas para os profissionais de Serviço Social, isto a partir de 2003 (ibid, 2025).

Importa frisar que, nesse período, é imprimido um certo perfil à prática profissional do assistente social nas organizações estatais, maioritariamente, através de atividades assistenciais, de planeamento e de execução de serviços sociais à população. Conforme salientado por Iamamoto (2004 *apud* Fortes, *et al*, 2021), sua prática é voltada para uma linha de integração da população aos organismos institucionais, através dos quais se exerce o controle social.

É neste quadro de reformas liberais, em um país de capitalismo periférico e dependente, que o então governo envia jovens meninas, estudantes do ensino público, de famílias da classe média e trabalhadora, para cursarem o Serviço Social, em sua maioria, para o Brasil, a partir de 1995, em decorrência das transformações ocorridas com a queda da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), até então um dos países que recebiam maior contingente de estudantes cabo-verdianos.

A formação no Brasil acontece no contexto da sua redemocratização, da pós- reconceituação do Serviço Social, novo Código de Ética de Assistente Social, ingressando a categoria como pesquisadora, reconhecida pelas agências de fomento, houve um alargamento e apropriação teórico-metodológica das grandes matrizes do pensamento das Ciências Sociais, especialmente, a teoria marxista, assim como, o aperfeiçoamento técnico-operativo na intervenção do assistente social (Iamamoto, 2005).

33 As necessidades primárias contemplavam dois enfoques: a) necessidades primárias elementares abarcando alimentação, acesso a água potável, acesso à habitação, à saúde, emprego, alfabetização; b) necessidades primárias complementares abrangendo o acesso à energia elétrica, às telecomunicações, à formação profissional, à cultura, ao lazer e ao desporto (PND, 1997).

34 Esta componente teve por objetivos: i) promover a integração dos grupos sociais vulneráveis no processo de desenvolvimento; ii) melhorar os indicadores sociais da pobreza; iii) reforçar as capacidades institucionais de coordenação das atividades de luta contra a pobreza; iv) combater as assimetrias regionais; v) promover o desenvolvimento das atividades geradoras de rendimento e microempresas familiares, junto dos grupos sociais afetados pela pobreza (Évora, 2022).



Estas estudantes retornam a Cabo Verde no início do novo milénio, em um momento da I transição de governo, visto que o PAICV, partido agora de centro- esquerda, regressa ao poder em janeiro de 2001. Este partido governa o país por 15 (quinze anos), vencendo 3 (três) eleições legislativas consecutivas.

Este período é marcado pela reforma do Sistema da Segurança Social e, por conseguinte, pela consolidação da Proteção Social enquanto direito, isto porque, sustentado na Lei de Bases da Proteção Social, aprovada no decurso do governo do MPD, o governo do PAICV engendrou 4 (quatro) importantes reformas na Segurança Social³⁵ (Évora, 2025; Fortes, et al, 2021).

No setor da Assistência Social, no primeiro Programa de Governo, a prioridade foi a reativação das redes de solidariedade social, ou seja, da filantropia do setor social. No entanto, com o compromisso de atingir os ODM, no horizonte de 2015, assim como, para atingir as metas estipuladas nos principais documentos estratégicos de governança³⁶, este governo assumiu a Proteção Social como um cumprimento constitucional, um instrumento que abarque toda a população no sistema de proteção social, e atenda as populações mais vulneráveis, de modo rentável e durável, sem ocorrer em disfunções (Governo de Cabo Verde, 2001).

Em nível da intervenção profissional das assistentes sociais verificou-se um alargamento das áreas de atuação, incluindo a docência, a saúde, a juventude, a assessoria governamental e presidencial. As profissionais regressadas do Brasil introduziram a perspectiva crítica-marxista, os métodos e as técnicas de intervenção diversificaram integrando os debates e a perspectiva de gestão social, a par dos métodos e técnicas de caso, de grupo e de comunidade, dependendo mais da ótica individual de cada profissional a uma orientação emanada de um órgão representativo da classe, que surgiu em 2014 (Évora, 2025).

35 Estas reformas foram: i) em 2006, foi aprovado o alargamento da Proteção Social a trabalhadores que anteriormente não estavam assegurados, como os funcionários da Administração Pública, por terem à época um regime próprio, os trabalhadores domésticos, os trabalhadores por conta própria, entre outros; ii) o desenvolvimento do regime da pensão social para a Rede de Segurança (Assistência); iii) a desmunicipalização dos serviços da Promoção Social (Assistência) devido às consequências desastrosas provocadas, segundo Relatório elaborado em 2009; iv) o alargamento do PNLP para os centros urbanos e periurbanos (bairros periféricos).

36 Os documentos estratégicos de governança consultados foram: Grandes Opções do Plano, Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza I, II e III; Documento Estratégico de Proteção Social (Évora, 2022).



Neste período, com a opção de massificação do acesso ao Ensino Superior no país, muitas universidades portuguesas abriram polos universitários no arquipélago, a par da Universidade Pública que foi consolidada, consequentemente, houve a criação de cursos de Serviço Social no arquipélago, a ressalva a este facto prende-se com a proliferação destes cursos, sem as condições básicas para a abertura, como a falta de assistentes sociais com grau de mestrado. À época da abertura do primeiro curso³⁷, em 2005, havia somente uma assistente social com o grau de mestrado e, em 2006, ao se ter início um novo curso de Serviço Social, havia duas assistentes sociais em formação no Brasil. Para colmatar este déficit, as universidades privadas optaram pelas profissionais da 1ª geração, devido à experiência profissional (ibid, 2025).

Esta opção das universidades provocou com que a formação da 3ª geração de assistentes sociais se baseasse na perspetiva metodológica positivista/funcionalista, na atuação técnico-profissional assente nas técnicas de caso, grupo e comunidade, não obstante adoção das obras de autores brasileiros, de perspetiva marxista.

Em 2016, verificou-se a 2ª alternância política com o regresso do MPD ao poder e se encontra na presente conjuntura. Mantendo a lógica liberal, com aspetos neoliberais, introduziu, contudo, medidas de políticas, como a informatização e sistematização das informações socioeconómicas dos grupos sociais classificados em situação de pobreza extrema, a situação de vulnerabilidade socioeconómica, através do instrumento denominado de Cadastro Social Único³⁸, a institucionalização do Rendimento Social de Inclusão³⁹ e o Rendimento Social de Emergência. A par destas medidas somam-se o desenvolvimento do Regime Geral da Pensão Social da Rede de Segurança⁴⁰, em que o país alargou a Cobertura Social⁴¹ assegurando,

37 O primeiro curso de Serviço Social foi aberto, em 2005, pela Universidade Jean Piaget/cidade da Praia (capital), uma universidade privada. Em 2006, foi aberto o 2º curso de Serviço Social pelo Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (privado), em cooperação com a Fundação Bissaia Barreto/Portugal, também na cidade da Praia. A Universidade de Cabo Verde, a única universidade pública do país, por falta de profissionais desta área com o nível de mestrado e doutorado, não abriu, até a atualidade, um curso de Serviço Social, optando pelo curso de Ciências Sociais.

38 Decreto-Regulamentar n.º 7/2018, de 20 de setembro, um instrumento de apoio ao sistema de Proteção Social ao nível da Rede de Segurança.

39 Decreto-Lei n.º 41/2020, de 2 de abril.

40 Lei n.º 38/VIII/2013, de 7 de agosto, que institui o regime geral da pensão social do Regime não contributivo (Rede de Segurança/ Assistência Social) da Segurança Social (Proteção Social).

41 Na Lei n.º 131/V/2001, de 22 de janeiro, a Cobertura Social é entendida como Prestação



desta feita, o reconhecimento internacional de um dos países africanos com maior percentual da população com uma cobertura da Segurança Social⁴², considerando os 3 (três) regimes⁴³ da Proteção Social.

A retomada da municipalização parcial dos serviços de inclusão social, em 2017, conduziu a descentralização do campo de empregabilidade dos assistentes sociais, principalmente da 3ª geração, para os programas de transferência de renda, apoios sociais pontuais, na área de Cuidados, para as autarquias, algumas das vezes, em situações de precarização laboral⁴⁴, não obstante, ser o profissional mais qualificado para a operacionalização das medidas de proteção social (Fortes, et al, 2021).

A ASSOCIAÇÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DE CABO VERDE: ENTRE OS DESAFIOS E GANHOS DO SERVIÇO SOCIAL

O processo de institucionalização e reconhecimento do Serviço Social enquanto profissão superior com grau de licenciatura, em 1987, a par do legado voluntarista e assistencialista herdado do período colonial, assim como a escassez deste profissional devido, em parte, ao interregno na formação das 3 (três) gerações e sendo esta falta suprimida por profissionais de outras áreas e/ou não capacitados, demonstrou aos assistentes sociais a necessidade premente de se criar uma associação no sentido de se engendrar esforços para a sua valorização.

Assim, em 2014, foi criada a Associação das Assistentes Sociais de Cabo Verde⁴⁵ (AASCV) cujo escopo é desenvolver a sua atividade no sentido de assegurar a defesa e promoção da profissão de assistente social, a melhoria do Serviço Social nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a salvaguarda dos princípios deontológicos que norteiam a profissão de assistente social, proteger os interesses profissionais dos seus membros e

Social, conforme a alínea c), do artigo 10 da mesma lei.

42 INE (2022). Boletim Estatístico do Sistema da Proteção Social (2016 – 2020).

43 Com base na Lei de Bases da Proteção Social os três regimes são: Proteção Social Obrigatória; Rede de Segurança e Proteção Social Complementar.

44 Apesar do aumento da demanda provocada pelos 8 anos de seca, êxodo rural, aumento dos produtos de primeira necessidade derivado das guerras internacionais, muitos municípios, devido a sua dimensão e capacidade financeira, têm optado por contratar assistentes sociais por prestação de serviço e até com contratos em funções abaixo da categoria profissional, com anuência do Ministério que tutela o setor social.

45 Estatuto da Associação n 54/2016 – <https://kiosk.incv.cv>



os interesses públicos relacionados com a prestação profissional (Estatuto da AASCV, 2016).

Decorrente das competências estatutárias compete a AASCV, entre outras atribuições, o dever de assegurar, na medida do possível, que os seus membros ajam com ética e tenham os direitos profissionais garantidos, desta forma possam promover o acesso aos bens e serviços sociais, na perspetiva de direitos, constitucionalmente consagrados (*ibid*, 2016).

Sem dúvida, a criação da Associação profissional foi um marco e ganho para os(as) Assistentes Sociais de Cabo Verde, contudo, desde o início, tem enfrentado desafios de sustentabilidade devido, principalmente, ao problema da empregabilidade e precarização do trabalho dos profissionais da 3ª geração, por conseguinte, não conseguindo cumprir com os respetivos deveres para com esta (Évora, 2025).

Os cursos⁴⁶ de Serviço Social, mesmo não tendo sido criados num quadro planificado, foi de grande valia para o aumento do número de profissionais, por conseguinte, houve maior visibilidade da profissão e, permitiu, nos termos da lei, a criação da associação profissional. Num levantamento realizado pela AASCV (2024) constatou-se que o maior número de profissionais se formou em Cabo Verde (456), em seguida no Brasil (17), Portugal (14), e Países Baixos (1), totalizando 488 assistentes sociais.

O alargamento e consolidação dos campos de atuação profissional⁴⁷ do assistente social é analisado como um ganho para a categoria, assim como, a inserção da Associação na Rede do Serviço Social da Macaronésia⁴⁸, tendo o início da participação de assistentes sociais cabo-verdianos, em 2009. Os Congressos são realizados de forma rotativa, desde 2005, e visam promover a cooperação e o intercâmbio

46 As Universidades que administraram os cursos de Serviço Social foram 4 (quatro): ISCJS; Universidade de Santiago; Jean Piaget e Universidade Lusófona, porém, neste momento, nenhuma destas Escolas/Universidades ministram o curso de Serviço Social.

47 Os espaços socio-ocupacionais dos assistentes sociais, no presente, são: Segurança Social (os dois regimes), Infância e adolescência, Saúde, Habitação, Justiça, Municípios, ONGs e Associações Comunitárias de Base, Assessoria, Empresa, Consultoria (AASCV, 2024).

48 Macaronésia é uma região no Atlântico composto pelos arquipélagos da Madeira e Açores (Portugal), das Canárias (Espanha) e de Cabo Verde.



de conhecimentos, boas práticas e experiências entre as regiões insulares (Fortes, et al, 2021; Évora, 2025).

No campo dos desafios, se destaca a não criação e aprovação do Código de Ética da profissão, que estabeleça os atos próprios dos assistentes sociais, em relação aos dos outros profissionais das Ciências Sociais, e ser um instrumento que norteie os assistentes sociais na sua atuação, evitando que esta dependa exclusivamente da capacidade interventiva do profissional, no quadro das atribuições estabelecidas no setor onde este profissional atua, quando é-lhe permitido pela hierarquia.

A empregabilidade no âmbito das condições desfavoráveis dos contratos de trabalho, a capacitação para o mercado de trabalho dos que se encontram em situação de desemprego de longa duração, as condições para a qualificação dos que se encontram no mercado de trabalho, haja vista, se ter somente uma assistente social com o grau de doutora e uma dezena com o grau de mestre, são outros desafios atuais para a intervenção do Serviço Social. A este propósito Iamamoto (1998, p. 168) advoga que se deve “construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais”.

Sendo o Estado o maior empregador, a máquina administrativa é um espaço de disputas para alcançar melhores posições, com melhores remunerações para os seus militantes e simpatizantes como forma de assegurar a fidelidade partidária e garantir a permanência no espaço do poder político e de decisão, tornando a excessiva partidarização do setor social e seu uso para fins eleitorais o maior entrave para o desenvolvimento da intervenção profissional (Évora, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social em Cabo Verde, desde a sua emergência no contexto pós-independência, evoluiu de uma prática, essencialmente, voluntária para uma profissão institucionalizada e reconhecida, com suas bases teóricas e metodológicas sendo, progressivamente, construídas. Nesta



trajetória histórica, notamos que o Serviço Social cabo-verdiano não apenas se adaptou às demandas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade em constante transformação, mas também teve um papel fundamental na consolidação de um Estado democrático e na defesa dos direitos humanos e na luta contra as desigualdades sociais.

A luta pela valorização da profissão e pela formação qualificada dos Assistentes Sociais resultou, igualmente, em importantes avanços, tanto no reconhecimento acadêmico quanto no fortalecimento da atuação profissional em diversas áreas, como saúde, justiça, direitos humanos, educação, habitação e assistência social.

No entanto, persiste a necessidade de superar desafios estruturais, como a escassez de recursos e a implementação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas adaptadas à realidade insular do país e que atendam, adequadamente, às demandas da população. Neste solo de desafios deparamos que está a emergir novas demandas contemporâneas à categoria do Serviço Social, especificamente o Serviço Social ambiental/Ecoserviço social, exigindo novas habilidades, competências e capacitação acadêmica na área ambiental, no sentido de os/as Assistentes Sociais ampliarem as suas possibilidades de intervenção e, por conseguinte, contribuir para a defesa da dignidade da pessoa humana, da justiça social e ambiental e para os direitos humanos.

Nesse âmbito, a sistematização da profissão deve ser acompanhada de um olhar crítico para as transformações sociais e ambientais, sendo fundamental apostar na formação acadêmica de qualidade e a capacitação (técnica e interdisciplinar) contínua dos profissionais com vista a atualizar as intervenções e formar profissionais preparados para lidar com realidades dinâmicas e complexas.

O futuro do Serviço Social em Cabo Verde passa, assim, pela articulação entre teoria e prática, pela consolidação e maior visibilidade da profissão e pela atuação mais incisiva dos profissionais nas esferas políticas, sociais, ambientais e culturais, para que possa continuar a ser um instrumento de transformação social e de promoção da cidadania.

Diante das dificuldades e limitações encontradas durante a elaboração deste artigo, principalmente no que tange ao deficit de publicações que reflita o percurso histórico e as práticas profissionais na área de Serviço Social, revela-se de suma importância impulsionar a



cooperação académica e profissional dos assistentes sociais da CPLP. Esta cooperação pode ser efetivada através de investigação, pesquisa e ensino, mas também através de partilha de conhecimentos, de boas práticas e troca de experiências entre os profissionais do Serviço Social, sendo cruciais para enfrentar os desafios contemporâneos da profissão e para ampliar a visibilidade do Serviço Social ao nível internacional.

REFERÊNCIAS

AMARO, M. I. **Urgências e emergências do Serviço Social: fundamentos da profissão na contemporaneidade**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2012.

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE CABO VERDE. **Estatuto da Associação** in **Boletim Oficial n.º 54/2016** – Disponível em: <https://kiosk.incv.cv>.

BARTLETT, Harriett. **A base do Serviço Social**. S. Paulo, Pioneira, 1993.

CARVALHO, M. I.; PINTO, C. **Serviço Social em Portugal. Uma visão crítica**. In: CARVALHO, M. I.; PINTO, C. (organizadoras). **Serviço Social: Teorias e Práticas**. Portugal: Pactor, 2014.

CHALIAND, G. **Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

DOMINGUES, Angela. **Administração e Instituições: Transplante, adaptação, funcionamento** in ALBUQUERQUE, Luís e SANTOS, Maria Emília (Coordenação). **História Geral de Cabo Verde**, 2ª edição. Lisboa/Portugal e cidade da Praia/Cabo Verde, Imprensa de Coimbra, 2001.

ÉVORA, L. **Cabo Verde Independente: “Programáticos” e “Pragmáticos” na Reforma do Estado**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro/BR: UFRJ, 2008.

ÉVORA, L. **A Política Social na Agenda Governamental: A experiência cabo-verdiana**. Tese de Doutoramento – Universidade do Mindelo/Cabo Verde, 2022.

ÉVORA, L. **O percurso do Serviço Social em Cabo Verde: da assistência à precarização do trabalho profissional**. In PEREIRA, L; GUERRA, Y. **Trabalho e Formação em Serviço Social: um panorama de países**

de língua portuguesa e espanhola. ACEP/PPGSSDR/UFF, 2025 (será publicado em março/2025).

FORTES, M.P.; FURTADO, M; CARVALHO, **Serviço Serviço Social em Cabo Verde: percurso e desafios na contemporaneidade**. In: MARQUES, E.; SCHMITT, A. Serviço Social nos países de língua portuguesa. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

FURTADO, Carlos Alves. **Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido** à sua história recente. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1346/134648568004.pdf>. Acesso em 12/10/2024.

GOVERNO DE CABO VERDE. **Programa do Governo (2001 – 2006)**. Cidade da Praia. Imprensa Nacional, 2001.

GOVERNO DE CABO VERDE. **Plan National de Developpment 1997 – 2000: Cadrage Macroéconomique**. Cidade da Praia, Imprensa Nacional, 1997.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Ed. Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na cena contemporânea**. APEPSS 2002. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em: 07 out 2021.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Inquérito as Despesas e Receitas Familiares (2015)**. www.ine.cv

INTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Boletim Estatístico do Sistema da Proteção Social (2016 – 2020)**. www.ine.cv

LOPES, J. V. **Cabo Verde: um corpo que se recusa a morrer – 70 anos contra a fome, 1949/2019**. Cabo Verde: Spleen Editora, 2021.



Legislação

Lei n.º 38/VIII/2013, de 7 de agosto, que institui o regime geral da pensão social do Regime não contributivo da Proteção Social.

Lei n.º 131/V/2001, de 22 de janeiro que estabelece a Lei de Bases da Proteção Social.

Decreto-Lei n.º 41/2020, de 2 de abril, que institui o Rendimento Social de Inclusão Social.

Decreto-Lei n.º 33/2022, de 27 de julho, que institui o Rendimento Social de Inclusão Emergência.





A QUESTÃO SOCIAL COMO BASE PARA AFIRMAÇÃO, VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Maribel da Silva Mendonça¹

Waldimira do Nascimento da Trindade²

INTRODUÇÃO

São Tomé e Príncipe é um arquipélago que situa-se no meio do oceano Atlântico, no Golfo da Guiné e a 300 km² do continente africano. A Língua oficial falada e escrita no país é o português, mas entretanto existem também as línguas maternas, nomeadamente: o são-tomense (ou forro), o angolar, o lunguyê ou moncó, e o crioulo cabo-verdiano, que são amplamente usadas pela população (INE,2023). São Tomé

1 Assistente Social. Cordenadora do Gabinete Social no Hospital Ministério da Saúde, destacada no Hospital Dr Ayres de Menezes de São Tomé e Príncipe. maribelm74@hotmail.com

2 Graduada em Serviço Social pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab-Ceará, Brasil). Estagiou no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), na cidade de Redenção entre (2024/2025). Foi bolsista do programa de Acolhimento e Integração dos Estudantes Estrangeiros (PAIE) (2023-2024). waldimiradatrindade@aluno.unilab.edu.br



e Príncipe divide-se em (6) seis distritos e uma Região Autónoma: Água Grande, Mé-Zochi, Cantagalo, Cauê, Lembá, Lobata e a Região Autónoma do Príncipe.

Água-Grande e Mé-Zochi são os distritos com maior densidade demográfica ao nível nacional, com 5.004 habitantes/km² e 222,8 habitantes/km² respetivamente. Por oposição a Cauê e a Região Autónoma de Príncipe apresentam as densidades demográficas mais baixas ao nível nacional, com 28,8 habitantes/km² e 63,1 habitantes/km² respetivamente. O distrito de Água Grande é onde está inserida a capital do país, e destaca-se como o mais populoso ao nível do país, e o distrito de Cauê é o menos populoso (INE, 2023).

Este estudo tem como relevância, dar a conhecer o Serviço Social em São Tomé e Príncipe a partir das práticas do (a) assistente social, que intervém nas instituições, pela qual através das políticas sociais, às várias expressões da questão social. Com uma população de 206.607 mil habitantes (INE, 2024), enfrenta grandes desafios no que refere a umas políticas públicas em respostas às demandas sociais no país. “São Tomé e Príncipe é um arquipélago no Golfo da Guiné com pouco mais de 1 000 quilómetros quadrados e uma das economias mais pequenas de África, (Mundial, 2025) ”.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E AS DESIGUALDADES ATUAIS

São Tomé e Príncipe é um pequeno Estado insular em desenvolvimento, composto por duas ilhas principais: a ilha de São Tomé, a ilha do Príncipe e vários Ilhéus. O mesmo se encontra localizado no Golfo da Guiné na linha do Equador, com uma população total de 209.607 mil habitantes (INE, 2024). O país tem uma história marcada por um processo de colonização europeia que durou vários séculos e teve o seu fim no ano de 1975, com a conquista da independência a 12 de julho de 1975. O processo de colonização deixou marcas profundas na sociedade, o que contribuiu para que o país enfrentasse até hoje, vários desafios, quer seja ele a nível político, económico, social e cultural. “A Ilha tornou-se, durante séculos, um dos principais entrepostos do tráfico atlântico de pessoas

escravizadas. Essa herança criou uma estrutura social marcada pela desigualdade, pela marginalização de saberes locais e por profundas fraturas identitárias” (MATA, 2025, p.126).

Segundo a autora (Mieriellles, 2019), a questão social surge em finais do séc.: XIX e Início séc. XX, com a Revolução Industrial. Pelo que se caracterizavam por ações e comportamentos que se desencadeava exploração do trabalhador que era ausente de condições dignas de trabalho, num empobrecimento, pobreza e desigualdades.

De acordo com os dados estatísticos (2024), São Tomé e Príncipe deixou oficialmente de integrar a categoria de países menos desenvolvidos, resultado dos esforços das autoridades são-tomenses rumo ao crescimento económico e aprimoramento do desenvolvimento humano. Mais ainda assim, o país enfrenta desafios no que diz respeito à redução da pobreza e desigualdades, onde 66,7% da população vive abaixo da linha da pobreza (INE,2017).

O baixo nível de vida das populações, a acentuação das desigualdades sociais, principalmente nas localidades mais rurais, tem agravado as condições de vida da população de São Tomé e Príncipe. Um dos desafios no país é a construção de uma economia com elevado nível de crescimento económico sustentável e inclusivo. A dependência externa da economia São-tomense acarreta problemas como, aumento da dívida externa, redução da exportação centralizada num número limitado de produtos agrícolas, sujeição a ajuda externa e empréstimo (Mundial, 2024).

Contudo, verifica-se atualmente em São Tomé e Príncipe, uma elevada taxa de desemprego que atinge principalmente as mulheres e os jovens, o que tem contribuído para uma emigração massiva da juventude em busca de melhores condições de vida. Segundo a organização juvenil São-Tomense (2023), 80% dos jovens querem emigrar do país devido às questões ligadas à saúde e a falta de oportunidade de emprego, caso este, que tem sido preocupante visto que os jovens representam uma parte significativa da população.

Os indicadores do Perfil de Pobreza realizado com base no Inquérito de Orçamento Familiar de 2017 mostram que depois dos serviços, a agricultura emprega a maior parte da população de STP, particularmente os pobres [...] E de acordo com o relatório



sobre Perfil de Pobreza mencionado acima, a maior parte da população de São Tomé e Príncipe trabalha no setor informal e é muito mais pobre do que aqueles que trabalham no setor formal (Saúde, 2023, P.16).

Em São Tomé e Príncipe houve um aumento de casos de violência doméstica, onde as mulheres são as maiores vítimas, mas na maioria das vezes, muitas delas permanecem caladas e não denunciam, segundo a diretora do centro de aconselhamento contra a violência doméstica (CACVD), inviabiliza qualquer tipo de intervenção, visando ao aconselhamento e pacificação (STP-PRESS, 2024).

No que diz respeito à saúde, há um aumento da saída dos profissionais qualificados para o exterior, situação esta que segundo os dados estatísticos justifica-se pela situação social e salarial precária. Existem poucos médicos especialistas no país, o que tornou necessário recorrer a médicos cubanos e chineses. Diante disso, são diversos os desafios que o país enfrenta nomeadamente: instabilidade política e governativa; dependência externa; políticas de Estados ocidentalizados, pouca formação e capacitação dos seus recursos humanos, demasiada burocracia, elevada taxa de desemprego, aumento da vulnerabilidade, desigualdade de gênero, onde as mulheres enfrentam altas taxas de desemprego, menor acesso a recursos e violência centrada no gênero. Neste sentido, verifica-se ainda um nível de pobreza bastante acentuada nos distritos de Cauê, Lobata e distrito em algumas localidades nos arredores do centro da capital.

Devido à elevada pobreza, à desigualdade de rendimentos (índice de Gini de 40,7) e à falta de oportunidades de emprego, o que, por sua vez, tem contribuído para o aumento dos níveis de emigração. Cerca de 45% da população vivia com menos de 3,65 dólares por dia (PPC 2017), o limiar de pobreza internacional para os países de rendimento médio-baixo (Mundial, 2025).

RESPOSTAS DO ESTADO FACE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

A atuação do Estado perante as expressões da questão social e as desigualdades em São Tomé e Príncipe, vêm sendo organizadas com base nas políticas sociais e planos estratégicos, como forma de mitigar

a pobreza e promover o bem-estar da população, especialmente as mais vulneráveis. O Banco Mundial, ao nível das estratégias de redução de pobreza, para o ano 2024-2029 na melhoria de condição de vida das populações em São Tomé e Príncipe através do seu Conselho de Administração do Grupo Banco Mundial.

A estratégia tem cinco pilares de compromisso: 1) Melhorar o acesso a eletricidade mais acessível e mais ecológica; 2) Reforçar a gestão das finanças públicas; 3) Melhorar o acesso à educação e às competências; 4) Reforçar a conectividade rodoviária e digital; e 5) Aumentar a resiliência climática das comunidades costeiras. (Mundial, 2025).

Segundo o 1.º boletim estatístico sobre a proteção social de São Tomé e Príncipe (2023), a estrutura do sistema de proteção social do país que são programas e ações implementadas pelo Estado com intuito de melhorar a qualidade de vida da população, que tem como base a Lei 7/2004 e se encontra dividido em: proteção social obrigatória, proteção social da cidadania e proteção social complementar.

A proteção social obrigatória (regime contributivo) é voltada aos trabalhadores formais que atuam tanto no setor público, como privado e depositam um valor mensalmente para o sistema de segurança social, este regime contributivo garante direitos como subsídios de maternidade e pensões por velhice, invalidez, bem como outros benefícios. A proteção social da cidadania (regime não contributivo) é destinada a famílias em pobreza extrema e socialmente desfavorecidas, que não têm como contribuir financeiramente. Segundo o boletim estatístico sobre a proteção social em São Tomé e Príncipe (2023, p. 23):

A Proteção Social da Cidadania é em grande medida apoiada por Organizações Não-Governamentais (ONG) que têm como objetivo ajudar as pessoas em situação de pobreza. As ONGs trabalham para aumentar a eficiência das políticas sociais e inovar nas soluções, otimizando os seus resultados. Elas ajudam a criar e desenvolver redes de conhecimento e de ação (Saúde, 2023).

Por fim, a proteção social complementar serve como um complemento adicional às outras. Sendo que a implementação desses regimes é feita sob o monitoramento do Ministério Trabalho e de Segurança Social, por órgãos como, Instituto Nacional de Segurança



Social (INSS) e a Direção de Proteção Social, Solidariedade e Família (Saúde, 2023).

São Tomé e Príncipe dispõe de um sistema de segurança social bem estruturado, o qual proporciona aos agentes da função pública, aos assalariados do setor privado e aos trabalhadores independentes um certo número de prestações de saúde, educação e de assistência social, garantido pelos recursos fiscais. Introduzido em 2004, esse sistema tem vindo a enfrentar um grande desafio, em termos de sustentabilidade, em virtude das incertezas à volta do seu financiamento, tanto ao nível público como ao nível privado (PDS 2020-2024, P.35).

Além das ações do regime contributivo e não contributivo, o Estado São-tomense tende a implementar outros programas para promover a inclusão da classe vulnerável e lidar com situações emergenciais. Dentre eles destacam-se os programas executados pela DPSSF em parceria com as ONG'S permitindo acessos a serviços básicos, morada e alimentação:

- Apoio à Integração Social dos Grupos mais carenciados;
- Programa de Apoio às Famílias Vulneráveis (Programa Família);
- Subsídio aos Idosos;
- Apoio em caso de catástrofes Naturais, Incêndios, Desabamentos, etc.
- Apoio às ONG's parceiras da Proteção Social.
- Cozinha Social - Fornecimento de um prato quente aos idosos carenciados;
- Construção das Casas Sociais – Obras de Reabilitação e Instalações;
- Programa de Resposta à Emergência Socioeconómica;
- Trabalhos Públicos Comunitários.

O antigo plano nacional de desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe (2020-2024) estabeleceu uma enorme relação entre políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável, na



qual o foco principal era a garantia da inclusão social e a redução das desigualdades no país.

Nesse plano é reconhecido os desafios que o país enfrenta, como alta taxa de desemprego, pobreza, infraestrutura precária e propõe algumas medidas como forma de recuperar a dignidade humana que será efetuada mediante a execução de programas de assistência social, privilegiando algumas linhas de intervenção: execução do programa Rendimento Mínimo de Inserção Social (REMIS) para pessoas ou famílias mais vulneráveis; inclusão socioeconômica de pessoas com deficiência; políticas de apoio a mães, crianças, jovens e idosos desprotegidos e em extrema pobreza; proteção da criança e do adolescente contra situações de risco pessoal e social; defesa e proteção dos direitos dos mais excluídos; incentivo ao voluntariado em áreas sociais (Saúde, 2023).

ASSISTENTES SOCIAIS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E A ATUAÇÃO JUNTO AS DEMANDAS SOCIAIS

O termo Assistente Social surgiu associado à terminologia “técnico social” em São Tomé e Príncipe sensivelmente nos anos 90. O “técnico social” era um profissional cujas atividades tinham um caráter social. O profissional estava vinculado a estas instituições, sejam elas privadas ou estatais, com o objetivo essencial era de prestar assistência à pessoas numa condição de vulnerabilidade, nomeadamente: os idosos, os desempregados, os alcoólatras, as crianças abandonadas pelos pais, vulgarmente designadas “meninos de rua”, e os doentes mentais crónicos, os jovens que nas regiões mais distantes da capital e que pernoitava por falta de condições financeiras para regressar aos distritos(FONG, 2024).

Estas instituições prestam apoios a estas populações como: atribuição de roupas, de refeição quente como sopas, cabazes alimentares, proporcionava cuidados de higiene, aos necessitados dentre outras atividades de finalidade filantrópica e assistencialista. Estas instituições eram nomeadamente: as Caritas, a Cruz Vermelha de São Tomé e Príncipe, a Santa Casa de Misericórdia de São Tomé e Príncipe, voluntários das ONG’s portuguesas, entre outras.



Existem 63 fundações (Fonte: FONG São Tomé e Príncipe) e associações sem fins lucrativos em São Tomé e Príncipe, sendo que 41 ONGs não têm protocolo com o Estado e 22 ONGs são parceiras da DPSSF para o desenvolvimento. Estas 22 ONGs têm contrapartida do Estado, sendo que 5 ONGs são no âmbito do programa de prato quente ou cozinha social. Segundo a FONG apenas 43 ONGs estão ativas (INE, 2023).

Tem o Estado por obrigação, organizar, orientar o sistema provedor em conjunto com instituições de caráter social de forma unificada e descentralizada, garantindo assim a efetivação dos objetivos de solidariedade social consagrados pela lei (dignipédia global, 2025).

Com a lei da Segurança Social aprovada em 1970 (INE, 2023), as questões sociais algumas delas de caráter assistencialista passaram a ser também da responsabilidade dos ministérios que tinham a tutela da pasta para as questões sociais. Não obstante a isto, as instituições de caráter social e filantrópico continuaram a desempenhar estas funções mais ainda perante a insuficiência do Estado Social. E com isso, os técnicos sociais passaram a desempenhar algumas funções exercidas também pelo Assistente Social. Com estatuto e vinculados ao Ministério de Trabalho e Segurança Social, desenvolvem atividades como visitas domiciliárias, acompanhamento social, apoio social às famílias vulneráveis entre outras atividades.

Em São Tomé e Príncipe, a partir das experiências no contexto São-tomense, constatou-se que são poucos os Assistentes Sociais que trabalham na área de formação, ou seja, Serviço Social. Existem sensivelmente 4 (quatro) Assistentes Sociais, que trabalham em São Tomé e Príncipe nas áreas: de Saúde, da Educação, da Segurança Social, e nas Organizações Internacionais.

Não obstante a área específica de atuação do profissional (código deontológico do serviço social, 2018), trabalham em 3 (três) dimensões:

- a) **Face à prática direta** – quando se constata divergências em face de valores e interesses entre as partes, por exemplo entre o Assistente Social e a pessoa com a qual está a intervir, entre indivíduos, entre grupos de pessoas e a restante população, entre serviços, entre outros;

- b) **Face a decisões de política social, bem-estar social, planeamento social e administração** – Perante situações de funcionamento da instituição e da relação com o empregador e com outras instituições e outros parceiros, na avaliação de programas, na supervisão de equipas e na gestão de recursos, documentos e informações;
- c) **Face às relações dos Assistentes Sociais com outros profissionais** – perante condutas não éticas assumidas por outros profissionais.

Os Técnicos de Serviço Social no contexto santomense são profissionais que trabalham junto às demandas sociais ligados a: mediação social, situação de vulnerabilidade de crianças e jovens em contexto hospitalar, apoio a promoção da saúde materno- infantil, seguimento aos casos a partir de visitas domiciliárias às famílias em contexto de pobreza, prevenção das situações de abandonado/ insucesso escolar das crianças nas instituições de ensino, prevenção e capacitação como mecanismo de prevenção.

Segundo o código deontológico (2018, pág. 16):

- É preciso identificar o contexto ético, moral e político da ação;
- Ter o equilíbrio entre os valores quando os mesmo entram em conflito;
- Analisar a ação e o contexto em que ela se desencadeia;
- Impacto da ação em diferentes grupos, ou seja na análise do impacto de diferentes alternativas de ação em todas as partes envolvidas a curto e longo prazo.

PROTEÇÃO SOCIAL VS SERVIÇO SOCIAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A “Proteção Social” refere a um conceito que tem como base “a garantia” de apoios sociais para a população vulnerável e que permite suprir as necessidades originadas pela condição de vida (dignipedia global, 2025).

Este conceito carrega uma dimensão universal no que diz respeito ao assistencialismo, com o fim da Revolução Industrial em finais de séc. XIX, início do séc. XX.



Em São Tomé e Príncipe, o conceito refere-se não só a um sistema das organizações públicas do regime contributivo e não contributivo, mas também representam um mecanismo de apoio social. Com a Lei de enquadramento da Proteção Social, Lei n.º7/04, passou a ser da responsabilidade do Instituto da Segurança Social todas as atividades concernentes à proteção social. Estando, pois envolvidas instituições sociais, fundações e ONG's. O sistema social da proteção registou alguns avanços em nível da proteção social contributiva e não contributiva, mas ainda está ressentido alguns desafios (Saúde, 2023):

- A realização de um diagnóstico preciso, exato, uma análise dos dois regimes (contributivo e não contributivo e seus beneficiadores), para que depois se possa definir com propriedade e as necessidades;
- Necessidade de auscultar os beneficiadores dos sistemas, trabalhar na capacitação através de plano de emprego ativo;
- A necessidade de implementação de regimes independentes;
- Rever os valores das prestações dos idosos, pois auferem de um valor muito baixo, a fim de encontrar formas para reverter a situação.

Perante estes desafios da proteção social, o Serviço Social apresenta-se como “um componente” essencial com objetivo de garantir bem-estar social. Sendo, A Proteção Social e o Serviço Social constituem duas dimensões que trilham em conjunto compromissos a fim de permitir o acesso a justiça social, deduzir as desigualdades e promover a dignidade humana.

A lei da proteção social em São Tomé e Príncipe constitui uma resposta social para as famílias, e indivíduos com diminuição de capacidade de trabalho e que vinculada ao Instituto Nacional da Segurança Social de São Tomé e Príncipe (Saúde, 2023). Nesta visão conjunta e holística, torna-se cada vez mais prioritária a valorização do Serviço Social junto as instituições, a partir da sua especificidade dentro na intervenção.

Mediante as conversas informais realizadas no terreno, dentro das instituições, verificou-se que a prática do Serviço Social não é de forma específica, mas de forma generalizada no seu modo operandi. O conceito de proteção social está associado (INE, 2023) ao apoio e



“acesso” de pessoas em situação de carência de indivíduos e famílias, à benefícios sociais: alimentação, apoio financeiro, um prato quente, residência, entre outros apoios.

Segundo o 1º Boletim Estatístico define que em São Tomé e Príncipe, como forma de responder as políticas sociais para o enfrentamento das demandas sociais, institui-se a lei de Enquadramento da Proteção Social, a partir da Lei n.º 7/2004, estabelece objetivo de garantir a sobrevivência do indivíduo numa situação de insuficiência de recursos e ou diminuição da capacidade contributiva (Saúde, 2023), com seguintes características:

- a) Pessoas ou famílias em situação grave de pobreza;
- b) Mulheres em situação desfavorecida;
- c) Crianças e adolescentes com necessidades especiais ou em situação de risco;
- d) Idosos em situação de dependência física ou económica e de isolamento;
- e) Pessoas com deficiência, em situação de risco ou de exclusão social;
- f) Desempregados em situação de marginalização.

Contudo, a área de assistência social dispõe de uma intervenção de natureza mais preventiva e protetiva, baseado na premissa de acompanhamento do cidadão até que este ganhe a sua autonomia, o assistencialismo possui um caráter imediatista, que busca prover uma necessidade momentânea, sem criar um vínculo com o assistido.

Em São Tomé e Príncipe os Assistentes Sociais não são reconhecidos pela sua especificidade na área de atuação, e também devido a própria desinformação pelas práticas profissionais e por não existir nenhum documento que assim formalize essa atuação.

Mas existe sim, uma prática muito voltada para o assistencialismo, que resulta do acompanhamento à indivíduos e famílias em situação de carência e desfavorecimento. Sendo que, a área de assistência social dispõe de uma intervenção de natureza mais preventiva e protetiva, baseado na premissa de um acompanhamento do cidadão até que este ganhe a sua autonomia. O assistencialismo possui um caráter



imediatista, que busca prover uma necessidade momentânea, sem criar um vínculo com o assistido.

Desta forma, de atuação do Assistente Social é muito recorrente em São Tomé e Príncipe, junto as nossas instituições, pelo que acaba abafando a necessidade de um trabalho proactivo junto às necessidades básicas e que coloca o indivíduo num prisma de dependência do sistema.

DESAFIOS NA AFIRMAÇÃO, VALORIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Debater sobre o Serviço Social em São Tomé e Príncipe no campo das demandas sociais constituiu um desafio emergente na efetivação do campo de intervenção do Assistente Social. Traduziu certamente na necessidade do ajustamento para a valorização da classe e a sua afirmação, numa dimensão ética- metodológica do profissional que se traduz na efetivação de uma prática voltada para a defesa dos direitos dos indivíduos famílias e comunidades e essencialmente, na participação e na conceção, análise, implementação e avaliação de programas e políticas sociais, no exercício da promoção e defesa dos direitos de cidadania e em particular dos direitos sociais.

Esta necessidade passa também pelo trabalho em equipa, na avaliação conjunta, através da interdisciplinaridade, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber. (...) Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer. (Rodrigues, 1998, p. 156)

Não existe ainda um estatuto de profissão para o Serviço Social no país. Sendo, e por este motivo, as funções que deveriam estar na incumbência dos Assistentes Sociais, são desempenhadas por outros profissionais com formações diversas. Também não há uma Associação, um conselho ou organização dos profissionais de Serviço

Social, com representatividade na área profissional para o efeito (MARQUES... et al, 2021).

É importante considerar uma perspectiva teórica e histórica democrática, exigindo a construção de valores éticos e de humanização da atenção profissional articulada à existência de suportes institucionais. Sendo, constitui uma constante luta na afirmação da profissão em São Tomé e Príncipe. Para isso é imperativo ações como:

- 1) A organização da profissão pelos próprios assistentes sociais no sentido de constituir, uma associação dos Assistentes Sociais de São Tomé e Príncipe;
- 2) A articulação com outras áreas de formação para um melhor diagnóstico. Informação descentralizada.
- 3) A necessidade de dar visibilidade à classe junto às outras instituições na questão da advocacia e defesa dos direitos do profissional;
- 4) Trabalhar com as instituições que possam prestar um apoio em nível da legalização;
- 5) É também notório o desconhecimento da profissão pelas instituições em as suas atribuições e a sua importância.
- 6) A necessidade de organizar as normas éticas e deontológicas que orientam a conduta dos profissional em Serviço Social porém, profissionais advogam seguir como modelo as normas das associações internacionais, apesar de, formalmente, na ausência de ordem profissional, não haver regulação ou fiscalização do cumprimento destes normativos” (MARQUES... et al, 2021).

CONCLUSÃO

Este ensaio procurou construir uma reflexão sobre o Serviço Social em São Tomé e Príncipe no enfrentamento das desigualdades sociais, através da contextualização, das demandas sociais mais presentes.



Com o surgimento do Serviço Social em São Tomé Príncipe, alguns passos foram dados:

- A criação em 2015 do Gabinete do Serviço Social no Hospital Dr. Ayres de Menezes, na capital são-tomense no distrito de Água-Grande. Gabinete que tem a sua intervenção focada nas demandas sociais no contexto hospitalar;
- A descentralização dos serviços sociais da proteção social, que passam a ser descentralizadas, permitindo assim, mais proximidade com as comunidades mais distantes dos pais.

É essencial ter uma profissão mais presente nas instituições nas decisões a nível das políticas públicas, na avaliação mais efetiva de projetos sociais no âmbito do desenvolvimento social e comunitário, mas também, na contribuição de uma cultura de rede e cooperação, e na promoção e na participação dos indivíduos nas decisões que lhes dizem respeito.

Este ensaio trouxe também a discussão sobre a questão social, a partir da presunção de que o Estado é um ente central na construção e na defesa plena dos direitos dos cidadãos a partir das políticas públicas. Este reconhecimento é feito em São Tomé e Príncipe a partir da Lei nº. 7/2004, a Proteção Social baseada em 3 (três) níveis: a Proteção social da Cidadania, a Proteção Social Obrigatória, e a Proteção Social Complementar (INE, 2023). Sendo que a partir desta Lei que os Assistentes Sociais dentro das instituições realizam as suas intervenções sociais.

Conclui-se que com este artigo que é imperativo o reconhecimento do Serviço Social pelo Estado através de políticas públicas para o maior envolvimento no exercício das funções dentro das diversas instituições onde está o assistente social. A transversalidade da Intervenção do Serviço Social, a sua multidisciplinariedade e a pluridisciplinaridade permite a articulação com diversas Redes de apoio numa lógica de mudança, a qual permite a motivação de indivíduos, grupos e comunidades na busca pontos positivos capazes de criar uma mudança local, comunitária e nacional.



REFERÊNCIAS

BANCO Mundial (2025): **São Tomé e Príncipe; aspetos gerais**. Acesso em 02/06/2025.

CARVALHO, José; Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe 2020-2024, novembro de 2019.

CONTEMPORÂNEA.” **In Serviço Social** Rev.Londrina,v.19, N°2, p.112, jan /jul.2017. Código deontológico de Serviço Social: assistentes sociais (2018, pág. 16), Dignipedia (2025): **Dignipedia Global**. Acesso em 26/06/2025.

MIRIELIES, (2019),” **O SERVIÇO SOCIAL E A “QUESTÃO SOCIAL”: a desigualdade social e a pauperização da classe trabalhadora brasileira**. III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – 13 e 14 de novembro de 2019.

Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais, et al. (org.): **1º Boletim Estatístico sobre Proteção Social de São Tomé e Príncipe**, São Tomé e Príncipe, Governo da República de São Tomé e Príncipe, Ed. Instituto Nacional de Estatística, Nov.2023.

RODRIGUES, Maria Lúcia. **O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar**. in Martinelli, M. L. e outros(org). O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez/ Educ, 1998.

São Tomé e Príncipe. Ministério da Trabalho: **Instituto da Segurança Social**. São Tomé e Príncipe. 2023. Disponível em www.inss.gov.st em 06 de julho de 2025; Acesso em 26/06/2025).

São Tomé e Príncipe. **Instituto Nacional de Estatística (INE)**; Disponível em www.ine.st e Acesso em (06/07/2025).

SÃO TOMÉ E PRÍCIPE. <https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview>. Acesso em 02/07/2025

São Tomé e Príncipe **já não faz parte dos países menos desenvolvidos**. <https://news.un.org/pt/story/2024/12/1842121>. Acesso em 02/06/2025

Valter Pomar et al: **PALOP- Cinco décadas de independência percurso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Fundação Rosa Luxemburgo, 2025.



VIOLÊNCIA Sexual em São Tomé e Príncipe. <https://www.rtp.pt/programa/tv/p46658/e20>. Acesso em 02/07/2025 dignipédia global, dignipediaglobal.pt. Acesso em 03/07/2025





SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS E COLONIALISMO

Maria Rosa Tomé¹
Júlia Cardoso²

INTRODUÇÃO

A abordagem do tema do colonialismo e o Serviço Social constitui um desafio que nos remete para uma breve reflexão sobre os seus lugares na história. Pioneiro na expansão europeia e na primeira globalização, Portugal construiu um império marítimo que o transformou numa grande potência internacional a partir do século XV (SARDICA, 2011) com a abertura de rotas marítimas e comerciais que colocaram o país no “centro” do mundo. De facto:

[...] a história de Portugal esteve sempre intimamente ligada à sua necessidade de expansão - desde a conquista do território, sobretudo aos mouros (séculos XII e XIII), passando pelas investidas ao Norte de África (séculos XV e XVI), até ao início da expansão

1 Assistente Social, doutora em História Contemporânea e em Serviço Social. Professora auxiliar 1.º e 2.º ciclo de Serviço Social no ISMT. Investigadora integrada do Centro Lusíada de Investigação e Intervenção Social (CLISSIS). rosa_tome@hotmail.com

2 Assistente Social, doutora em Serviço Social, Professora Auxiliar do 1.º, 2.º e 3.º ciclo Serviço Social. Investigadora integrada do Centro Lusíada de Investigação e Intervenção Social (CLISSIS). Presidente do Conselho Jurisdicional da OAS. juliacardoso@sapo.pt



marítima que iria conduzir ao conhecimento dos continentes africano, americano e asiático. Por razões ligadas, essencialmente, aos interesses comerciais - mesmo que, por vezes, se quisesse pôr em paralelo as intenções de propagação da fé cristã -, a expansão portuguesa alcançou maior expressão com a colonização do Brasil e, em período posterior, de África (CARDOSO, 1998:22)

A expansão comercial da burguesia no final do século XIV e os processos de colonização escravagista que lhe sucederam permitiram a transição do capitalismo mercantil para o modo de produção e relação social capitalista e para o mercado mundial, o que Wallerstein categorizou como “sistema mundo”, a partir das relações entre o centro e a periferia do capitalismo (WALLERSTEIN, 2011, apud. HORTMAN & MACIEL, 2025, p. 85). Fruto do crescimento industrial, o imperialismo europeu permitiu tomar as rédeas do poder e ‘governar o mundo’, que se encontrava dividido por territórios coloniais e áreas geográficas onde exercia domínio político, militar, económico e cultural sobre as populações locais. Este domínio, o colonialismo, veio acompanhado de uma ideologia legitimadora, primeiro a evangelização, a civilização e o progresso, depois.

Contudo, no caso português, o declínio foi-se instalando sucessivamente pelas disputas ibéricas, francesas e, principalmente, inglesas, até que a subordinação aos interesses do Império Colonial Inglês (1890), colocaram o país numa condição de semiperiferia³. Assim, a partir do século XIX, ao nível interno, os atores sociopolíticos portugueses dominantes foram recriando os seus papéis e alianças, cujos momentos marcantes vão desde as lutas liberais, a implantação da República em 1910, a ditadura de 1926, designada de Estado Novo a partir da Constituição de 1933, a Revolução de Abril em 1974 e a tímida construção de políticas públicas que o neoliberalismo viria a impactar, impedindo o seu melhor desenvolvimento.

Quanto à institucionalização e desenvolvimento do Serviço Social, a questão colonial entra no debate do Serviço Social internacional pela via da Igreja Católica e das Ordens Religiosas, da burguesia filantrópica e, também, dos Estados colonizadores. Num período de associação

3 Tal condição de semiperiferia, fruto da subordinação ao poder de Inglaterra, leva a que possa afirmar-se que “o Império Colonial Português, enquanto colonialismo reflexo ao serviço do capital e que desabou quando terminou o regime do Estado Novo, não chegou a completar um século de existência.” CARDOSO, 1998:14)



histórica do Serviço Social com a eugenia e as ideias de patologia social, disfuncionalidade e classe social, essas mesmas abordagens foram aplicadas aos povos já então política, social e culturalmente definidos como racial e culturalmente inferiores (SINGH, 2019, apud. SINGH, 2023, p. 344). Na literatura sobre trabalho social “não se encontra um livro ou artigo que defenda explicitamente o trabalho social eurocêntrico (...) [o que] reflete a posição padrão incorporada no trabalho social dominante” (SINGH, 2023, p. 347).

Em Portugal, também a Igreja católica e o Estado assumiram protagonismo na formação, no surgimento da profissão e na oferta de serviços sociais. Nas colônias portuguesas o seu impacto foi tímido e tardio, face ao investimento de outros países, iniciado no período pós II Guerra, na organização e implementação de políticas de proteção social alinhadas com a filosofia dos Direitos Humanos, assim como na orientação para o planeamento de matriz desenvolvimentista em contextos coloniais (JERÓNIMO, 2023, p. 5.).

Apresentamos primeiro um breve enquadramento histórico do Serviço Social internacional e em Portugal, algumas dinâmicas de impacto nas colônias e, por fim, a reflexão final.

SERVIÇO SOCIAL INTERNACIONAL E A QUESTÃO COLONIAL

Alguns estudos atuais dão conta da criação das escolas de Serviço Social no âmbito das relações coloniais, fundadas nos anos 1920 (Argentina, 1924), mas sobretudo nos anos 1930 (Cairo, Bombaim, São Paulo em 1936 in Bodhi, 2025 & Hugman, 2025), e, segundo Anders (1975: 463) estas últimas, com base no modelo americano. Ainda pelo mesmo período e após a Primeira Conferência Internacional de Serviço Social em 1928, Alice Salomon, sua presidente até aos anos 1940, quando se exiliou para os EUA (devido às suas raízes judaicas), sinalizava o perigo de nivelar o ensino do Serviço Social, ignorando as diferenças e singularidades históricas, sociais e culturais de cada país (cf. Campaninni, 2021, p. 23).

Contudo, a tendência de homogeneização permanecia. Nos finais dos anos 1950, no Terceiro Inquérito Internacional sobre a Formação em Serviço Social, foi alcançado um acordo sobre “o conteúdo essencial da



formação em serviço social” (Nações Unidas, 1958:10) e, mesmo até ao início da década de 1970, afirmava-se que “tem havido um sentimento crescente de comunalidade, de partilha” (Stein, 1971: 9) e que “os assistentes sociais falam a mesma língua, têm os mesmos problemas e utilizam as mesmas técnicas em todas as nações” (Vigilante, 1977).

Principalmente depois da II Guerra Mundial foram implementadas diversas tentativas para desenvolver ‘educação básica’ e ‘bem-estar social’ nas colónias, o que ficou conhecido pela expressão/método do desenvolvimento comunitário. Desde 1945, por exemplo, no âmbito da administração colonial britânica que, a partir de 1945, o institui na Índia e noutros países sob seu domínio como instrumento de educação das populações e de política de desenvolvimento económico-social (Blanc, 1986:18). Nos finais dos anos 1950 foi divulgado em diversas publicações⁴ e pelas Nações Unidas (1955 e 1958). O relatório ao Terceiro Inquérito Internacional do ensino em Serviço Social (United Nations, 1958) já citado, mostrava mesmo a tendência da criação de um acordo relativo aos conteúdos da formação em Serviço Social ao nível internacional. Contudo, era já conhecido.

Não nos propomos discutir a diversidade concetual e tensões em torno dos processos de colonização e a sua influência no ensino e no trabalho das/os assistentes sociais, mas importa referir que, do ponto de vista teórico metodológico, a história de ‘exportação’ do Serviço Social ora é sinalizada como o processo de ajustamento da “prática do Serviço Social” aos contextos sociais, processo chamado de indigenização (GRAY, 2005, p. 231, cit em. MARQUES & SCHMITT, 2021, p. 30) ora, por outro lado, a definição do indigenato e da criação das organizações para o controlo da população colonizada, causou danos duradouros, destruiu relações familiares e comunitárias e, com ela, destruiu as heranças socioculturais características das sociedades humanas (HUGMAN, 2023, 450). É claro para nós que o olhar do colonizador desenvolveu a noção do outro selvagem, invisibilizando e infantilizando as tribos e povos originários. O termo ‘indigenização’ introduzido no Serviço Social por Khinduka em 1971 (cit. HUGMAN, 2023), referia-se à inadequação da teoria e prática profissional do Serviço Social exportado do Norte global para o então chamado “Terceiro Mundo”.

4 A título de exemplo damos nota da publicação londrina do Colonial Office (1958) *Desenvolvimento Comunitário. Um Manual*, Londres: HMSO.



No Egito, onde o Serviço Social foi introduzido pela primeira vez a partir da Europa em 1936, aprofundaram esta crítica, na diferenciação entre indigenização e aquilo a que Walton e El-NASR (1988) chamaram ‘autenticação’. A diferença entre as duas é importante mas subtil: a indigenização é a “adaptação de ideias importadas, para as tornar relevantes para as necessidades, cultura e estruturas locais” (...); a autenticação é a criação de um modelo local de teoria e prática do trabalho social relacionado com as características da cultura ou da sociedade (1988: 148 e 149).

O SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS E A QUESTÃO COLONIAL

O debate sobre o Serviço Social português e o seu lugar na historiografia tem já referências incontornáveis⁵. As matrizes doutrinária e corporativa que subjazem à sua institucionalização na década de 1930 foram os instrumentos ideológicos de controlo do rasto liberal do movimento republicano, vencido na ditadura militar de 1926.

Não obstante o trabalho precursor da filantropia reformista, da ação assistencial dos grupos maçónicos, do trabalho de institucionalização de políticas públicas (saúde materno-infantil, educação, proteção à infância) e a criação das suas organizações durante o período republicano, a ditadura, a partir de 1933, designada de Estado Novo, assumiu algumas das suas realizações, mas renovando os fundamentos e serviços com a ideologia corporativista e a Doutrina Social da Igreja.

Como nos lembra HORTMAN & MACIEL, não pode ser esquecido o Exército Moderno Português, um poder que se constituiu como “força moderadora e tuteladora dos regimes políticos até a Revolução dos Cravos” (2025, p. 88). O Estado salazarista sustentou-se em dois poderes fundamentais - as Forças Armadas e a Igreja Católica. O primeiro, fundamental à garantia de um Estado colonial, o segundo, assumindo papel único e poderoso na pretensa “missão ‘civilizadora’ do colonialismo português”.

Pensar o Serviço Social na história portuguesa a partir da questão colonial e religiosa é um desafio. Conforme MONTEIRO (2016), em

5 MARTINS, 1998; SILVA, 2016. MARTINS, 1998 e Henriques tiveram um papel determinante na construção do Núcleo de Investigação em História do Serviço Social Português, precursor do CPIHTS e, SILVA, Teresa no trabalho de construção do Centro de Interpretação, História e Memória em Serviço Social.



Angola, a formação profissional em Serviço Social teve como “pai e provedor o Estado (português colonialista) e a mãe e mestra a Igreja católica” (2016, p. 17, apud MATEUS e MONTEIRO, 2021, p. 61). O mesmo aconteceu com a formação em Moçambique, as duas colônias onde foram criadas instituições de Ensino de Serviço Social.

O regime ditatorial, “ao equacionar uma resposta corporativista à questão social de feição caritativa, assistencial e de previdência social, vai configurar o Serviço Social como um agente dessa construção, ao serviço da ação de propaganda e doutrinação dos valores do Estado Novo” (MARTINS, 2018, 46). O Estado Novo salazarista assentou nas ideias do corporativismo, do nacionalismo, da violência política, da censura, do líder forte e do partido único. Foi uma estratégia sociopolítica embasada na tríade “Deus, Pátria e a Família”, na qual Salazar se propunha restaurar a ordem social e preservar a identidade da nação colonial. Para isso, concedeu às missões católicas estatuto e verbas especiais em 1933, conforme pode ler-se no Decreto Lei n.º 23:228, de 15 de Novembro, art.º 248.º do Capítulo VIII (Dos indígenas) “As missões religiosas do ultramar, instrumento de civilização e influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado português terão personalidade jurídica e serão protegidas e auxiliadas pelo Estado como instituições de ensino”. Não é possível, pois, entender o projeto do Império Colonial lusitano (nas diferentes fases) e a pretensa “missão ‘civilizadora’ do colonialismo português sem a função estruturante e singular da Igreja Católica nesse processo histórico (JERÓNIMO, 2010).

Utilizava-se, portanto, a Igreja como a responsável pela esfera da ação social, assumindo esta uma ação fulcral para o Serviço Social, formalizada na Concordata⁶, em 1940. Os discursos de Salazar enalteciam Deus e a virtude, a Pátria e sua história, a Autoridade e seu prestígio, a família e a sua moral, o trabalho e seu dever como elementos indiscutíveis, marca do conservadorismo na institucionalização da formação/profissão (COELHO, 2018). As escolas seguiam os apelos da

6 Acordo entre o Governo de Portugal e o Vaticano, assinado em 1940 no Pontificado do Papa Pio XII, reintroduz o estatuto de privilégio da Igreja Católica em diversos domínios, perdidos em 1911, com a Lei da Separação do Estado e da Igreja. O período negocial da Concordata decorreu entre 1937 e 1940, tendo sido apresentada, em 1938, uma adenda prevendo a forma de atuação da Igreja Católica no ultramar português, conhecida como Acordo Missionário. Instituto Diplomático, (2018) Concordata e Acordo Missionário de 1940 entre Portugal e o Vaticano. <https://idi.mne.gov.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/documentos-e-efemerides/concordata-entre-portugal-e-o-vaticano>



União Católica Internacional de Serviço Social, no entanto, o Estado exercia grande controle sobre a formação, a identidade profissional e sobre a função do assistente social no Estado Novo. “O Estado pretendia que as assistentes sociais fossem dirigentes idóneas, responsáveis ativas e cooperadoras da Revolução Nacional, racionalizassem e individualizassem a assistência corporativa, dirigida prioritariamente às famílias, moralizando os costumes e contribuindo para a formação da consciência nacional” (MARTINS, 1999, p. 48). Criou, assim, uma categoria profissional feminina, aberta aos homens apenas a partir de 1962.

Finda a II Guerra Mundial e sob novas orientações formativas e influências de um novo paradigma do desenvolvimentismo, de organização do Estado e suas atribuições no campo das políticas públicas, sobretudo na Europa e Estados Unidos da América, os finais dos anos 1950 e 1960 introduziram no Serviço Social a organização e planeamento de serviços sociais (RODRIGUES & CARDOSO, 2024). Não terá sido, portanto, estranha, a “emergência do ‘colonialismo de bem-estar’ no império colonial português, mas profundamente condicionado por (e assim se tornaram úteis para) preocupações securitárias”. Constituíram propostas de um “desenvolvimentismo tardo- colonial” com poucas concretizações práticas (JERÓNIMO, 2023, p. 2).

Segundo COELHO (1993, apud. CASTELO, 2024, p. 9) o governo português apropriou-se do conceito de “desenvolvimento comunitário da ONU e de iniciativas britânicas e francesas para defender uma técnica de baixo custo para alcançar o reassentamento das populações rurais em Tete (Moçambique)”, mas impedindo a livre iniciativa e participação das populações. A partir de 1957 e, segundo CASTELO (2024), desenvolveram-se um conjunto de atividades académicas, a partir do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS) da Junta de Investigações do Ultramar (JIU) e que se viria a transformar, em 1963, num centro de investigação e, em 1964 adicionou ‘serviço social’ ao nome do centro. As relações da questão colonial com o desenvolvimento comunitário, o planeamento económico-social e a política social conferiram então novos significados à profissão. Também o Decreto n.º 44 159, de 18 de janeiro de 1962, cria os Institutos de Educação e Serviço Social nas províncias ultramarinas, autorizando o funcionamento do curso de Educadoras Sociais.



É também no início da década de 1960 que é revogado o estatuto do indigenato e, em consequência, é atribuída cidadania portuguesa a todos os habitantes dos territórios africanos, alterando, já depois do início da guerra em Angola contra o domínio português, as condições para a difusão do corporativismo português às colónias africanas, através do alargamento das Casas do Povo e das casas dos pescadores às colónias (CASTELO, 2024).

Foram criadas as Juntas Provinciais de Povoamento para controlo sócio espacial e, com o desenvolvimento socioeconómico das populações coloniais, colonas e “indígenas”, publicado o novo Código de Trabalho Rural, que colocava fim ao trabalho forçado, uma das mais relevantes causas de contestação local e crítica internacional (MONTEIRO, 2018, apud MATEUS & MONTEIRO, 2021). O Decreto n.º 44111 do Diário do Governo n.º 294/1961, I Série, de 21 de dezembro, criou os Institutos de Trabalho, Previdência e Ação Social de Angola e de Moçambique, definindo condições de segurança e bem-estar laboral.

O despoletar da guerra de libertação/colonial em 1961 levou, portanto, o regime a responder com tropas no terreno, mas também uma política social de “bem-estar” com impacto para o Serviço Social (JERÓNIMO, 2023). Será sob essa nova orientação político-administrativa que serão criados, em 1962, os cursos de Serviço Social em Angola e Moçambique, destinados a formar profissionais que participarão na implementação do novo modelo de desenvolvimento económico-social nas colónias. E, tal como acontecera com a administração colonial britânica que, a partir de 1945, institui o desenvolvimento comunitário na Índia e noutros países sob seu domínio como instrumento de educação das populações e de política de desenvolvimento económico-social (BLANC, 1986:18), também Portugal utilizou os mesmos instrumentos nas colónias que administrava, a partir de meados dos anos sessenta, através de projetos de promoção social e económica de populações de zonas rurais.

SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL E NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS

Como atrás referenciado, o Serviço Social em Portugal, criado em tempos de ditadura, a mais longa na Europa do séc. XX (ROSAS 2012), foi regulamentado em 1939, com o reconhecimento das duas



escolas pioneiras em Portugal: O Instituto de Serviço Social de Lisboa e a Escola Normal Social de Coimbra, vinculados ao Patriarcado e à Junta da Província da Beira Litoral, respetivamente. Os seus princípios organizadores assentavam na matriz ideológico-doutrinária do Estado Novo, isto é, nos princípios ‘humano, corporativo e cristão’, formalmente instituídos no Decreto Lei nº 30.135, de 14 de dezembro de 1939.

Em 1956 foi criado o Instituto de Serviço Social do Porto e, nos anos seguintes, as “dinâmicas sociais da década de sessenta, a organização de lutas sociais exigindo liberdade e direitos políticos e sociais, a guerra colonial, as mudanças na Igreja Católica por influência do Concílio Vaticano II, vão ter especial incidência ao nível do clima institucional e da formação (...). Por um lado, a criação de Escolas de Serviço Social nas colónias de Angola e Moçambique - projeto orientado pelo, à data, denominado Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas – por outro, alguma mudança nos planos curriculares” (RODRIGUES E CARDOSO, 2024, p.22): vão sendo introduzidas disciplinas da área das Ciências Sociais e dos métodos em Serviço Social, segundo perspetivas de formação norte americana e de países da Europa democrática.

Importa especial referência à criação do Instituto de Serviço Social do Porto, escola que surge “como expressão do pensamento social católico da Igreja” (MONTEIRO, 1995, p. 54), sob influência do Bispo D. António Ferreira Gomes e de um grupo de católicos da região norte do país comprometidos com: “a) a correção das desigualdades sociais, ‘os males resultantes da excessiva acumulação da riqueza privada’, como única garantia de estabilidade sem imobilismo; b) a construção de uma ‘história de futuro’ através de reformas sociais perspectivadas pela ideia de bem comum e princípios dum humanismo cristão” (idem, p. 54).

O plano curricular do curso evidencia orientação por matriz mais sociológica e de reflexão dos problemas da sociedade portuguesa, assim como preparação para a intervenção direta e para o planeamento e organização de serviços sociais (ibidem, 67- 68)⁷, tendência que viria

7 Citando Maria Alcina MONTEIRO, “As actividades do Instituto de Serviço Social do Porto iniciam-se em Novembro de 1956 mas a formação só seria formalmente sancionada em 1960 (após exílio de D. António), através de alvará autorizando o funcionamento do Curso de Serviço Social em regime de ‘planos e programas próprios’. Os programas de curso seguem basicamente o plano de estudo aprovado em 1956 (Portaria n. 0 15972) apenas colocando uma maior ênfase na dimensão sociológica da formação, em correspondência ao propósito regulamentar que atribuía à escola um



a manter-se até 1974, ainda que ultrapassada “pela dinâmica interna das escolas que, entretanto não conseguiram obter o sancionamento político para as alterações curriculares propostas ao ministério de tutela, devolvidas por “fundamentação insuficiente”” (idem, ibidem, p. 69-70).

Contudo, curiosamente, apesar da não aprovação das alterações curriculares propostas pelos três Institutos, os seus conteúdos são adotados “(na generalidade) para o programa da formação académica de assistentes sociais para as colónias” (MONTEIRO, 1995, p. 70). Talvez por necessidade de reforço da ideologia nacionalista e de manutenção do “*império colonial*”, abalado pelo início das lutas de movimentos independentistas e do eclodir de guerras nas principais colónias (Angola, Moçambique, Guiné), a preocupação do poder político centrou-se não só no esforço de guerra e no investimento económico-industrial que o suportasse financeiramente, como também no desenvolvimento de políticas de “integração” das populações autóctones das colónias, com a finalidade de legitimação do regime colonial.

Tal centralidade, associada ao carácter repressivo-controlador do regime, constituíram fatores de deslegitimação dos Institutos Superiores de Serviço Social e da sua formação, em que foi sendo introduzido o estudo dos fenómenos sociais, das desigualdades sociais e da ideia de justiça social; o ensino e o desenvolvimento da capacidade de reflexão dos estudantes foram encarados com desconfiança política ideológica. Tal deslegitimação terá sido motivo, certamente, para o afastamento das escolas - instituições privadas, mas nascidas e geridas por entidades da Igreja Católica – da criação e orientação curricular das escolas de Serviço Social criadas em Angola e Moçambique, em 1962, ano em que “através do Ministério do Ultramar é legalmente viabilizada uma proposta, veiculada por sectores tradicionais da categoria profissional, de institucionalização da formação de assistentes sociais no «ultramar», pela criação dos designados Institutos de Educação e Serviço Social no quadro do ensino oficial (ou particular) das então «províncias ultramarinas»” (MONTEIRO, 1995, p. 71).

No ensino público, em Portugal (então designada como Metrópole) será criado, em 1964, o curso de Serviço Social no, à data, designado

espaço (com alguma ambiguidade) de intervenção directa e reflexão dos problemas na sociedade portuguesa (como base da intervenção social), como também na organização e planeamento de serviços sociais.” (MONTEIRO, 1995, p. 68).



Instituto Ciências Sociais e Política Ultramarina – mais tarde, dando lugar ao atual ISCSP, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. O Despacho inerente à criação do curso justificava a necessidade de qualificação de assistentes sociais com uma “formação permeada pelas ‘questões ultramarinas’ conforme expressão legal (idem, p. 71); mais tarde, seria criado, também, um curso complementar de Serviço Social, com a duração de dois anos, cuja frequência e aprovação concedia o grau de licenciado, tendo os dois cursos sido extintos em 1974, findo o regime colonial e a instauração da democracia.

Nas colônias, a formação manteve-se, mesmo após o 25 de abril de 1974, sob o domínio das entidades católicas ligadas a Portugal e a participação de personalidades religiosas e civis dos dois países: em Angola, até 1997, no então denominado Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII; em Moçambique, a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Portugal funciona até 1975, ano da independência.

A década de 60 e o período até à instauração da democracia foi, para o Serviço Social, um tempo de mudanças, de lutas, de afirmação e de compromisso. Foi, também, uma década de “sobressaltos para o regime”, de crise e declínio do regime, face às forças de oposição e resistência (MARTINS, 2018, p. 44 a 46). O isolamento político internacional, a opressão política e a guerra colonial são alvo de forte contestação. O marcelismo nos primeiros anos (1968-1970) esboça algumas medidas liberalizantes e uma relativa abertura política, a chamada “primavera marcelista”, abrindo indícios de um reformismo no regime, que ficou comprometido, contudo, com a não resolução da guerra colonial.

Como nos diz Alcina MARTINS (2018), a questão colonial estava no centro das preocupações da oposição ao regime e, alguns assistentes sociais manifestaram-se: “nas organizações e ações de resistência dos católicos progressistas contra a guerra colonial, em que se destacou a participação nas Cooperativas Culturais, como a “Pragma” e “Confronto”. Estas cooperativas constituíram um recurso hábil para contornar as dificuldades jurídicas que a ditadura levantava ao livre exercício do direito de associação. Elas foram criadas em 1964, sendo promovidas por católicos ligados ao meio estudantil e operário que procuravam abrir o diálogo com diversos grupos sociais, contando com



a participação de assistentes sociais em Lisboa e no Porto. Registrou-se também a sua participação nas Vigílias pela Paz, na Igreja de S. Domingos (1969) e na Capela do Rato (1972). Na vigília da Capela do Rato, em 1972, foi aprovada uma moção contra a política colonial, repudiando a empreitada belicista portuguesa, seguindo-se uma greve de fome, gesto de solidariedade para com as vítimas da guerra colonial e os povos em luta” (2018, p. 51).

No seio do Serviço Social fizeram-se também, portanto, sentir ventos de resistência ao regime e à guerra colonial, assistentes sociais foram presas políticas, houve processos reivindicativos para a reforma e integração universitária dos cursos, houve divulgação de autores do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social latino-americano (MARTINS, 2018, MARTINS e TOMÉ, 2019; RODRIGUES e CARDOSO, 2024). Assim, e como assinalam MARTINS e SILVA, o envolvimento de assistentes sociais “na oposição, no movimento antifascista e anticolonialista e enquanto categoria profissional na intervenção sindical nos primeiros anos de 1970 reforçaram a componente política da profissão e a construção do pluralismo no Serviço Social, ao invés da sua pretensa ‘neutralidade’” (MARTINS A. & SILVA, P. 2022, p. 108).

A Revolução dos Cravos deu amplitude às expressões contestatórias e críticas no Serviço Social português no quadro do contexto revolucionário que emanou da ação dos militares revoltosos em 25 de Abril de 1974. Eclodiram as “mobilizações sociais, tanto nas cidades como nos campos, num país durante décadas aclimatado à existência de um partido único, (...) [criando] oportunidades para o assomar de expressões variadas de democracia direta. A vasta mobilização social nos primeiros dois anos após a Revolução representou um testemunho da capacidade de organização popular e da importância das dinâmicas de tomada de decisão a partir de processos participativos” (MARTINS & SILVA, 2022, p. 111).

Nas Escolas de Serviço Social, alunos e professores aderiram a estes movimentos sociais, cooperativos e populares, ao mesmo tempo em que, de imediato, se deu o processo de laicização da formação. Ficou aberta a luta para o reforço do estatuto académico e científico do Serviço Social, sustentada conjuntamente por organizações da profissão, professores e estudantes, primeiro pela integração dos Institutos na Universidade e, face ao seu insucesso, pela atribuição do



grau acadêmico de licenciatura. Esta foi conseguida apenas em 1989 e teve como consequência a reorganização da carreira profissional das/os assistentes sociais, o desenvolvimento acadêmico dos seus docentes e a institucionalização da Investigação em Serviço Social (MARTINS e TOMÉ, 2019).

Os finais de 1970 e os anos de 1980 são marcados pela aprovação da Constituição da República Portuguesa e pela adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Segundo RODRIGUES e CARDOSO (2024), o alargamento dos direitos sociais e o aprofundamento das políticas públicas (Saúde, Segurança Social, Poder Local, Educação e Justiça) introduzem alterações nos espaços socio ocupacionais do Serviço Social, fazendo emergir novas tarefas, habilidades, competências e atribuições e, em consequência, profundas transformações no Serviço Social nos anos 80 e 90. A expansão do mercado de trabalho nos serviços públicos aumentou a procura de formação e de qualificação académica. A cooperação com a PUC de São Paulo, Brasil, abriu ao desenvolvimento da carreira académica e à formação de mestres e doutores em Serviço Social, também para o trabalho profissional. O desenvolvimento da profissão incorpora o desenvolvimento da investigação. A qualificação académica (1989) integrou as/os assistentes sociais na carreira técnica superior (1990) e a década de 1990 foi de ampla expansão do Serviço Social português. Do setor público a profissão expandiu-se ao terceiro setor. As competências profissionais eram agora de conceção, execução, gestão e avaliação de medidas de política social, de investigação, coordenação, chefia e direção (MARTINS, 2011).

Contudo, conforme MARTINS e TOMÉ “dois processos coexistem com orientações contraditórias: este que prossegue com a luta pela qualificação académica e profissional, e outro, que privilegia as regras do mercado, com prejuízo para o processo de expansão em curso” (2019, p. 389). Ainda nos anos 1990, quase triplica o número de cursos de Serviço Social, sem que alguma regulação colocasse exigências curriculares, de qualificação docente ou estruturas de investigação. No início do século XXI a Estratégia de Lisboa deu direção neoliberal à educação superior, estabeleceu a Área Europeia da Investigação e Inovação, abrindo caminho ao ensino superior para servir interesses políticos e económicos, sob o signo da *Europa do Conhecimento*. O Processo de Bolonha reorganizou a formação académica em três ciclos



de estudo: o 1.º e 2.º ciclo, correspondente à formação de licenciatura e mestrado e o 3.º ciclo, ao doutoramento, reduzindo os tempos da formação para adaptá-los à aquisição de competências e habilidades para competir no mercado de trabalho. Para o Serviço Social, o tempo da formação baixou de 8 anos de licenciatura e mestrado para 5 anos no final do 2.º ciclo, o que significou uma redução na fundamentação teórico metodológica.

A crise de 2008 e 2011 e a consequente intervenção da Troika (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) em Portugal teve um forte impacto, de uma forma geral, na precarização do trabalho, no desemprego e empobrecimento generalizado da população, bem como no ensino superior e, em particular, na formação e trabalho dos assistentes sociais.

REFLEXÕES FINAIS

Os surgimentos das escolas de Serviço Social no Estado Novo marcam uma identidade intrinsecamente ligada aos fundamentos ideológicos do regime, mas que, e, sobretudo a partir dos anos 60 do século XX, o corpo profissional e docente, assim como os estudantes, vão querer modificar. Por influência de setores progressistas católicos, do conhecimento de novas ideias e conceções sobre o mundo e interpretação das desigualdades sociais, da abertura a novas propostas de organização social e política da sociedade, a formação e a prática profissional foram construindo nova(s) identidade(s). O regime ditatorial que governou Portugal – e as colónias – fez da questão colonial uma das suas pedras angulares na manutenção do poder político e o Serviço Social foi um dos mecanismos que o regime tentou utilizar para manter a subordinação, mas também, a pacificação das populações colonizadas.

O 25 de abril de 1974 não só devolveu a liberdade e o direito à cidadania dos portugueses, como abriu um novo mundo aos povos sujeitos a um poder estrangeiro, devolvendo-lhes o direito pleno ao seu país, à autodeterminação, à liberdade de construir uma sociedade segundo os seus ideais. O colonialismo representa um dos mais longos períodos da História Mundial de repressão e de negação dos direitos



fundamentais do ser humano. Portugal foi o último reduto de poder colonial, período da sua história de que não se pode orgulhar.

Mas a nossa atenção não pode alhear-se de outras formas de repressão e de subjugação de uns povos/países sobre outros que se vão mantendo, sob modelos e metodologias distintas da era colonial, mas semelhantes em alguns aspetos. Os ideais neoliberais, a sua fixação no primado da economia na organização do mundo, remete para segundo plano – ou terceiro, ou quarto – a liberdade dos povos, das pessoas, a universalização dos direitos de cidadania, ao mesmo tempo que vão originado sucessivas crises económicas, sociais e ambientais.

As crises vividas internacionalmente não pararam de crescer ao longo do novo século, acrescentaram outros fenómenos de fragilidade. O fenómeno migratório crescente e diversificado, alvo privilegiado de estratégias de exploração severa da força de trabalho, a vivência em condições de miséria, convocam-nos para contextos de sofrimento social do passado, historicamente conhecidos – e, tal como hoje, ligados ao “desenvolvimento económico” – e levam-nos, também, a uma reconfiguração do olhar clássico sobre o colonialismo, sobre o colonizado, agora o imigrante.

Como afirma SING (2023), o enquadramento político, social, institucional e profissional das questões da “raça” reaparece em termos de “problema do imigrante” e “patologia cultural”. Os estudos críticos e radicais trouxeram clareza na análise dos mecanismos de opressão e, no tema em concreto, promoveram o chamado trabalho social antirracista, em particular nos países anglo-saxónicos. Em Portugal e, conforme SANTOS “o debate da questão étnico-racial está a sair, timidamente, do patamar de invisível” (2023, p. VII)

REFERÊNCIAS

BLANC, Bernardette et alii. **Actions Collectives et Travail Social: Contextes et Realisations, Tome I**, Paris: Editions ESF. 1986

CAMPANINNI, A. Introdução da IASSW. In MARQUES, E. J. da S T & SCHMITT,

A. R. V. **Serviço Social nos países de língua portuguesa. Interculturalidade**



e desafios. Pimenta culturas, São Paulo, 2021.

CARDOSO, J. **O IARN - um experimento no rumo de um Estado Providência em Portugal.** Dissertação de Mestrado Serviço Social. PUC-SP. 1998.

CASTELO, C. (2024). **Promoção social em Angola no colonialismo tardio: circulação, controvérsia, convergência.** *Análise Social*, lix (1.º), 2024 (n.º 250), pp. 5-28. <https://doi.org/10.31447/2231>.

COELHO, K. A F P. **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: ENCONTROS E DESENCONTROS.** Tese doutoramento apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina/PR. 2018.

COLONIAL OFFICE. **Desenvolvimento Comunitário. Um Manual, Londres:** HMSO. 1958 HORTMANN, C; MACIEL, F. Considerações históricas acerca da formação social portuguesa e do Serviço Social. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v 23, n 58, pp 84-99, jan/abr, 2025 Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep202589042>.

Decreto n.º 44111 do Diário do Governo n.º 294/1961, I Série, de 21 de dezembro Decreto n.º 44 159, de 18 de janeiro de 1962.

Decreto Lei n.º 23:228, de 15 de Novembro de 1933 Decreto Lei nº 30.135, de 14 de dezembro de 1939. <https://www.instagram.com/reel/DGGDZF7MOWB/?igsh=MTcxMmo1Mjk3cHRvNg%3D%3D> – os jesuítas e escravatura. L. Card. Maglione; Eduardo Augusto Marques; Mario de Figueiredo; Vasco Francisco Caetano de Quevedo. SOLLEMNES CONVENTIONES. CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA. Cidade do Vaticano, 7 de Maio de 1940. Em https://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_santa-sede-portogallo_po.html.

JERÓNIMO, M. B. **As políticas do “bem-estar” no império português em África** (Anos 1960). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, e23314, set./dez. 2023 <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752023000300014>.

SARDICA, J. M. **O século XX português.** Alfragide: Texto Editores, 2011.

SINGH, G. **Decolonisation, Whiteness and Anti-Racist Social Work.** In



The Routledge Handbook of International Critical Social Work. New Perspectives and Agendas. Edited by Stephen A. Webb, Routledge, London and New York, 2023 (pp. 343-357): DOI: 10.4324/9781003211969. 2023.

HUGMAN, R. **Decolonising International Social Work. I: The Routledge Handbook of International Critical Social Work. New Perspectives and Agendas.** Edited by Stephen A. Webb, Routledge, London and New York, 2023 (pp. 449-461). DOI: 10.4324/9781003211969.

MATEUS, J. D. & MONTEIRO, A. **Serviço Social e Formação Profissional em ANGOLA: crítica à ideologia dominante.** In MARQUES, E. J. da S T & SCHMITT, A. R. V. Serviço Social nos países de língua portuguesa. Interculturalidade e desafios. Pimenta culturas, São Paulo, 2021. (pp. 47- 73). 2021. DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.404.456.

MARTINS, A. **Génese emergência e institucionalização do Serviço Social português.** Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

MARTINS, A. **“70 anos de formação em Serviço Social e tempos de ditadura e de democracia: da Escola Normal Social ao Instituto Superior Miguel Torga”.** *Revista Temporalis* 18 (2011): 187-213.

MARTINS, A. (2017) **Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical.** EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, 2017 (pp. 40 – 56). DOI: 10.12957/REP.2017.32722.

MARTINS, A.; TOMÉ, M. R. (2019) **Neoliberalismo e Serviço Social português: impactos de Bolonha e das políticas de austeridade na formação e no trabalho.** Em YAZBEK, C. e IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na História. América Latina, África e Europa. Cortez Editora 2019 (pp. 384-408).

MARTINS A.& SILVA, P. **Movimentos contestatórios em Portugal e expressões críticas do Serviço Social nos anos 1970: contributos do Movimento de Reconcetualização do Serviço Social latino-americano.** Em Eiras, A., Moljo, C. B.; Duriguetto, M. L. (Org.) 2022.

MONTEIRO, M. A. (1995) **A formação académica dos assistentes sociais: uma retrospectiva crítica da institucionalização do Serviço Social no «Estado Novo».** *Revista Intervenção Social*, nº 11-12, 1995 (PP. 43-76). <http://hdl.handle.net/11067/3958>



RODRIGUES, F. & CARDOSO, J. **Serviço Social em Portugal: institucionalização e desenvolvimento da formação e da profissão.** In PEREIRA, L. D.; GUERRA, Y. (Orgs.) Trabalho e Formação em Serviço Social: um panorama de países de língua portuguesa e espanhola. Uberlândia: Navegando Publicações. 2024 (PP. 21-37).

SANTOS, A. C. T. dos. **As expressões do preconceito étnico racial e seus desdobramentos no trabalho do/a assistente social no Brasil e Portugal** [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. 2023. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/32476>.

ROSAS, F. Portugal século XX (1890-1976). **Pensamento e acção política.** Lisboa: Editorial Notícias, 2012.

UNITED NATIONS. **Training for Social Work: Third International Survey, New York, (1958).** In: [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/E_CN.5_331_ST_SOA_37-EN%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/E_CN.5_331_ST_SOA_37-EN%20(1).pdf). NAÇÕES UNIDAS. Progresso Social através do Desenvolvimento Comunitário. Nova Iorque: Nações Unidas. 1955





www.cfess.org.br

